

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

CAROLINA CRISTINE DE GOSS

**VIOLÊNCIA, DIREITOS HUMANOS E CULTURA DE PAZ: DA CONJUNTURA À
EDUCAÇÃO ESCOLAR**

PONTA GROSSA

2021

CAROLINA CRISTINE DE GOSS

**VIOLÊNCIA, DIREITOS HUMANOS E CULTURA DE PAZ: DA CONJUNTURA À
EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas. Linha de pesquisa: Estado Direito e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho.

PONTA GROSSA

2021

Goss, Carolina Cristine
G676 Violência, Direitos Humanos e Cultura de Paz: da conjuntura à educação escolar / Carolina Cristine Goss. Ponta Grossa, 2021.
172 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho.

1. Cultura de paz. 2. Educação para paz. 3. Direitos humanos. 4. Violência escolar. I. Salles Filho, Nei Alberto. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. III.T.

CDD: 370.19

TERMO DE APROVAÇÃO

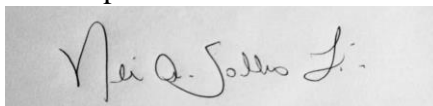
Carolina Cristine de Goss

“Violência, Direitos Humanos e Cultura de Paz: da conjuntura à educação escolar”.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 09 de setembro de 2021.

Assinatura pelos membros da Banca



Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho - UEPG – PR - Presidente

Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes – UNIPAMPA – RS - Membro Externo

Prof. Dr. Gonçalo Cassins Moreira do Carmo- UEPG-PR - Membro Interno

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – UTFPR - PR - Suplente Externo

Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Scheffer – UEPG - PR - Suplente Interno

Dedico aos meus irmãos Priscilla, Victor Navarro e Artur Benjamin.

AGRADECIMENTOS

A Deus por todos os ensinamentos e bênçãos recebidas, sem o seu sustento nada disso seria possível. Obrigada por ser bom e justo a todo momento.

Ao Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho, meu orientador o qual honrou com sua função gloriosamente. Obrigada por me aceitar como orientanda desde a graduação e proporcionar experiências incríveis. Tenho muito orgulho em ser sua orientanda e agradeço pela confiança.

Ao Prof. Dr. Gonçalo Cassins Moreira do Carmo, por também me acompanhar desde a graduação, sempre me mostrando os melhores caminhos. Profissional que sempre admirei e que agora está comigo mais uma vez para finalizar esta etapa.

Ao Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes, professor o qual tive a honra em conhecer mesmo que de forma remota devido as circunstancias. Obrigada pelas contribuições em meu trabalho e por aceitar fazer parte da minha banca.

A todos os participantes entrevistados da área educacional, os quais se dispuseram em ajudar e contribuir com a ciência e com o avanço da sociedade para uma educação melhor.

À Patrícia Machado Pereira Giardini, por ser minha parceira de trabalhos e me acompanhar nessa trajetória de estudos, sempre levando um sorriso no rosto e disposta ajudar sem olhar a quem. Admiro a pessoa que você é e a sua garra em continuar lutando por uma educação melhor e um mundo mais justo.

Aos colegas de orientação Patrícia, Melissa, Rafael, Gilmar, Renata, Daniele, Letícia, Elis, Susana e Catharina. Agradeço ao nosso grupo de estudo Cultura de Paz, Direitos Humanos e Sustentabilidade (CPDHS), grupo o qual me permitiu abrir reflexões e prismas frente a ciência.

As minhas amigas as quais acompanharam minha trajetória no mestrado desde meu aceite, Andressa, Franciele e Tatiane. Vocês me ensinaram a ter empatia e conversar com Deus sobre meus problemas. Muito obrigada por tudo o que fizeram e ainda fazem por mim.

A Danyella Fontana, amiga a qual acompanhou o fim do meu processo, mas que foi um ponto essencial para dar folego para terminar esta pesquisa, sempre me incentivando, torcendo e vibrando por todas as minhas conquistas.

Agradeço a minha mãe Claudete, por ser a mulher mais incrível deste mundo, por nunca me deixar faltar nada e me ensinar valores essenciais para ser uma pessoa boa. Tenho muito orgulho em ser sua filha e espero que você possa celebrar comigo muitas conquistas que ainda estão por vir.

Ao meu querido pai e aos meus irmãos, por me apoiarem e ajudarem sempre que precisei.

Ao meu namorado Ruben por me ajudar com a demanda de afazeres e por estar junto comigo nos momentos angustiantes e nos momentos de felicidade. Obrigada por todo carinho, amor e paciência. Espero um dia poder retribuir tudo o que fez e faz por mim.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela bolsa concedida, sendo muito importante para a construção deste trabalho.

E a todos e todas que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

Não existe caminho para a paz. A paz é o caminho.

(Mahatma Gandhi)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender a construção social da violência no Brasil e suas relações com os Direitos Humanos, abrindo discussões necessárias sobre Cultura de Paz e Educação para Paz, como subsídio na análise da Lei 13.663/2018. Para alcançar tal objetivo, foi discutida uma trajetória histórica da manifestação da violência no Brasil, compreendendo conceitos importantes para reflexão, abrindo espaço para a discussão dos Direitos Humanos no Brasil e também o esforço da educação em construir uma Cultura de Paz. Como sugestão para esta construção, trazemos a abordagem das Cinco Pedagogias da Paz, como proposta metodológica. O estudo foi desenvolvido em uma perspectiva interdisciplinar, com caráter exploratório e qualitativo, dividida em dois momentos, pesquisa teórica e pesquisa de campo, para ilustrar a construção histórica abordada. Para construção da pesquisa teórica, buscamos amparo em Herrera Flores (2009), Lilian Schwarcz (2019), Salles Filho (2019), Rayo (2004), Paulo Freire (2002) entre outros grandes estudiosos. A pesquisa de campo ocorreu através da entrevista com profissionais da área da educação, foram elas, três secretárias da educação, três pedagogas e três professoras. Com o objetivo de compreender o que as mesmas entendem sobre conceitos importantes como Direitos Humanos, Cultura de Paz e Educação para Paz atrelados a Lei 13.663/2018. Os municípios participantes foram Ponta Grossa, Palmeira e Porto Amazonas, todos do estado do Paraná. Após coleta dos dados, foi utilizado a metodologia de análise de conteúdo para discussão e reflexão, com algumas modificações, mas seguindo a essência da autora Bardin (2016). Na apresentação dos dados foram utilizadas quatro categorias, as quais foram elegidas no momento em que foi feito o roteiro de entrevista, Cultura de Paz, Direitos Humanos, Violência Escolar e Educação para Paz. A partir das análises, podemos concluir que as profissionais da educação têm ciência sobre a lei 13.663 que trata da Cultura de Paz, no entanto, não entendem na íntegra como efetiva-la em suas salas de aulas. Compreendem a importância em desenvolver atividades e práticas voltadas a educação para paz, compreendem também que o conflito é inerente ao ser humano, sendo necessário saber mediá-lo através do diálogo. As educadoras sentem necessidade em formação continuada e capacitação para desenvolver temáticas interdisciplinares, sendo recomendada a construção de materiais mais específicos a serem ministrados em sala. Com o estudo, foi possível identificar que há uma necessidade latente em desenvolver práticas voltadas à Educação para Paz e que a formação continuada pode facilitar esse acesso. Observa-se, pelos discursos e pelas atividades citadas, que as escolas já vinham trabalhando na perspectiva da Cultura de Paz, sem saber ao certo disto. A abordagem das Cinco Pedagogias para paz, pode vir a ajudar todos esses profissionais da educação a encontrarem caminhos e estratégias para maior implementação de práticas cotidianas de Educação para Paz. De modo geral, observa-se a preocupação das profissionais da educação em construir essa Educação para Paz e todas afirmaram que a promulgação da Lei 13.663, veio oficializar algo que já deveria estar acontecendo há muito tempo, não só nas escolas, como em todos os espaços de socialização. A pesquisa de campo reforça os conceitos e reflexões realizadas ao longo da pesquisa e, pode-se observar que nossas raízes históricas violentas ainda afetam as relações sociais vigentes, o que nos faz refletir sobre a necessidade em desconstruir uma cultura de violência e lutar pela construção de uma Cultura de Paz.

Palavra-chave: Cultura de paz. Educação para paz. Direitos humanos. Violência escolar.

ABSTRACT

The present work aims to understand the social construction of violence in Brazil and its relations with Human Rights, opening necessary discussions about Culture of Peace and Education for Peace as a subsidy in the analysis of Law 13.663/2018. To achieve this goal, a historical trajectory of the manifestation of violence in Brazil was discussed, understanding important concepts for reflection, opening space for the discussion of Human Rights in Brazil and also the effort of education in building a Culture of Peace. As a suggestion for this construction, we bring the approach of the Five Pedagogies of Peace, as a methodological proposal. The study was developed in an interdisciplinary perspective, with an exploratory and qualitative character, divided in two moments, theoretical research and a field research, to illustrate the historical construction addressed. In the construction of the theoretical research we sought support in Herrera Flores (2009), Lilian Schwarcz (2019), Salles Filho (2019), Rayo (2004), Paulo Freire (2002) among other great scholars. The field research occurred through the interview with professionals in the field of education, they were, three education secretaries, three pedagogues and three teachers. With the objective of understanding what they understand about important concepts such as Human Rights, Culture of Peace and Education for Peace linked to Law 13.663/2018. The participating municipalities were Ponta Grossa, Palmeira and Porto Amazonas, all in the state of Paraná. After data collection, the content analysis methodology was used for discussion and reflection, with some modifications, but following the essence of the author Bardin (2016). In the presentation of the data, four categories were used, which were chosen at the time the interview script was made, Culture of Peace, Human Rights, School Violence and Peace Education. From the analysis, we can conclude that the educational professionals are aware of the law 13.663 that deals with the Culture of Peace, however, they don't fully understand how to put it into practice in their classrooms. They also understand that conflict is inherent to the human being, and it is necessary to know how to mediate it through dialogue. The educators feel the need for continued education and training to develop interdisciplinary themes, and recommend the construction of more specific materials to be taught in the classroom. With the study, it was possible to identify that there is a latent need to develop practices focused on Peace Education and that continued education can facilitate this access. It is observed, by the speeches and the activities mentioned, that the schools had already been working in the perspective of the Culture of Peace, without knowing it for sure. The Five Pedagogies for Peace approach can help all these education professionals to find ways and strategies for a better implementation of daily peace education practices. In general, it is observed the concern of the educational professionals in building this Education for Peace and all of them affirmed that the promulgation of Law 13.663, made official something that should have been happening a long time ago, not only in schools, but in all socialization spaces. The field research reinforces the concepts and reflections made throughout the research and, it can be observed that our violent historical roots still affect the current social relations, which makes us reflect on the need to deconstruct a culture of violence and fight for the construction of a Culture of Peace.

Keyword: Culture of peace. Education for peace. Human rights. School violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa localização de Porto Amazonas Paraná	125
Figura 2 -	Mapa localização de Palmeira Paraná	127
Figura 3 -	Mapa localização de Ponta Grossa Paraná	129
Figura 4 -	Tríade da Educação para Paz	147
Quadro 1 -	Paz Positiva/Paz Negativa	81
Quadro 2 -	Relação Sete saberes da Educação X Pedagogia dos Valores Humanos	115
Quadro 3 -	Relação Sete Saberes da Educação X Pedagogia dos Direitos Humanos	115
Quadro 4 -	Relação Sete Saberes da Educação X Pedagogia da Conflitologia	116
Quadro 5 -	Relação Sete Saberes da Educação X Pedagogia da Ecoformação	117
Quadro 6 -	Relação Sete Saberes da Educação X Pedagogia das Vivências/Convivências	117
Quadro 7 -	Roteiro de entrevista	123
Quadro 8 -	Cenário educacional do município de Porto Amazonas	126
Quadro 9 -	Cenário educacional do município de Palmeira	128
Quadro 10 -	Cenário educacional do município de Ponta Grossa	130
Quadro 11 -	Participantes da pesquisa	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCJC	Constituição e Justiça e de Cidadania
CCP	Coordenação de Comissões Permanentes
CE	Comissões de Educação
CESSAGE	Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais
CIIP	Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
DCD	Diário da Câmara dos Deputados
DSF	Diário do Senado Federal
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EAD	Ensino a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA
EDH	Educação de Direitos Humanos
EP	Educação para Paz
FAEL	Faculdade Educacional da Lapa
FASF	Faculdade Sagrada Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais
MESA	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organismo das Nações Unidas
OPAS	OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PIB	Produto Interno Bruto
PLS	Projeto de Lei do Senado
PME	Plano Municipal de Educação

PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSOL	Partido Socialista e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
REDE	Partido Rede Sustentabilidade
SIIM	Sistema de Informação de Mortalidade
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPT	Subcomitê de Prevenção da Tortura
SUS	Sistema Único de Saúde
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
UNIC	Centro de Informações das Nações Unidas do Brasil
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para Infância
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 VIOLÊNCIA E SOCIEDADE	18
2.1 COLONIALISMO E A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	19
2.1.1 As marcas da escravidão e do racismo junto a categorização de raça e gênero	19
2.1.2 Mandonismo e patrimonialismo: herança infinda	26
2.1.3 Corrupção e intolerância: combustíveis para uma cultura de violência.....	30
2.2 DESIGUALDADE SOCIAL EMERGENTE A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL.	35
2.2.1 Educação e analfabetismo	36
2.2.2 Desigualdade de quê?.....	38
2.2.3 Desigualdade entre quem?.....	40
2.2.4 Desigualdade quando?.....	41
2.2.5 Desigualdade aonde?.....	42
2.3 VIOLÊNCIA NA ATUAL CONJUNTURA	44
2.4 VIOLÊNCIA ESCOLAR E SUAS MANIFESTAÇÕES	50
3 DIREITOS HUMANOS	57
3.1 DOCUMENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM DIREITOS HUMANOS ECULTURA DE PAZ.....	57
3.2 BENS DE DIGNIDADE HUMANA	69
3.3 CENÁRIOS DOS DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO BRASILEIRO ...	75
4 CULTURA DE PAZ	79
4.1 PAZ E O PROCESSO DE CULTURA DE PAZ.....	79
4.2 O CONFLITO COMO PROCESSO DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA	86
4.3 PRINCÍPIO E PROCESSO DA LEI FEDERAL 13.663/2018.....	92
5 EDUCAÇÃO PARA A PAZ	96
5.1 AS CINCO PEDAGOGIAS COMO PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA – AÇÕESPEDAGÓGICAS.....	101

6 ESCOLHAS METODOLÓGICAS PARA PESQUISA DE CAMPO.....	118
6.1 CARACTERIZAÇÃO DO MÉTODO DE ESTUDO.....	119
6.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	125
6.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA	131
7 RESULTADOS.....	133
7.1 CATEGORIA CULTURA DE PAZ.....	133
7.2 CATEGORIA VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	139
7.3 CATEGORIA EDUCAÇÃO PARA PAZ	148
7.4 CATEGORIA DIREITOS HUMANOS	152
8 CONCLUSÃO	158
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICE A – TERMO DE CONHECIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.	168
ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	169

1 INTRODUÇÃO

O primeiro grande desafio desta pesquisa foi atingir a desejada interdisciplinaridade, visto, que se trata de um programa essencialmente interdisciplinar. Tarefa à qual muitos pesquisadores encontram dificuldades, principalmente aqueles que vem de trajetórias de Curso de graduação interdisciplinares.

A partir do momento em que enxergamos nosso objeto de estudo e encontramos a interdisciplinaridade nele, estaremos próximos a atender o objetivo do estudo com a interdisciplinaridade.

A presente pesquisa teve como objetivo principal compreender a construção social da violência no Brasil e suas relações com os Direitos Humanos, abrindo discussões necessárias sobre Cultura de Paz e Educação para Paz com subsídio na análise da Lei 13.663, de 14 de maio de 2018 (BRASIL, 2018) que trata da inserção da prevenção das violências e da Cultura de Paz na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A estruturação deste estudo se contemplou através de uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório/descritivo, pois inicialmente analisou-se conceitos teóricos e consecutivamente algumas aplicações práticas.

A pesquisa teórica, teve como objetivo contextualizar e explorar a história por meio das manifestações de violência, dando atenção a conceitos importantes, construindo pontes de reflexão em relação aos Direitos Humanos. A pesquisa de campo teve como objetivo, compreender como os profissionais da área da educação entendem conceitos como Violência, Direitos Humanos, Cultura de Paz e Educação para Paz. Os profissionais da área da educação foram (professores (as), pedagogos (as), secretários (as) da educação), sendo realizada em municípios distintos no estado do Paraná, através da justificativa em ampliar o olhar sobre o tema em diversos cenários e contextos. O instrumento metodológico utilizado foi a entrevista semiestruturada e consecutivamente a análise de conteúdo.

A Lei Federal nº 13.663, de 14 de maio de 2018 (BRASIL, 2018), a qual altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluiu, medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da Cultura de Paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Com sua promulgação instigamos a compreender qual a concepção dos profissionais da educação sobre Cultura de Paz e o que está sendo promovido após a efetivação dessa lei.

Essa imposição normativa direcionada a educação, reforça a necessidade em adotar medidas relacionadas a uma Educação para Paz, mas para isso os profissionais da educação

precisam estar cientes sobre o que é uma Educação para Paz. Os objetivos específicos desenvolvidos na pesquisa foram: analisar o conceito de violência e suas manifestações, através de uma linha histórica desde a colonização finalizando na atual conjuntura; apresentar a abordagem das Cinco Pedagogias para Paz como ferramenta metodológica na aplicabilidade para uma educação para paz; Compreender a concepção dos profissionais da área da educação em relação aos conceitos de Violência, Direitos Humanos, Cultura de Paz e Educação para Paz em relação a Lei Federal nº 13.663/18 (BRASIL, 2018).

A pesquisa se encontra em um eixo interdisciplinar, pois busca através de um estudo social compreender sobre as relações humanas, o multiculturalismo e as manifestações de violência. Neste sentido, Rayo (2004) demonstra a importância de se adotar uma perspectiva interdisciplinar nos estudos da paz, em especial, nos estudos das ciências sociais e humanas.

[...] assinalar que, entre as recomendações, está a promoção da educação e da pesquisa no âmbito da paz, atividade que exige um enfoque interdisciplinar e tem por objeto de estudo as relações entre paz, direitos humanos, desarmamento, desenvolvimento e meio ambiente. (RAYO, 2004, p. 33).

O Programa em Ciências Sociais Aplicadas com área de concentração “Cidadania e Políticas Públicas” através da linha de pesquisa em Estado, Direitos e Políticas Públicas, possibilita ao pesquisador um horizonte ampliado de reflexões, observações e análises mediante a disciplinas heterogêneas com perspectivas teóricas distintas. Por meio deste leque de possibilidades em que o Programa de ciências sociais abrange, optou-se em realizar essa pesquisa justificando sua temática em três momentos.

Há muitas justificativas para a construção desta pesquisa. A justificativa pessoal pelo tema o qual fundamenta o mirante epistemológico construído. Afinidade com a temática que vem sendo desenvolvida com trabalhos de graduação e em grupos de pesquisas. Compreendendo a urgência em refletir e aprofundar as discussões sobre Cultura de Paz, conflitos, Educação para Paz, Direitos Humanos, sustentabilidade, entre outros.

Academicamente, justifica-se a importância deste estudo pela escassez de pesquisas relacionadas a temática em relação a recente Lei Federal 13.663/2018 (BRASIL, 2018), sendo constatado por pesquisas feitas nas plataformas *Capes*¹, e *Scielo*². Visto isso, compreende-se a importância de estudos aprofundados sobre a temática e a importância desta pesquisa para área

¹ Acesso a Plataforma *Capes* no dia 10 de jul. de 2020.

² Acesso a Plataforma *Scielo* no dia 10 de jul. de 2020.

acadêmica, contribuindo para que outros profissionais possam dar continuidade as reflexões e propostas de transformações.

Por fim, a justificativa social da temática, a qual está explícita na realidade social em que se encontra o país: índices de violência cada vez maiores, índices de poluição, desmatamento, desigualdade, fome e miséria. Acredita-se que estudos para paz e ações para a construção de uma Cultura de Paz, sejam não apenas necessários como indispensáveis para novas gerações e para a preservação do planeta.

No caminho para entender e dimensionar Cultura de Paz se fez necessário analisar conceitos e reflexões importantes para compreendermos o comportamento moderno de nossa sociedade. Surgiu a necessidade em realizar um estudo centrado na criticidade das Epistemologias do sul, de forma a compreender o impacto do colonialismo e também do capitalismo sendo elementos centrais para as epistemologias dominantes.

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu a supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade. (SANTOS; MENESES, 2009, p. 7).

O mirante epistemológico desta pesquisa foi construído através de muitas inquietações em relação a essa dominação de saberes, conhecimentos, culturas e epistemologias, por meio de muita violência, injustiça e crueldade. Será que somos povos libertos da doutrinação ocidental ou ainda permanecemos dominados e silenciados?

O primeiro capítulo, reflete e analisa sobre a história brasileira, adentrando em acontecimentos os quais originaram estigmas, preconceitos e desigualdade, deixando claro, o impacto do colonialismo na construção cultural e social do Brasil. Abordou-se também a violência e a educação, tomando conhecimento das diversas formas de manifestações de violência, desde os primeiros anos de vida de um ser humano o que acaba por envolver indiscutivelmente a área educacional.

O segundo capítulo, surge para esclarecer e dar luz a inquietações em relação a violência e a desigualdade perene na sociedade. Os documentos nacionais e internacionais, tratados e conferências dão pistas para refletir as lutas e os passos árduos, em que as classes marginalizadas se esforçam para adquirir dignidade humana. Marcados por uma sociedade excludente e aniquiladora dos mais fracos (negros, pobres, mulheres, imigrantes,lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, LGBTQIA+, Herrera Flores (2009) traz em sua obra, na prática real do cotidiano, a dificuldade em que os Direitos Humanos tem em cumprir

com suas determinações, onde muitas vezes se corrompem e não atendem de forma integral as necessidades humanas.

O terceiro capítulo, se preocupou em conceituar e aprofundar criticamente a Cultura de Paz, compreendendo a transformação conceitual de paz por gerações. Entendendo a concepção de paz positiva caracterizada pelas vivências e convivências, conflitos, meio ambiente e valores. Em um país onde as multiculturas transitam intensamente, é natural que a paz seja relativa para cada grupo, cultura e etnia. Essa essência culmina em tratar a paz não como ausência de guerra, mas sim como presença de muitas riquezas não palpáveis como amor, honestidade, respeito e consciência em repudiar qualquer forma de violência.

O quarto capítulo, apresenta-se como alternativa pedagógica, as “Cinco Pedagogias da Paz” abordagem que tem por pano de fundo uma tríade fundida em paz, violência e conflito através da complexidade, desenvolvendo ações voltadas ao convívio social dentro das escolas. As Cinco Pedagogias se subdividem em: Valores Humanos, Direitos Humanos, Mediação de Conflitos, Ecoformação e Vivências/Convivências. Trata-se de um novo olhar para a educação e mediação entre professores e alunos, promovendo a naturalização da paz em todo convívio social, resultando em reflexões críticas, criativas, proteção da dignidade humana e alcance de bens materiais e imateriais.

Por fim, o quinto e último capítulo traz a metodologia utilizada para a realização da pesquisa de campo, o detalhamento dos instrumentos utilizados, caracterização dos municípios estudados, a caracterização dos participantes da pesquisa, roteiro de entrevista e os resultados obtidos. Busca-se a partir destes resultados, realizar uma análise de conteúdo pela visão de Bardin (2016) para que possamos compreender a concepção dos profissionais da educação sobre a Cultura de Paz, a Violência Escolar, os Direitos Humanos e a Educação para Paz após a aprovação da Lei Federal 13.663/18.

Portanto, ao considerar as questões tratadas, este estudo pretendeu ampliar a compreensão da gravidade em que as múltiplas violências trazem para o ser humano, contrastando a violência estrutural pertencente a base histórica do país. O desencadeamento de manifestações de violência, injustiças e desigualdade faz com que compreendamos a urgência em se discutir Direitos Humanos nas ruas, escolas, trabalho e na família. Fortalecer políticas públicas de qualidade e defender tanto a dignidade, quanto a natureza e o planeta. Isto posto, inevitavelmente concordamos que uma Cultura de Paz é a via mais segura para o processo de desenvolvimento humano saudável e equilibrado, visando vivências e convivências firmadas na justiça, solidariedade, empatia e na sensibilização aos problemas macro e microssociais.

2 VIOLÊNCIA E SOCIEDADE

Nesse capítulo se discute e analisa as diversas formas de autoritarismo e, por consequência, as violências que foram impostas a nossa sociedade, assumindo papéis dominantes nas relações de poder. O intuito deste momento é compor a história do Brasil em relação ao colonialismo, período marcado pela escravidão, mandonismos, genocídio de indígenas, corrupção e consequentemente a desigualdade social, tendo a violência como protagonista de todo o enredo. Foi trabalhado com mais afinco a violência e suas variadas manifestações, compreendendo que a violência estrutural caminha lado a lado a desigualdade reproduzindo sofrimento humano.

Neste sentido, é realçada a importância de se preservar a história, lembrá-la e entendê-la como parte das relações sociais existentes durante séculos e que por vezes acabam se repetindo. Não se pode deixar camuflar o passado ou refazê-lo, tampouco esquecer suas raízes. A estrutura da sociedade possui grande capacidade em gerar desigualdades trazendo impactos negativos a grande parcela da população. Visto isso, a violência estrutural requer um olhar mais crítico em relação as forças convergentes, sendo elas sociais, culturais, políticas e históricas.

Do mesmo modo, ressalta-se a importância dos organismos internacionais para a construção da cultura de paz e analisar seus dados estatísticos. Organismo das Nações Unidas - ONU, Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura - UNESCO, Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para Infância - UNICEF e Agenda 2030, são organismos que nos permitem refletir por meio dos números, à proporção que a violência vem atingindo, seja nos meios de comunicação, nas relações pessoais, na política, na educação, em todos os setores que compõem a sociedade. Fazendo alusão aos autoritarismos do passado refletidos nas atitudes presentes das relações sociais, reforçando a cultura da violência a qual tem tomado corpo e se consolidando na sociedade.

Sabendo da diversidade de manifestações de violência, cabe destacar como elas ocorrem dentro das escolas, quais são os diagnósticos e prognósticos da violência. Considerando a relação conflito/violência/paz e como o conflito deve ser mediado para que não se reproduza a violência.

As Epistemologias do Sul nesse momento são exaltadas a medida em que refletimos as ações de dominação e classificação dos seres humanos. A partir da colonização é bastante evidente a presença constante violência na fluidez dos contextos e da sociedade. Justificando essa abordagem, compreende-se que a violência foi o meio pelo qual muitas epistemologias e culturas foram destruídas e silenciadas. Nos apropriar de nossa história e perceber a realidade

de cada contexto, nos fortifica para que possamos construir criticamente uma sociedade onde o pilar de sustentação é a paz.

2.1 COLONIALISMO E A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Para balizar essa análise utilizou-se da obra “Sobre o autoritarismo Brasileiro” de Schwarcz (2019), de modo a compreender o autoritarismo que ronda o Brasil enraizado em sua história. A verdade na história, muitas vezes se torna um campo de guerra, onde meias-verdades são ditas a todo momento, levando o rumo dos acontecimentos para outras formas de esclarecer a verdade. A história incessantemente é mecanismo de poder manipulativo de forma a construir uma realidade a qual esconde fatos importantes e baseia-se em mitos recriados. De acordo com Schwarcz (2019) podemos analisar a história através de alguns fatores importantes que ocorreram no Brasil, a saber: As marcas da escravidão e do racismo junto a categorização de raça e gênero; Mandonismo e patrimonialismo: herança infanda; Corrupção e intolerância: combustíveis para uma cultura de violência. Pontuando os fatores propostos por Schwarcz, passaremos a abordá-los individualmente.

2.1.1 As marcas da escravidão e do racismo junto a categorização de raça e gênero

As raízes da escravidão formam o assolho brasileiro, suas consequências ainda são vistas nos dias de hoje, e a cada instante são reforçadas por discursos hegemônicos vindos de toda parte. A forma com que a escravidão veio se firmando, acabou por naturalizá-la nos afazeres diários da coletividade, transformando-se como Schwarcz (2019) diz, uma linguagem natural. Podemos ver claramente a distinção de raças, em relação aos direitos entendidos como “universais”, nas palavras de Herrera Flores (2009) na Declaração Universal de Direitos Humanos, todo ser humano é detentor de direitos pelo simples fato de ter nascido. Ter nascido aonde? Em uma favela ou em um bairro de luxo? Ter nascido branco, ou negro?

Com a falta de legislação e direitos da época, muito pouco restava aos escravos libertos, os quais mesmo sendo livres não podiam gozar da liberdade como seres humanos. A 133 anos ainda existia escravidão no Brasil, quando os escravos libertos pela Lei Áurea enfim obtiveram a tão sonhada liberdade, se depararam com um mundo sem assistencialismo, sem políticas públicas, sem direitos e sem dignidade. As grandes favelas que temos hoje no Brasil, foram resultado da negligência com todos os negros e negras recém libertos.

Mas vamos voltar ao início, quando tudo isso começou. A chegada de mais da metade de escravos, negros e negras, africanos e africanas obrigados a deixarem seus lares, costumes, crenças e culturas. Nas palavras de Botelho (2019) cerca de 12,5 milhões de seres humanos foram sequestrados, violentados e obrigados a trabalhar exaustivamente por horas para conseguir o que comer, todos traficados para a América, onde destes quase 6 milhões vieram através de navios portugueses ou brasileiros.

Segundo Schwarcz (2019) a disseminação da escravidão foi tão grande no Brasil que o privilégio em se ter um cativo, transpassou aos donos de terras e senhores de engenho, outras parcelas da população também seprevaleceram da obtenção de cativos, como: padres, militares, taverneiros, população mais pobre e até mesmo os libertos possuíam cativos. Segundo Botelho (2019) era comum haver aluguel de escravos, muitos indivíduos se sustentavam a partir destes alugueis e vendas de escravos.

As mulheres negras sofriam claramente de várias manifestações de violência, eram obrigadas a trabalhar exaustivamente, acumulando as atividades domésticas, amamentavam filhos dos senhores feudais e muitas vezes acabavam por abandonar seus próprios filhos.

A autora também faz referência a mulata da época, mulheres que viviam nas casas de seus senhores acompanhando as senhoras em seus afazeres e na maioria das vezes saciavam as vontades sexuais dos provedores dos lares. Se uma mulher branca, com posses já era violentada e subordinada aos homens, imagine a mulher negra, pobre e mulata, elas sentiram na pele toda violência do regime escravocrata. Um provérbio que define essa época “As brancas são para casar, as negras para trabalhar e as mulatas para farnicar” (SCHWARCZ, 2019 p. 193). Encontramos esse mesmo pensamento hoje, com novas roupagens mais ainda vigente. Essa coisificação da mulher como um objeto, classificando-a de acordo com suas formas físicas, tornou-se contemporâneo assumindo novas formas de desvalorização ao feminino.

Surgiram manuais os quais foram distribuídos aos senhores feudais, segundo Schwarcz (2019) esses manuais aconselhavam como se impor perante seus escravos, circulando pelas Américas e Caribe. O objetivo era evitar a fuga de escravos e a forma de castiga-los, esses castigos deveriam ser moderados de forma a não causar revoltas.

O preconceito pode ser visto em todos os sistemas e estruturas de uma sociedade, o preconceito racial é caracterizado pela falta de pessoas negras em diversas áreas como, televisão, rádios e cargos de prestígio. Vemos hoje a esmagadora massa de pessoas brancas em relação as negras, nas escolas e principalmente nas universidades. Também podemos encontrar o racismo nas piadas ditas cotidianamente, sem intenção ou percepção da prática de racismo, transfigurando-se em ações normais e incorporadas aos indivíduos.

De que forma tornamos cultural e natural o racismo? Esse questionamento se encontra presente na obra de Almeida (2019), os fatores históricos são determinantes a essas práticas, e esses fatores ainda determinam o alto índice de analfabetismo de pessoas negras, menor acesso à educação, trabalho menos qualificado e de menor prestígio social, conseqüentemente possuindo uma renda salarial mínima. E todos esses fatos ainda para o autor, são justificados devido a dominação de pessoas negras por pequenos grupos de soberania branca ocupando 90% dos espaços e setores sociais.

Tornou-se comum naturalizarmos o racismo, isso é perceptível quando não refletimos o porquê pessoas negras não ocupam cargos na medicina, em parlamentos, em novelas e bancadas de jornais. A naturalização também está quando não nos damos conta, que a grande parcela negra da população trabalha em questões insalubres, moram nas ruas ou em casebres nas grandes favelas. Não nos damos conta que a grande maioria dos encarcerados no Brasil são negros. Almeida (2019) exemplifica esse contexto, quando vemos uma pessoa negra ocupando o cargo de um médico e um branco de olhos azuis e cabelos loiros ocupando o cargo de um gari, por que isso nos causa estranheza? Parecendo que as coisas estão “fora do lugar”?

Respondendo a isto, “[...] o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituições de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais” (ALMEIDA, 2019, p. 49). Um sistema que por muito tempo destacou-se pela violência, só teria como resultado a consolidação da desigualdade social, estrutural de todo país. Fica claro a real violência sofrida pelos negros quando os mesmos foram privados de obter qualquer ajuda ou instrução de qualquer organização coletiva e a proibição de qualquer culto religioso ou manifestação religiosa. (BOTELHO, 2019). Esses fatos só reforçam que até os dias de hoje os números desenfiados de desigualdade têm cara e cor no Brasil.

Com o peso dessa terrível injustiça nas costas, estamos por alimentar uma nação racista, desigual e baseada em valores morais excludentes. Visto que, os altos índices de violência e crueldade não se isolaram no passado, continuando presentes e constantes através da violência contemporânea. Vivemos hoje em uma sociedade acostuada e ensinada através das hierarquias, através de uma história contada por mitos e inverdades, tentamos a todo custo buscar uma verdade mais aceitável onde não se esconda as injustiças e as violências, onde não minimize as conseqüências trazidas da época, onde se tenha consciência da aniquilação feita de culturas, costumes e saberes.

O racismo é ensinado. O ser humano não nasce com valores, ou verdades já formadas, desta forma, com o desenvolvimento muitas ações e reações são passadas por gerações, valores

são ensinados e nessa construção de caráter de cada indivíduo se encontra o racismo, as injúrias e as verdades concretas. Ora, se o racismo é ensinado, porque então não ensinamos uma cultura de paz, antiracismo e antiviolença?

Várias conquistas foram adquiridas com muito sangue e suor pela população negra ao longo das décadas passadas. Em 2003 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a qual incluiu em seu currículo de ensino obrigatório “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, com isso a força negra adentra a educação, tendo a chance de contar sua história sem viés colonial, possibilitando assim o conhecimento a sua cultura por muitos anos apagada da história.

Na mesma proporção, precisam ser difundidos na sociedade, e especialmente nas escolas públicas, o ensino sobre a resistência e luta do povo negro, na demonstração da experiência quilombola, da capoeira, como estratégia de garantia do sentido público da escola, que deve ser financiada pelo Estado, mas organizada pelo povo. (BOTELHO, 2019, p. 183).

E como surgiu a diferenciação entre mulher/homem, branco/negro, bom/mal, rico/pobre? Como chegamos a classificar quem merecia comida, roupas, terras e riquezas para aqueles que mereceram açoites, chibatadas, fome e miséria?

A partir do momento em que o ser humano descobriu as diferenças, culturais, sociais, econômicas, mentais e biológicas, rapidamente foi atrelando a elas classificações. Schwarcz (2019) nos diz que toda sociedade estipula seus próprios marcadores de diferença, levando ao surgimento de diversos padrões comuns, geralmente padrões que reforçam a inferioridade sobre a diferença, formando solo fértil a todas as desigualdades, violências e preconceitos.

O conceito de raça, segundo Almeida (2019) está fortemente vinculada a ideia de classificação, inicialmente pensada em partes biológicas, plantas, animais e seres humanos. Porém, a questão de categorias entre seres humanos veio mais tarde a partir do século XVI, Quijano (2005) destaca a questão fenotípica em relação a raça, para ele essa diferenciação dos indivíduos se deu entre os colonizadores e colonizados, de forma a diferenciar os grupos.

Através da colonização várias foram as relações de poder e hierarquias que tomaram forma, muitas das identidades dos grupos foram se firmando nessas relações sociais, em camadas de poder, de acordo com sua função e papéis na hierarquia, visto que, negros e negras por muito tempo foram excluídos da sociedade, hoje essa “inclusão” ocorre de forma totalmente desigual, o acesso a saúde, emprego, educação, segurança, habitação é restrito e defasado quando se refere a parcela negra da população brasileira, “em outras palavras, raça e identidade

racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.” (QUIJANO, 2005, p. 117).

Para o autor Almeida (2019) o significado de raça está fortemente vinculado as circunstâncias históricas de cada época, essas circunstâncias estão atreladas ao autoritarismo, violência e conflito. Mais tarde, os colonizadores relacionaram raça a cor, Quijano (2005) afirma que essa classificação inicialmente ocorreu com os britânicos-americanos, a cor e a segregação racial ocorreram mais fortemente com a raça colonizada e explorada, considerada importante já que a maior parte do capital era provido por eles, os escravos, no entanto, não mais importante que os colonizadores. Quijano (2005, p. 117) diz “Em consequência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos” e desde então, surgiu a diferenciação de cor e a ordem hierárquica do poder.

Com essa classificação racial, originou-se uma estrutura em relação aos papéis e lugares de trabalho na sociedade. Houve como Quijano (2005) diz uma divisão racial do trabalho, essa classificação de grupos estruturou-se e naturalizou-se num controle social de trabalho.

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. (QUIJANO, 2005, p.119).

Através da longa trajetória escravocrata do Brasil, continuou intensa a exclusão de negros em quaisquer setores, os quais foram libertos, porém, sem orientação, sem suporte, sem investimento, sem qualquer estrutura mínima de sobrevivência.

Não foram constituídas as medidas para sua pré-socialização à nova organização social e econômica que se instituía, a qual exigia comportamentos, valores, uma subjetividade, enfim, consoantes à sociedade capitalista baseada no trabalho livre, deixando-os à própria sorte. Desorganização familiar e social, discriminações racistas, obstrução para educar-se e qualificar-se profissionalmente são algumas das brutalidades que a sociedade impôs aos negros desde então. (LIMA, 2018, p. 86).

A desigualdade social no Brasil, é o grande resultado da intensa intolerância, além de ser causa de muita violência. Não há possibilidade em existir democracia, em uma sociedade onde ainda existe racismo. Um exemplo claro de intolerância racial é o caso comovente do assassinato de Marielle Franco, vereadora do Partido Socialista e Liberdade - PSOL, mãe, lésbica, negra e defensora dos direitos humanos. Marielle foi brutalmente assassinada por tiros a queima roupa junto a seu motorista Anderson Pedro Gomes.

Marielle se considerava favelada, foi moradora da Maré comunidade do Rio de Janeiro, lutava pela comunidade e criticava a atuação da polícia em relação aos indivíduos em vulnerabilidade social. Marielle se formou na graduação através do ensino público, se tornou mestre e teve oportunidade em adentrar na esfera política. Aproveitou todas as brechas do governo e conquistou não só títulos como o coração dos moradores das comunidades.

O assassinato ainda continua sem explicação e sem culpados, dois policiais militares foram apontados como suspeitos, porém nada se sabe do mandante do crime, seu assassinato foi considerado crime político, e teve uma grande repercussão. Marielle foi uma das pouquíssimas pessoas negras no Brasil que não foi escondida e deixada no anonimato. Tornou-se inspiração das lutas de grupos minoritários contra milícias e injustiças, hoje é símbolo de resistência e respeito. “[...] quando a mataram, uma esperança de Brasil foi enterrada junto com ela” (SCHWARCZ, 2019, p. 183).

Segundo o documento Diretrizes Nacionais de Feminicídio (2016, p. 13), o caso mostra complexidade e urgência de estratégias.

As mortes violentas de mulheres por razões de gênero são fenômeno global. Em tempos de guerra ou de paz, muitas dessas mortes ocorrem com a tolerância das sociedades e governos, encobertas por costumes e tradições, revestidas de naturalidade, justificadas como práticas pedagógicas, seja no exercício de direito tradicional – que atribui aos homens a punição das mulheres da família – seja na forma de tratar as mulheres como objetos sexuais e descartáveis.

A diferença entre sexo e gênero, trazem muitas reflexões, parafraseando Schwarcz (2019) o sexo é definido por feminino e masculino, uma diferenciação biológica em relação ao ser humano. Quando tratamos de gênero, a autora nos diz que são papéis os quais os indivíduos optam por desenvolver e se apropriar dele, a partir de uma construção social por toda vida. Como já mencionado anteriormente a hierarquia e o patriarcado esteve e ainda está presente em nossa sociedade. A visão de uma família tradicional ainda é muito comum, homens são provedores do sustento do lar e a mulher como cuidadora dos afazeres domésticos e dos filhos.

Com o desenvolvimento acelerado da sociedade juntamente à industrialização, as mulheres vieram tomando cada vez mais espaço no mundo de trabalho. Essa desestruturação hierárquica da família trouxe alguns sentimentos misóginos à tona, segundo Schwarcz (2019,) esses sentimentos transfiguram-se em ódio, desprezo, raiva, ciúmes e um alargado preconceito contra mulheres independente de raça ou credo, explicaria porque Marielle Franco tinha tantos inimigos políticos, pelo simples fato de ser mulher, negra, estar representando uma força

descomunal e amedrontando aqueles que torcem por manter a hierarquia da desigualdade e das injustiças.

Ademais muitos homens passaram a se sentir prejudicados ou até inseguros diante da crescente autonomia e independência conquistadas por esposas, namoradas, companheiras, conhecidas e colegas, cujo objetivo maior deixou de ser brilhar no espaço recluso da domesticidade. E a relação é proporcional: quanto mais elas alcançam postos elevados no trabalho e fora de casa, mais se avolumam os casos de feminicídio. (SCHWARCZ, 2019, p. 194).

Segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a cada ano, aproximadamente 1,3 milhão de mulheres são agredidas no Brasil. Através dos dados de Schwarcz (2019, p. 184) “Mulheres correspondem a 89% das vítimas de violência sexual no Brasil”, contudo o termo feminicídio só entrou em vigor no Brasil em 2015. Esses altos índices em relação a violência contra a mulher, nos fazem entender a importância das políticas públicas de qualidade na defesa contra violência de gênero. A violência também ataca com frequência grupos de LGBTQIA+. Os dados de violências contra esses grupos são poucos e raramente divulgados, o silêncio em relação a violência contra LGBTQIA+ nos mostra que não há preocupação com esses grupos pelo Estado.

Torna-se fundamental problematizar, analisar e refletir sobre o racismo, o qual segundo Lima (2018), é justificado e legitimado através de discursos que não o tem como prioridade. Lutar por direitos não é uma luta recente, a Declaração dos Direitos Humanos foi escrita por todos aqueles que compreendem a necessidade de vivermos em paz e que a dignidade alcance qualquer ser humano, exige posição de defesa dos Direitos Humanos, criticar a relação patriarcal a qual perdura até hoje, sendo um processo a ser construído dia pós dia. Para superar o racismo é necessário combater sua naturalização cotidiana, onde o negro precisa defender-se através de organizações políticas e acesso à educação e conhecimento. (BOTELHO, 2019).

Carecemos em defender o direito as diferenças e a democracia do país, repulsa a qualquer forma de violência, ser resistência contra qualquer injustiça ou incoerência apresentada pela elite do poder. Permitir a visibilidade dos dados e a realidade presente em nossa sociedade, para que tenhamos consciência de que a violência é presente e constante afetando principalmente a parcela menos privilegiada da sociedade.

2.1.2 Mandonismo e patrimonialismo: herança infinda

O colonialismo tem como características principais a violência e a autoridade, as quais golpearam culturas e povos através do poder. A forma mais comum de compreender seus feitos é pela violência legitimada, porém através da linguagem e da arte também notamos sua presença. A configuração da estrutura social de séculos passados ainda continua em vigor em nossa República, segundo Schwarcz (2019) pertencemos a uma estrutura política a qual privilegia os seus interesses privados e só depois desses interesses é que vem os interesses públicos para o bem comum. O colonialismo no Brasil pode ser localizado desde o século XVI:

[...] quando a metrópole portuguesa, na impossibilidade de povoar tão vasto território, optou por governar seu domínio americano delegando poderes a uma série de colonos, que se transformaram em senhores de extensos domínios. Esse foi o espírito e a base da colonização do Brasil; poucos homens concentrando grandes latifúndios, em geral monocultores. (SCHWARCZ, 2019, p. 41).

Segundo Saraiva (2019) apesar dos anos que passaram, e dos contextos serem diferentes o Estado patrimonial português, mantém sua estrutura e seu cerne inviolado. Seguindo os quadros burocráticos de estamento, vem a classe dominante que rege e governa agindo através de seus próprios interesses. “Prevalece no patriarcalismo a ausência da distinção entre o governante e o Estado (privado versus público)” (SARAIVA, 2019, p. 339).

A grande produção de cana de açúcar e café fizeram florescer os “patrões” da época, iniciando em algumas regiões com pequenas economias baseadas em propriedades de médio e pequeno porte. Desse modo a autora Schwarcz (2019) deixa claro que o colonialismo brasileiro se baseou na concentração de mão de obra escrava, a ausência do Estado e da esfera pública, permanecendo nesse momento o poderio em mãos dos mandos privados.

Visto como um empreendimento, a escolha dos “gestores” da empresa era de responsabilidade do rei, exercida inicialmente através das feitorias, que foram utilizadas em maior parte para promover a ocupação das terras, sendo as primeiras criadas em 1502 e 1504. (SARAIVA, 2019, p. 341).

Os mandos também se preocuparam em construir uma hierarquia dentro da própria estrutura familiar. O senhor dos engenhos ficou vinculado a imagem do pai “bondoso e severo” como Schwarcz (2019) diz, de modo a construir uma família baseada no patriarcalismo onde os homens teriam papel importante e jamais questionado, já as mulheres as restariam tarefas secundárias como a maternidade e os cuidados do lar.

Os trabalhos onde a força braçal era imprescindível como os de artesões, arar terras, carregar pesos, entre outros trabalhos manuais, eram deixados de lado pela burguesia pois era visto como menos importante e desmerecedor. Consagrando assim o preconceito sobre o trabalho manual no país. A nobreza almejava se qualificar em trabalhos relacionados ao Estado, igreja e a política, os quais dependiam de muita negociação e troca de favores para obtê-los, dessa forma, a população em geral também almejava por cargos de prestígio aos seus filhos, para que se elevassem o nível de poder ou para mantê-lo. Com um pouco de sorte se o filho conseguisse um cargo no comércio ou no exercício do sacerdócio elevaria o nível social de sua família. Já as filhas eram vistas como moeda de troca para boas alianças de poder, através de casamentos arranjados, mantendo a hierarquia e o poder na família.

Outra característica interessante dos senhores da época era o cuidado e o assistencialismo proporcionado aos que lhe rodeavam, de forma a manter posição de autoridade e controle sobre os demais, administrando dívidas e favores. No campo tudo se transforma em negócio, terras, matrimônio, favores e títulos. Construiu-se uma hierarquia de poder, uma sociedade marcada pela violência e pela autoridade de senhores, naturalizando seu inquestionável poder.

Segundo Saraiva (2019), surgiam nessa época os grandes chefes locais, localizados nos interiores e sertões, utilizavam de mão de obra escrava para adquirir seus bens e não mediam esforços para manter seu poder e conquistar cada vez mais terras e riquezas, para isso, comandavam confrontos sangüinários a quem se opunha a suas ideias e princípios, sendo que nada era feito pelas autoridades das metrópoles, estes se mantinham nulos e não interferiam nos negócios dentro dos domínios dos grandes chefes locais.

Schwarzc (2019) afirma que ao contrário do que se apresenta em muitas histórias, que dizem não haver lutas ou revoltas por parte dos colonizados, o Brasil cresceu envolto de rebeliões, guerras e revoltas, porém, através das imagens feitas pela elite brasileira da época, na arte e na pintura, retratavam um povo submisso e convertido ao mandonismo e a estrutura dominante. Com revoltas constantes o medo veio assombrando o poder dos mandos, espalhou-se manuais com dicas de como evitar fugas e rebeliões. A autora traz os “castigos moderados” como um dos métodos mais recomendados para se evitar contratempos com os escravos, também se aconselhava a deixar os escravos criarem galinhas e fazer hortas ao redor das senzalas, para que assim se distraíssem e não pensassem em fugas ou rebeliões, outra dica vinda do manual era de não açoitar escravas em público, para não proporcionar o ódio e ira dos homens. Já os homens deveriam sofrer os castigos em público e os senhores feudais deveriam

estar presentes para se manter a ordem e a autoridade, ressaltando uma imagem de poder e respeito.

Após o fim do Império, o sistema rural entrou em declive, porém a imagem dos senhores provedores de favores e empréstimos persistiu até a república, o poder continuou concentrado nas mãos de proprietários de terras, influenciando a política da época, Schwarcz (2019) retrata muito bem em seu livro as fraudes rotineiras no processo eleitoral, através do voto como moeda de troca, favores e intimidações controlavam todo processo.

Em época de Império o coronelismo era o cargo mais alto a ser conquistado, com o fim do mesmo e início da República os coronéis perderam sua participação na corporação, porém continuaram com seu poder em seus municípios, um complexo sistema de negociações e trocas. A democracia brasileira teve muitos avanços, mas também muitos retrocessos, pois ainda se organiza através de artimanhas apresentando uma estrutura ainda de mandonismos.

Herdamos uma linguagem de poder, artimanhas, violência, autoritarismo e de poder nas mãos de poucos, assim como Saraiva (2019, p. 360) diz:

[...] o brasileiro construiu seu sistema de compreensão do poder político: opta por agir como pessoa, não como cidadão. Práticas como o coronelismo e o clientelismo, tão comuns no dia a dia do brasileiro normalizaram condutas imorais, e transformaram o “jeitinho brasileiro” em característica popular.

Hoje os mandonismos se manifestam através do acelerado desenvolvimento da era digital, os mecanismos de dominação tornaram se mais rápidos, objetivos e globalizantes. Através de todo desenvolvimento ainda vemos a história por se repetir, não se pode deixar camuflar o passado ou refazê-lo, tampouco esquecer suas raízes, ações futuras precisam ser estruturadas com a consciência dos erros passados.

Os dados mostram a dificuldade que muitos países encontram em se comprometer e zelar pelo bem comum. Quando estudamos sobre as famílias e seus contextos, notamos que o patrimonialismo ainda é muito intenso. A moeda de troca, o jeitinho brasileiro, o levar vantagem das coisas, moldaram o Brasil e ainda o moldam, se desenvolvendo através do abuso de poder e o clientelismo. O que explica o déficit de direitos sociais, essa falta de interesse pelo público e pelo coletivo agrava ainda mais a desigualdade perene no país. Vale enfatizar a precária situação de alguns grupos sociais (negros, mulheres, gays, lésbicas, índios, imigrantes), devido a essa herança do passado pelo autoritarismo constante, a escravidão e todas as formas de poder conquistadas arbitrariamente.

Schwarcz (2019) traz dois inimigos da república e da democracia, são eles: patrimonialismo e a corrupção, ambos feriram e ainda ferem o sistema democrático e a

república. A palavra patrimonialismo foi utilizada pela primeira vez por Max Weber (1864-1920), “patrimonialismo” deriva da palavra “pai” e refere-se a propriedade privada. Desse modo “patrimonialismo passou a designar, a utilização de interesses pessoais, destituídos de ética ou moral, por meio de mecanismos públicos” (SCHWARCZ, 2019, p. 66).

O patrimonialismo tornou-se uma das principais características do sistema político brasileiro desde as colônias, característica marcante foi a atenção e preocupação do Estado com os grandes proprietários de terras, tendo o controle de grande parte da população e ainda usufruindo da mão de obra escrava. Durante o Império muitos títulos foram concedidos a base de troca e favores, como a autora destaca muitos fazendeiros e proprietários de terras foram condecorados a barões, duques, marqueses, condes, viscondes, grã-cruzes, comendadores e cavaleiros. Foi somente em 1881 que o Império configurou a forma de suas eleições, sendo incorporada à Justiça Federal juntamente a eleição direta.

Já na política da República muitas eram as artimanhas para manter sua estabilidade, parafraseando Schwarcz (2019) três fatores principais foram responsáveis por essa estabilidade:

1. Manter certo conflito político interno por meio de seus governadores;
2. A soberania do governo federal nas políticas internas;
3. A manutenção do controle das disputas locais por meio de fraudes nas eleições.

Muitas das fraudes receberam nomes devido a suas características peculiares. As fraudes mais conhecidas foram: 1. Eleição de “bico de pena”, manipulações nas mesas eleitorais (falsificação de assinaturas e adulterações de documentos); 2. “Degola” esse nome era dado aos eleitores que não eram reconhecidos pela Câmara dos deputados; 3. “Voto de cabresto” uma prática tida como cultural, representava o respeito e a lealdade por seu chefe local. 4. “Curral eleitoral” uma espécie de barracão onde os votantes eram alojados e lhes dado refeições e através de alta vigilância só eram liberados na exata hora da votação.

Após muitos anos e através de lutas constantes criou-se a “Justiça Eleitoral e a Justiça de Trabalho, instituições que visavam cercear o arbítrio privado dos grandes proprietários, bem como coibir seu poder de barganha junto ao Estado” (SCHWARCZ, 2019, p. 82). A Constituição de 1932 também adicionou regras eleitorais, o voto secreto e obrigatório, desde os dezoitos anos de idade. Com o passar do tempo em 1988, foram conquistados novos direitos sendo eles, redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais, seguro-desemprego, férias remuneradas, entre outros.

Após anos de república e democracia, percebemos que o patrimonialismo ainda persiste e toma força a cada eleição, o que explica a enorme desigualdade e crise social. A concentração de riqueza nas mãos de poucos, as migalhas ao resto do mundo, chefes locais e

influenciadores políticos se firmam nos preceitos da família patriarcal, mascarando o preconceito e a violência, construindo ideais e valores a serem seguidos. O Brasil é nutrido ainda pelo cordão umbilical formado pelas trocas de favores, pelos apadrinhamentos, e pelo conveniente. A necessidade de líderes os quais lutem pelo coletivo é essencial para o desmonte de uma política enraizada na corrupção.

2.1.3 Corrupção e intolerância: combustíveis para uma cultura de violência

A definição da palavra “corrupção” pelo dicionário português de *Oxford Languages Online* (2021, sp), traz dois vieses, o primeiro destinado a: deterioração, decomposição física de algo; putrefação, o segundo significado: modificação, adulteração das características originais de algo. Considerando o segundo significado da palavra corrupção, podemos dizer que a mesma está vinculada a traição, desconfiança e a enganação, ato pelo qual fere a confiança tirando proveito de situações oportunas, onde se prejudica um indivíduo e favorece outro. “Na gestão de Estado, a corrupção remete ao ato de conceder ou receber vantagens indevidas de agentes públicos ou do setor privado, com intuito de obter vantagens.”(SCHWARCZ, 2019, p. 88). Na área política a corrupção está atrelada ao fato de o autor do ato ilícito não conseguir cumprir seu papel em relação ao bem comum.

Alguns termos referentes a corrupção merecem ser apresentados, a palavra “propina” seria o “recurso oferecido de forma ilícita a alguém ou a uma instituição”. (SCHWARCZ, 2019, p. 89). No próprio dicionário de português de *Oxford Languages Online* (2021, sp), consta a definição de suborno associado a definição de corrupção: sendo ato ou efeito de subornar uma ou mais pessoas em causa própria ou alheia, com oferecimento de vantagens ou dinheiro; O suborno tornou-se sinônimo de propina, oferecer um valor para se receber ou dar vantagens de maneira ilícita, normalmente cometido na administração pública. Desta forma, temos: 1. Suborno ativo, quando a pessoa oferece dinheiro a um funcionário público em troca de favores para si ou para terceiros; 2. Suborno passivo, quando os papéis se invertem e desse modo o funcionário pede dinheiro e dispõem facilidades, favores e mordomias.

Em relação aos envolvidos no ato da corrupção. Parafraseando Schwarcz (2019) existe o corruptor, o corrompido e o conivente, respectivamente. 1. Corruptor, é o autor que comete um ato ilegal com o objetivo de tirar proveitos para si, familiares ou amigos, estando consciente de seus atos e das consequências previstas nas leis. 2. Corrompido, indivíduo que aceita fazer parte do ato ilegal desde que o mesmo seja beneficiado com dinheiro ou favor pessoal. 3.

Conivente, é aquele que sabe o que está acontecendo, está vendo o ato ou situação ilícita e não faz nada para impedi-la.

Segundo Bonifácio e Ribeiro (2016) a corrupção vem tornando-se presente desde a antiguidade sem interrupções, tendo em vista que a corrupção não se restringe apenas a contextos políticos, institucionais e culturais. Como visto anteriormente, atos ilícitos ocorreram durante toda história brasileira, o que acabou por desencadear um grande déficit na desigualdade econômica do país. Sem contar que o Brasil financiou o ato escravocrata a apenas 133 anos, isso faz refletir o quão recente o abuso de poder e de violência começou a ser punível perante a lei. “Quem furta pouco é ladrão. Quem furta muito é barão. Quem mais furta e esconde. Passa de barão a visconde” (SCHWARCZ, 2019, p. 96). Esse trecho retrata a época colonial onde havia muita compra de títulos e cargos por meio de favores e trocas.

Segundo Bonifácio e Ribeiro (2016), a medida em que o sistema político brasileiro emerge em atos corruptos, naturaliza o pensamento de corrupção e de pertencimento a esses atos, desencadeando descontentamentos da população com a esfera pública, preparando terreno para mais corrupção. Uma brecha desse descontentamento, foi o regime militar de 1964, quando os militares tomaram o poder através de atos ilícitos, corrupção e abuso de poder, efetuando um golpe pelo qual se instituiu a ditadura militar. Através dos princípios desse novo regime instituído, quase nada se podia fazer contra corrupção, várias das denúncias feitas sobre o próprio grupo militar, não se dava atenção e não eram analisadas ou investigadas. Porém, por mais que tentassem encobrir, os escândalos acabaram por vir à tona e pouco se pôde fazer para amenizá-los. (SCHWARCZ, 2019).

De certo modo a honestidade e o pensar comunitário sempre foram um problema para a classe dominante brasileira, a história nos mostra que a corrupção é uma velha companheira e que está intimamente ligada as novas tendências ainda hoje. Quando furamos uma fila, aceitamos um troco errado do caixa do mercado, burlamos o sistema, deixamos nossas raízes corruptas se sobressaírem.

[...] se olhar para você hoje, verá que você é um conjunto de atributos que foram construídos historicamente pelos seus ancestrais. O que reproduzimos ou manifestamos hoje é fruto de uma cultura que foi construída ao longo dos anos. Que além de trazer consigo uma bagagem histórica que representa a cultura, esse homem está em constante transformação. (AMARAL, 2016, p. 21).

Quando Amaral (2016) nos diz que somos seres em constante transformação, salienta-se a importância em se construir uma cultura que atenda às necessidades humanas em fazer o bem, sem esperar nada em troca disso, ajudar o próximo, que as oportunidades sejam as mesmas

a todos e que nossos governantes se engajem nas causas por um bem comum. Não basta apenas mudar as atitudes, valores e pensamentos violentos, precisamos naturalizar uma cultura do bem, do amor e zelo ao próximo, que nossas gerações futuras não conviverão com essas práticas e não terão com quem aprender a violência e a maldade.

Os exemplos de corrupção são muitos, nos tornamos reféns dessa trajetória histórica pela qual o país ficou marcado, de forma que toda prática corrupta se refere a transgressão da lei, seja através da política, do sistema, ou dos próprios cidadãos. O fato é que a corrupção só existe porque a sociedade aprendeu desde muito cedo a encobrir e se redimir.

Essa “máquina de governar” como a autora Schwarcz (2019) se refere a massa corruptora, esta não somente no Estado, mas em todos os setores públicos, governamentais, estaduais e municipais. Grande parte da densa desigualdade social, falência de setores, defasagem de recursos e infraestruturas ligam-se a corrupção e suas consequências. Corrupção independente de motivo, proporção ou alegação sempre será corrupção sendo um ato ilegal o qual põem em risco finanças e projetos de Estado. Mas o que fazer para impedir e abolir a corrupção? Não basta apenas pensamentos moralistas, é necessária muita vontade política pelo Estado, através de um trabalho duradouro de investigação e aniquilação de todo ato ilegal.

Quando falamos de corrupção facilmente nos remete a políticas e relações de Estado, no entanto, compreende-se que a corrupção não se restringe apenas a política e as artimanhas de poder, apresenta-se também nas relações pessoais dos seres humanos. Hoje mais do que nunca, as relações humanas, convivência e proximidade entre as pessoas ocorre de forma cada vez mais superficial, essa superficialidade nas relações abre espaço para que a corrupção adentre nas relações humanas, nos sentimentos e nos valores e assim como uma doença cancerígena se alastre por todo o laço seja ele familiar, entre amigos ou profissional e gradualmente liquida-se qualquer resquício de confiança, solidariedade e reciprocidade.

Pode-se perceber como governos autoritários possuem estratégias violentas para subire permanecer no poder, utilizando de feridas da sociedade para legitimar-se e ascender através de valores, os quais deixam de lado quando as situações complicam.

[...]governos de matriz autoritária tomam o poder ou são eleitos utilizando slogans que denunciam práticas ilícitas de governos anteriores e assim se autovalorizam. No entanto, sem planos de fato eficientes e comprometidos, acabam caindo, eles próprios, no canto da sereia da contravenção. (SCHWARCZ, 2019, p. 124).

A fama e o desrespeito de nossa política, nos deprecia e afeta a autoestima dos brasileiros, os episódios de corrupção e a grande quantidade de dinheiro sendo tirado de nossos

setores (educação, saúde, segurança), levados aos bolsos de nossos representantes nos afeta e nos julgam aos olhos internacionais.

Portanto, compreende-se que o Brasil possui uma história sombria marcada pela submissão e dominação, refletindo hoje nas diversas manifestações de violência. Trazemos a questão das epistemologias as quais se referem ao conhecimento. Um exemplo muito claro no Brasil, foi a catequização dos índios, como uma das várias formas de dominação exercida pela violência, quando a corte portuguesa adentra as terras brasileiras e os jesuítas através da Companhia de Jesus iniciam a catequização dos nativos, fica claro o objetivo em difundir a fé cristã e seus dogmas ao povo daquela terra, a qualquer custo. Entrava-se num dilema, a fé duradoura dos europeus e a grande maleabilidade dos povos indígenas. A primeira impressão era de um povofácil de se catequizar e manipular, porém, com rápida regressão a suas credences.

Em um lugar do “ritual da tolerância”, passamos a praticar o oposto; o confronto e a expressão aberta da polaridade que, como vimos mostrando, sempre existiu na nossa história, mas andava silenciada. Talvez por isso, hoje em dia muitos brasileiros não se preocupem mais em se definir como pacíficos; preferem desfilar sua intolerância. (SCHWARCZ, 2019, p. 211).

A tolerância é um tema complexo de se analisar, visto que, em certa medida podemos considera-la virtude ou defeito. Para Freire (2011), é necessário diferenciar alguns conceitos para que se entenda o real significado de tolerância. Dessa forma, “permissividade” é quando um indivíduo aguenta sem contestação atos que o afronte e ferem seus direitos. “Tolerância” trata-se em defender suas causas e princípios, não deixando de manifesta-los, seguindo sempre a não violência e não impondo suas ideias como concretas e únicas. “Intolerância” assumir julgamentos, exercendo violência, dominação, agressão física, verbal, psicológica sobre as ideias contrárias, incluindo o autoritarismo.

Nesse sentido torna-se crucial apontarmos a importância da tolerância nos estudos e na compreensão da cultura de paz, podemos dizer que a tolerância é um instrumento a favor da paz, “a tolerância é a virtude da paz quando se relaciona à capacidade de se descentrar do egocentrismo e fazer a opção pelo bem” (FREIRE, 2011).

A Declaração de Princípios sobre a Tolerância aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, em sua 28ª reunião em 16 de novembro de 1995 em Paris, nos ressalta alguns pontos relacionados ao significado de tolerância, ao papel do Estado, as dimensões sociais, a educação e ao compromisso de agir.

Artigo 1º. 1.1 A tolerância é o respeito, a aceitação e a apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz.

Artigo 2º. 2.1 No âmbito do Estado a tolerância exige justiça e imparcialidade na legislação, na aplicação da lei e no exercício dos poderes judiciário e administrativo. Exige também que todos possam desfrutar de oportunidades econômicas e sociais sem nenhuma discriminação. A exclusão e a marginalização podem conduzir à frustração, à hostilidade e ao fanatismo.

Artigo 3º. 3.1 No mundo moderno, a tolerância é mais necessária do que nunca. Vivemos uma época marcada pela mundialização da economia e pela aceleração da mobilidade, da comunicação, da integração e da interdependência, das migrações e dos deslocamentos de populações, da urbanização e da transformação das formas de organização social. [...]

Artigo 4º. 4.1 A educação é o meio mais eficaz de prevenir a intolerância. A primeira etapa da educação para a tolerância consiste em ensinar aos indivíduos quais são seus direitos e suas liberdades a fim de assegurar seu respeito e de incentivar a vontade de proteger os direitos e liberdades dos outros.

Artigo 5º. Comprometemo-nos a fomentar a tolerância e a não violência por meio de programas e de instituições no campo da educação, da ciência, da cultura e da comunicação. (UNESCO, 1995).

A “intolerância” manifestada através de sentimentos de raiva, ódio, desprezo, contaminando as relações sociais e as convivências das pessoas, a partir do momento que eclode todos esses sentimentos a violência se prevalece como forma de solucionar as disparidades e diferenças sociais. A intolerância por parte política age de maneira a silenciar e invisibilizar as diferenças existentes as quais ferem os princípios da família tradicional brasileira. “Mas um elemento crucial leva a entender o crescimento da intolerância no país: a deficiência na oferta de uma educação pública de base de qualidade” (SCHWARCZ, 2019, p. 219).

Uma educação construída junta a cultura de paz é a chave para abrir as portas da democracia e da justiça. Quanto menor o índice de escolaridade a autoridade prevalece e a solução de conflitos através da violência aumenta. O diálogo como ferramenta fundamental na educação e nas vivências sociais, acaba escondido pela intolerância. Aprender e ensinar a partir da diversidade e do diálogo continua sendo peça fundamental para o fortalecimento da democracia. “A intolerância fragiliza o nosso estado democrático de direito, que pede respeito entre ideias, experiências, práticas, opções e costumes diferentes” (SCHWARCZ, 2019, p. 220).

A história do Brasil foi marcada pela escravidão, racismo, mandonismos, patrimonialismo, corrupção, racismo e intolerância. Dessa forma, como reverter um cenário de truculências e descaso com os direitos do ser humano? Com toda certeza esses fatores que compõem a trajetória do país impulsionaram a desigualdade, violência, miséria, degradação ambiental, individualismo e a corrida capitalista. Segundo Herrera Flores (2009), todos os seres

humanos são dotados de direitos assegurados pela Declaração Universal de Direitos Humanos, mas todos temos as mesmas ferramentas e meios para lutar pelos bens de dignidade? Compreendendo que temos os mesmos direitos e “deveríamos ter” os mesmos meios de conquista de bens materiais (casa, carro, alimentos, roupas) e imateriais (educação, saúde, segurança), por que ainda estamos envoltos a bolsões de pobreza?

2.2 DESIGUALDADE SOCIAL EMERGENTE A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

Infelizmente a desigualdade social vem nos afetando gradativamente, uma herança do nosso passado violento e desigual. Vários são os fatores os quais consagraram a desigualdade não só no país como no mundo, fatores os quais continuam presentes e naturalizados a cada dia. Segundo Pires (2019, p. 53) “desigualdades sociais referem-se às diferenças observadas nas chances individuais de acesso e posse de bens socialmente valorizados”. Os reflexos da desigualdade podem ser vistos na área educacional, nas oportunidades desiguais, na ineficácia de políticas públicas, na defasagem da segurança pública e na miséria da população marginalizada.

A desigualdade seja ela racial, cultural, estrutural, compreendemos que ela é “real”, enxergamos à em todos os cantos do mundo, principalmente nos países sul-americanos. Santos e Meneses (2009) nos mostram que a desigualdade se encontra até mesmo em nossa estrutura familiar. Torna-se importante compreendermos as desigualdades passadas e presentes que foram construídas em nosso país e que ainda são mantidas através de novas roupagens, permitindo-nos debater sobre as diversas manifestações de poder e hierarquias dominantes.

Schwarcz (2019) diz, a violência e a desigualdade se fortificaram e se naturalizaram no passar dos anos, porém, foi na era escravocrata em que a desigualdade se tornou o ápice do sistema social, através da exploração dos mais pobres. O direito de ir e vir, a liberdade, a educação sempre foram direitos apenas de alguns, enquanto a imensa maioria era privada dos mesmos.

Para basearmos em números a desigualdade social no Brasil Schwarcz (2019) a população mais rica é representada por 10% da população a qual detém mais da metade da renda nacional. A violência junto a desigualdade social afeta “pretose pardos, crianças entre zero e quatorze anos, mulheres sem cônjuge e com filho, mulheres pretas ou pardas sem cônjuge e com filho, e pessoas com mais de sessenta anos” (SCHWARCZ, 2019, p. 130).

Após 133 anos da abolição da escravidão e 30 anos da Constituição de 1988, o Brasil ainda se mostra íntimo a desigualdade, por mais que as riquezas estatais se distribuam em

educação, saúde, habitação, saneamento, segurança, políticas públicas e tantos outros setores, podemos ver nitidamente que essa distribuição não ocorre de forma igual e equilibrada. Santos e Menezes (2009) no dizem que a busca por capital desde a formação do sistema-mundo foi formada através de ideologias predominantemente racistas, sexistas e homofóbicas. Os donos da expansão colonial eurocêntrica caracterizavam-se como homens, brancos e heterossexuais os quais expandiram seus preconceitos culturais por onde foram consagrando e estruturando nossa atual desigualdade, centrada em desigualdade de classe, gênero, racial, e tantas outras existentes em nossa atual conjuntura.

2.2.1 Educação e analfabetismo

Através dos dados visto do Observatório de Educação e Ensino Médio e Gestão (2018) cerca de 8,8 % dos jovens entre 15 e 17 anos estavam fora da escola em 2018, entre as causas mais prováveis estão o trabalho infantil, a fome, miséria e o tráfico, todas consequências da desigualdade social. Desta forma, podemos notar que uma das áreas mais afetadas pela desigualdade é a educação, sendo um dos setores que cada vez mais foi deixada de lado por nossos governantes, sendo direito de todos, mas uma condição a ser conquistada por muitos. Analisar a história desde sua origem nos possibilita compreender as consequências de atitudes tomadas a séculos atrás.

Em época escravocrata a educação não passava nem perto das senzalas, o direito a ler e escrever era destinado apenas a brancos e ricos. O receio em ensinar e proporcionar conhecimento aos negros se dava pelas rebeliões, de forma a evitar essas manifestações os negros não podiam ter acesso ao conhecimento. Schwarcz (2019) diz que as pessoas livres na época escravocrata pouquíssimas tinham acesso à educação, sendo dessa forma destinada apenas aos senhores com poder (donos de terras, fazendeiros, latifundiários e pessoas de prestígio político).

Segundo a Constituição Política do Império do Brasil (1824), o estudo primário tornou-se gratuito, as matrículas nas escolas públicas eram proibidas para escravos e escravas e as pessoas consideradas livres a partir dos 5 anos aos 15 deveriam inserir-se no ensino público obrigatório, caso isso não ocorresse os pais, tutores ou responsáveis pelos mesmos pagariam multa. O sistema de ensino ficou organizado da seguinte forma, o ensino primário era o suficiente para a camada pobre da sociedade, já o ensino secundário o qual não era obrigatório ficaria restrito a apenas a classe dominante, sendo uma desigualdade legítima evidente desde a origem do ensino na educação brasileira.

Com o passar do tempo o número de escolas foram aumentando e vários prédios destinados ao ensino foram erguidos. Com a nova Constituição de 1891 o ensino primário ficou por responsabilidade do Estado já o ensino secundário e ensino superior de responsabilidade do Congresso. A década ficou conhecida através do “otimismo pedagógico”, esse otimismo pela educação se trata de um movimento de caráter republicano, firmado na difusão do sistema educacional, caracterizado como um movimento estadual com princípios nacionalistas voltados especificamente a educação primária. (MARCONI; NETO, 2012).

Contudo, o sistema continuou o mesmo, a escola primária com objetivo profissionalizante de formar mão de obra, destinando-se a grande maioria da população pobre, já o ensino secundário e o ensino superior restringiram-se apenas aos donos de poder, com objetivo em formar profissionais de prestígio, mantendo desta forma a hierarquização nas classes sociais.

Constituição Política do Império do Brasil (1824), elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I. Pessoas analfabetas eram proibidas de votar e isso fez com que o eleitorado se restringisse a uma pequena parcela da educação, sendo dessa forma mais fácil em controlar os votos, através das fraudes eleitorais rotineiras na política brasileira.

Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Parochiaes.

I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais se não compreendem os casados, e Oficiais Militares, que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados, e Clérigos de Ordens Sacras.

II. Os filhos famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Ofícios públicos.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guarda-livros, e primeiros caixeiros das casas de comércio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais, e fabricas.

IV. Os Religiosos, e quaisquer, que vivam em Comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda liquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou Empregos. (BRASIL, 1824, Art. 92).

A medida em que as escolas foram se propagando os donos do poder tiveram que interferir de outra forma, exigindo que seus alunos mais absorvessem conhecimentos do que formassem cidadãos críticos, sendo o objetivo central a formação de mão de obra. (SCHWARCZ, 2019). Com o progresso da educação, muitas conquistas foram estruturando um país mais democrático, muito ainda se tem a fazer, mas é inegável o desenvolvimento da área educacional. Através da Constituição de 1988, houve a universalização do ensino fundamental buscando a erradicação do analfabetismo.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE o Brasil manteve a maior taxa de analfabetismo dentre os países latino-americanos. Esse índice é fruto das raízes violentas e autoritárias da nossa história. Em 2017 o Brasil tinha 11,5 milhões de pessoas analfabetas, representando em média 7% da população de 15 anos ou mais, sendo que 3 entre 10 crianças abandonam a escola, e dessas a maioria sofrem drasticamente com a desigualdade. Sem contar no alto índice de evasão escolar, sendo na maioria dos casos consequência direta da falta de condições básicas de sobrevivência, obrigando a maior parte dessa população adentrar no mundo do trabalho cada vez mais cedo. Esses dados deixam claro que a desigualdade social é presente e persistente na área educacional, perpetuando à vulnerabilidade das gerações futuras, reproduzindo e naturalizando a desigualdade social.

E o que fazer para diminuir e dizimar a desigualdade da sociedade, o analfabetismo, a fome, a miséria, o esgotamento de recursos naturais, fragilidade do sistema de saúde? Não há uma verdade concreta ou então uma receita de bolo para seguir, porém, munidos pela ciência e pelos Direitos Humanos, por uma Cultura de Paz e por uma educação voltada as convivências sociais, estaremos no caminho certo para uma consciência social humanizada.

Desigualdade não é uma contingência ou um acidente qualquer. Tampouco é uma decorrência “natural” e “imutável” de um processo que não diz respeito. Ao contrário, ela é consequência de nossas escolhas. (SCHWARCZ, 2019, p. 150).

Diante do cenário atual da educação e da desigualdade persistente em nosso sistema, buscamos a priorização da democracia e da igualdade de todos os cidadãos, com ensino de qualidade, o qual promova desenvolvimento pessoal, profissional, firmado em valores sociais, na convivência humanizada através das experiências, ampliando horizontes e não retornando a um passado sombrio de coação e ameaça.

2.2.2 Desigualdade de quê?

As desigualdades assim como a violência se manifestam de diversas formas. Quando tratamos de desigualdade logo vem em mente a desigualdade de chances e oportunidades, as quais vem sendo percebidas desde a era colonial juntamente a era escravocrata, onde muito pouco se dava aos mais pobres e o relacionamento entre as pessoas era baseado em violência e

perversidade. “[...] como “negro”, “mestiço” ou “índio” – ainda determinam, em grande parte, a posição ocupada pelos indivíduos nas hierarquias socioeconômicas existentes”. (COSTA, 2019, p. 56).

Muito se remete a esforço individual quando tratamos de desigualdade, a medida em que as oportunidades se tornam equilibradas, logo a diferença remete-se ao esforço individual. Ora, mas essas oportunidades chegaram de que forma a negros, negras, indígenas e mulheres? Seria incoerente dizer que as oportunidades são dadas a todos na mesma proporção e que os mesmos teriam a mesma facilidade ou dificuldade. Podemos considerar as desigualdades econômicas, desigualdades de poder e desigualdades socioecológicas como a seguir:

Assim como a violência estrutural como veremos mais a diante, também existe a desigualdade estrutural, não conseguimos vê-la, mas sabemos que existe e que é letal a parcela mais desfavorecida da sociedade, caracterizada pela dificuldade ou até mesmo o não acesso a saúde, educação, segurança, lazer, alimentação digna, moradia e tantos outros bens que não chegam a todas as pessoas.

Uma das desigualdades mais visíveis no país é a desigualdade econômica a qual refere-se a valor, riqueza e bens. Parafraseando Costa (2019) a medida em que a pessoa possui mais oportunidade, maior a quantidade de bens que essa pessoa adquire, consequentemente maior será sua renda, melhorando consideravelmente sua condição de vida (casa melhor, alimentação adequada, roupas, saúde de qualidade, maior lazer).

Adiante, o presente trabalho discutirá a importância dos Direitos Humanos e da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948, p. 2) a qual diz em seu artigo 1º “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. Visando isto, sabiamente Herrera Flores (2009) reflete a partir da indagação de que se todos somos detentores de direitos, ora, por que então há tamanha desigualdade social?

É como se nos dissessem que todos têm os instrumentos e meios para construir seu palácio de cristal. Duas perguntas surgem imediatamente quando partimos da complexidade do conceito: por que, então, nem todos podemos construí-lo? (HERRERA FLORES, 2009, p. 37).

A desigualdade de poder estar ligada de forma a pertencer a desigualdade econômica visando:

[...] diferentes possibilidades que indivíduos ou grupos têm de exercer influência nas decisões que afetam suas trajetórias e convicções pessoais, materializando-se, ainda, na distribuição assimétrica dos direitos políticos e sociais. (COSTA, 2019, p. 57).

Dessa forma um Estado o qual investe em educação, saúde e políticas públicas de qualidade, fornece aos indivíduos maior equilíbrio social, diferente do governo que não se preocupa com as políticas sociais, apenas tenta equilibrar as disparidades através da distribuição igualitária de renda aos menos favorecidos. Desigualdade de poder é visível em muitas relações sociais, trabalho, família, política e hierarquias. A família se construiu a bases sólidas de exclusão e desmerecimento ao feminino, fatores importantes e os quais enfrentamos e combatemos dia pós dia.

Segundo Souza e Meneses (2009) temos uma noção de tamanha desqualificação do gênero feminino, a partir da industrialização, a qual favoreceu aos homens poder econômico conseqüentemente herdando o papel de chefe da família. A dominação da esposa, ocorreu a medida em que a mesma foi encarregada aos afazeres domésticos e aos cuidados dos filhos, uma vez que eram proibidas de trabalhar nas fábricas e comércios, tornando-se dependente de seu esposo. As indústrias claramente separaram e estabeleceram uma hierarquia familiar, preservando a desigualdade entre o casal e proporcionando ao marido controle financeiro e familiar. (SANTOS; MENESES, 2009).

As desigualdades socioecológicas segundo Costa (2019), contempla a desigualdade relacionada ao meio ambiente (saneamento básico, água potável, energia elétrica, parques para lazer) enfim, bens ambientais, os quais sofrem severamente com o desenvolvimento humano, resultando em perigos e desastres ambientais, (poluição, radiação, desmoronamentos, enchentes, queimadas). Desse modo, a forma com que a natureza acaba sendo modificada, transformada, distribuída socialmente é uma das respostas a desigualdade social vigente.

A Agenda 2030, é um importante documento da ONU o qual nos apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, os quais serão analisados mais a fundo a seguir, dentre esses objetivos vários estão envoltos ao meio ambiente e ações de sustentabilidade. Dentre eles é abordado questões de agricultura sustentável, água potável e saneamento, energia acessível e limpa, consumo e produção responsáveis, ações contra as mudanças globais, vida na água, vida terrestre, entre outras.

2.2.3 Desigualdade entre quem?

Quando falamos em desigualdade, entendemos ser disparidades de bens materiais e imateriais entre determinados grupos, visivelmente entre pobres, classe média e ricos. Pois bem, mas de que forma chegamos a essa conclusão e categorização de grupos? Costa (2019) mostra que precisamos considerar os grupos em si e não apenas o indivíduo. Através da categorização binária, ou seja, uma categorização geral (masculino/feminino, negro/branco, rico/pobre) dentro dessas classificações mais gerais é importante saber que existem várias outras classificações sub inseridas no mesmo contexto. Dentro da classificação negro/branco, vários fatores como violência, autoridade, discriminação, racismo, mestiçagem, devem ser levados em conta e analisados criticamente para reflexões sobre desigualdades.

Costa (2019) diz ser necessário levar em consideração as transformações ocorrentes ao longo dos anos, pois essas classificações sofrem modificações. Grupos os quais se classificavam por si sós, ou eram classificados por outros, podem sofrer mudanças e passar a se perceberem em outra classificação. Um exemplo:

Grupos que antes se definiam como camponeses podem, mais tarde, serem identificados como indígenas, afrodescendentes ou quilombolas, o que quer dizer que a desigualdade persistente que afeta grupos demográficos semelhantes pode ser expressa por categorias distintas em diferentes circunstâncias históricas. (COSTA, 2019, p. 57).

Como pode-se observar, a importância em estudar essa classificação através da história e da recorrente ação humana cotidiana é essencial para que se entenda o real processo de construção dessas classificações, levando em consideração raça, cor, credo, etnias e culturas. De forma a compreender o fenômeno da desigualdade a qual assola o país de forma permanente e enraizada.

2.2.4 Desigualdade quando?

Assim como já citado anteriormente por Schwarcz (2019), Costa (2019) também faz menção ao nosso histórico violento e segregacionista, ao qual persiste até hoje. Trazendo a história para análise e reflexão é possível descobrir a estrutura das desigualdades sociais. Segundo Costa (2019), analisar as desigualdades é um desafio muito grande e complexo, visto que se assume características diversas ao longo do tempo, através de fatores internos e externos os quais interferem nessa estrutura. Vale lembrar que “De acordo com esse conceito, as desigualdades que emergiram em uma certa época histórica são superpostas por novas disparidades sociais, mas não substituídas, isto é, elas não desaparecem”. (COSTA, 2019, p. 60).

Costa (2019) nos dá pistas de quatro regimes de desigualdade intensos, responsáveis até hoje por grande parte da desigualdade do país. São eles: escravidão século XX; nacionalismos racista século XIX até XX; nacionalismo mestiço nos anos 1930 a 1980; regime multicultural neoliberal a partir de 1980. Essa passagem de um regime a outro não exclui o antecessor, lembrar que as características das desigualdades e dos fatos, mudam ao longo do tempo é essencial para uma análise da desigualdade completa. Como podemos notar, as desigualdades causadas por esses regimes assumem novas roupagens nos dias de hoje, porém, a essência da representatividade continua a mesma. Hoje podemos visualizar as desigualdades assumindo outras formas.

2.2.5 Desigualdade aonde?

Segundo Costa (2019) os estudos mostram que a desigualdade está sendo estudada através de duas abordagens distintas, são elas: o transnacionalismo e as teorias do sistema-mundo. Pois bem, o transnacionalismo consiste em analisar as desigualdades de forma a derrubar as barreiras nacionais, ou seja, prendem-se em grupos específicos assumindo diferentes estruturas. “O argumento central é que há um olhar convencional sobre desigualdades, limitado à estrutura social de um só país”. (COSTA, 2019, p. 61). Ampliar a visão das possibilidades através das desigualdades sociais e nacionais a transnacionalidade é a chave dessa abordagem.

A abordagem sistema-mundo compreende as macroestruturas globais se baseiam pela trajetória histórica da desigualdade. Costa (2019) nos conta que essa abordagem compara bases desiguais de diferentes países, através dos séculos e da história pertencente a cada um.

Ao ir mais afundo sobre as diferentes abordagens em se estudar a desigualdade, Costa (2019) traz a abordagem chamada desigualdade entrelaçada, a qual se refere sobre distância, não distância de espaço e sim distância de classes econômicas, distâncias de direitos, distância de política. Essa distância de direitos é notória, a medida em que percebemos que nem todas as pessoas “dotadas de direitos” possuem acesso a bens materiais e imateriais. Importante lembrar que segundo Herrera Flores (2009) esses bens vêm “*a priori*” dos direitos, precisamos dos direitos para lutar pelo acesso desses bens.

Ao compreendermos que a desigualdade afeta todos os setores e permanece agarrada a estrutura social emergente, nos damos conta que a violência estrutural percorre os mesmos caminhos lado a lado a desigualdade. É comum encontramos crianças, adultos e idosos em situações de pobreza extrema, violentados sexualmente, fisicamente, psicologicamente e

financeiramente. Frutos de uma sociedade excludente, que sofre severamente com a violência estrutural. As desigualdades se apresentam na reprodução e no cotidiano das vivências e convivências sociais.

Baseando-se na obra do Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz – CIIP (2002 p. 33) “Violência estrutural: Instituída dentro da estrutura se manifesta como um poder desigual e, conseqüentemente, como possibilidade de vida diferente. Exemplo a desigualdade”. Como consequência disto o fenômeno da violência se fortalece a cada dia na triste situação de saúde pública, na segurança pública precária, nas falhas das políticas públicas e nos direitos negados. À medida em que a sociedade transita mais na perspectiva da violência, percebemos que algo de errado está ocorrendo e que vidas humanas estão se perdendo.

Para a conceituação de violência vamos entender seu antônimo, a paz. A obra do CIIP (2002) utiliza as contribuições do sociológico norueguês Johan Galtung sendo pioneiro nas pesquisas sobre paz e conflitos. Fundador do Instituto de Pesquisas da Paz em 1958 em Oslo e também do “Journal of Peace Research” em 1964. Hoje é consultor de várias agências da ONU e professor palestrante itinerante. A concepção de paz inicialmente para Galtung (apud CIIP, 2002) é de que seria a ausência de violência, logo entendida como ausência de qualquer forma de violência. Já a violência teria forte relação a realização e potencialidades do ser humano. A medida em que o ser humano não alcança suas realizações sejam elas efetivas, somáticas ou mentais acaba ficando abaixo de suas realizações potenciais.

Através dessa contribuição relacionando as realizações e potencialidades, o CIIP (2002, p. 25) definiu a paz em um primeiro momento como “[...] a identificação e a resolução favorável de fenômenos caracterizados por algum tipo de violência”. Uma das principais contribuições do sociólogo Galtung (apud CIIP, 2002, p. 25) foi a divisão de duas grandes categorias da paz, são elas: paz positiva e paz negativa. “A última está relacionada com a ausência de violência direta e pessoal, enquanto a primeira se refere a ausência de violência indireta, a violência estrutural.”

[...] se a ausência de guerra pode ser chamada de paz negativa, a ausência de violência equivale a paz positiva, no sentido de justiça social, da harmonia, da satisfação das necessidades básicas (sobrevivência, bem-estar, identidade e liberdade), autonomia, diálogo, solidariedade, integração e igualdade. (GALTUNG apud CIIP, 2002, p. 26).

Desse modo, podemos compreender que a paz positiva vai além da ausência de violência física, trata-se do repúdio a qualquer forma de violência. A paz positiva caracteriza-se como complexa pois trata-se das vivências e convivências de seres humanos em constante

desenvolvimento e transformação. Não podemos nos prender na ingenuidade de que vamos acabar de vez com a violência no mundo, mas sim, que vamos lutar por políticas públicas efetivas e justiça social.

A desigualdade e a violência andam lado a lado, tornando-se nosso assoalho cultural. Segundo Sando e Mendes (2009), para que possamos vencer as desigualdades, precisamos imaginar práticas e alternativas descoloniais, fugindo da naturalização da violência, da banalização da violência, das truculências engenhadas em nossa política. Precisamos reagir a violência e a cultura de violência, com práticas bem fundamentadas em ações não violentas, presando sempre pelo diálogo, atendendo todas as vítimas de violência orientando para o caminho educacional.

2.3 VIOLÊNCIA NA ATUAL CONJUNTURA

A medida em que compreendemos mais a complexa estrutura das violências, entendemos que a violência não pode ser associada a guerra (agressões físicas). Violência perpassa além dessa simples definição, pois acaba se propagando em diversos setores e contextos sociais. Visto isso, devemos analisar as diversas formas que essa violência se apresenta em diversos contextos. Para Tigre (2009, p. 40) “Na definição do termo violência é importante considerar os elementos consensuais sobre o conceito, tais como a noção de coerção ou força, e a possibilidade de manifestar-se de forma física, moral, psicológica e simbólica”.

As perspectivas de análise da paz não se consideram apenas a hostilidade declarada como violência, mas também outros fenômenos e dinâmicas sociais. Nesse sentido, é investigado como contribuem para a violência, de um lado, os fenômenos bélicos e, de outro, a pobreza, as carências democráticas, o nível de desenvolvimento das capacidades humanas, as desigualdades estruturais, a deterioração do meio ambiente, as tensões e conflitos étnicos, o respeito aos direitos humanos. (CIIP, 2002, p. 21).

Na obra destaca-se a divisão de violência entre violência visível e violência invisível. Essa visibilidade da violência segundo CIIP (2002) deve ser considerada a partir do contexto de cada sociedade e o grau de transparência que a mesma adota em sua postura social. Cabe destacar duas classificações de violências as quais segundo CIIP (2002) organiza, sistematiza e classifica melhor o entendimento, são elas: violência direta e violência indireta. A primeira caracteriza-se como violência visível, um exemplo clássico são as guerras, sendo, portanto, mais fáceis de identificar. Já a violência indireta se apresenta de forma invisível, a qual sabemos que existe, porém não são vistas, pois são encobertas.

A partir dessas contribuições instituiu-se uma nova definição do que seria a paz, “capacidade de uma sociedade de tornar visível e resolver favoravelmente os tipos de violência nela existentes”. (CIIP, 2002, p. 29). Como visto anteriormente temos as violências visíveis e invisíveis, e foi a partir desse momento que algumas tipologias se formaram o CIIP (2002) conseguiu definir cinco tipologias, as quais foram classificadas de acordo com a sua manifestação. As violências visíveis seriam a violência institucional e a violência coletiva, já a violência invisível seriam as violências estruturais e culturais. E a violência social é um tipo de violência que se manifesta de forma mista, ou seja, é parcialmente visível a qual chamamos de violência intermediária.

Violência coletiva: é o que tipo que se produz quando a sociedade coletivamente, ou por meio de grupos significativamente importantes, participa ativa e declaradamente da violência direta. O caso típico extremo é a Guerra [...].

Violência Institucional ou estatal: é o tipo exercido pelas instituições legitimadas para o uso da força quando, na prática de suas prerrogativas, impedem a realização das potencialidades individuais. [...]

Violência estrutural: Instituída dentro da estrutura se manifesta como um poder desigual e, conseqüentemente, como possibilidade de vida diferente. Exemplo: desigualdade[...]

Violência cultural: é o tipo de violência exercido por um sujeito reconhecido (individual ou coletivo), caracterizado pela utilização da diferença para inferiorizar e da assimilação para desconhecer a identidade do outro. [...] (discriminação, diferença de gênero, incluem também a natureza).

Violência individual: sua característica fundamental é ter origem social e se manifestar de um modo interpessoal. Incluem-se aqui os chamados fenômenos de segurança civil, tais como as violências anômica, doméstica e contra as crianças, que implicam a violência direta. (CIIP, 2002, p.31).

A violência possui alguns conceitos os quais estão fortemente ligados a ela, um desses conceitos é o conflito sendo constantemente compreendido como sinônimos, de forma que através do senso comum transforma-se em um gerador de violência. Assim como a violência e a paz, o conflito também possui concepções tradicionais que se referem ao seu significado, associando assim conflitos a algo negativo como um gerador de violência. Porém essa ideia superficial de sua conceituação, leva a uma reflexão rasa e fraca do real significado de conflito. Portanto, segundo Elias (2011) o conflito é próprio da convivência e inevitável já a violência é construída pelo indivíduo e evitável. Ainda para entender o conceito tradicional de conflitos Jares (2002) nos diz:

Derivado da ideologia tecnocrática-conservadora que o associa com algo negativo, não-desejável, sinônimo de violência, disfunção ou patologia e, conseqüentemente, como algo que é necessário corrigir e sobretudo evitar. (JARES, 2002, p. 132).

Devido ao acelerado desenvolvimento das capitais e da urbanização, muitas famílias se viram obrigadas a migrar do campo para os grandes centros urbanos, a fim de conter suas necessidades básicas. Segundo CIIP (2002) esses grandes centros acabaram por deixar aqueles que já eram ricos ainda mais ricos dando início a exclusão social persistente até hoje. Essa exclusão favoreceu ainda mais a marginalização e exploração da classe mais pobre. Produzindo a cultura de violência em um cenário onde as desigualdades assolavam toda sociedade através dos centros superpovoados e sem nenhum assistencialismo.

Essa cultura da violência acarretada pela má distribuição de bens, levando ao desequilíbrio social, influencia a sociedade como um todo. A partir disso, a infância e adolescência são fases em que ocorrem muitas transformações em um curto espaço de tempo. São fases ricas em aprendizado, significação de valores, desenvolvimento físico e mental. A adolescência é uma fase marcada por grandes descobertas e instabilidade emocional, período o qual é consubstanciada a personalidade. Essa fase não pode ser reduzida a uma simples faixa etária, pois trata-se da transformação para a vida adulta e, portanto, fase de decisões biológicas, sociais e, principalmente, psicológicas para toda a vida. (FONSECA et al., 2013)

Nessa perspectiva das fases iniciais do indivíduo podemos notar a importância de se estudar a violência nesse meio, pois a violência muitas vezes interfere no desenvolvimento por completo de um indivíduo. Segundo a pesquisa da UNICEF (2017) a cada 7 minutos, em algum lugar do mundo, uma criança ou um adolescente, entre 10 e 19 anos, é morto, seja vítima de homicídio, ou de alguma forma de conflito armado ou violência coletiva. Schwarcz (2019) afirma que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo, segundo a autora nossos índices podem ser comparados aos da Colômbia, perdendo apenas Belize, El Salvador e a própria Colômbia. Podendo constatar que as taxas de mortes violentas são mais altas na América Latina do que no restante do mundo.

Em relação a alta violência no país segundo o Atlas da Violência (2018), por dia e, levando-se em conta os dados de 2016, 62,5 mil anuais, sendo que, apenas na última década, houve 553 mil mortes por homicídio doloso. Vários são os fatores que influenciam a manifestação de violência, um desses fatores é o armamento, segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS, em 2019 houve aproximadamente 43.062 assassinatos, destes 30.206 foi utilizado arma de fogo. Desse modo o controle de consumo de armas de fogo deve ser extremamente controlado, a fim de evitar que o país aumente ainda mais esses índices e torne-se ainda mais violento.

Em 2003 foi criado o Estatuto do Desarmamento regido pela Lei n. 10826, na qual proíbe o uso e porte ilegal de armas (salvo aqueles com necessidades comprovadas), e passa a

restringir o uso da mesma. Desde então, é inegável o impacto positivo que o Estatuto alcançou, porém, os índices de mortes por arma de fogo ainda são altos.

O fato é que estamos vivenciando uma geração de intolerância, violenta e opressora. Com os anos de mandonismos na construção social e política, muita corrupção esteve presente. Nosso passado trouxe consigo classificações, definições e julgamentos. Cansados por tanta corrupção, alguns sentimentos vieram à tona nos últimos tempos, sentimentos como ódio, raiva, desconfiança. Essa junção de sentimentos se tornou propulsor dos conflitos políticos e sociais. A fim de uma mudança rápida com intuito de acabar com a corrupção grande parte da sociedade se agarrou em falsas propostas, em ações radicalistas em um desespero por mudança.

Para escrever e analisar sobre violência, suas manifestações e consequências pelo mundo, não basta apenas olhar dados estatísticos, mas sim compreender a enorme dimensão do mundo de forma global, o contexto inserido, o processo e desenvolvimento de um mundo globalizado, é necessário compreender que nem todas as violências podem ser vistas, algumas estão nos gestos, na fala, em um cotidiano naturalizado.

Fatores de ordem históricas podem ajudar a explicar os índices de violência existentes no Brasil. Um disseminado sistema escravocrata como o nosso só foi sustentado a partir da manutenção de uma verdadeira máquina repressora, administrada pelos próprios senhores de terra e contando com a convivência do Estado. Dessa maneira, se a história não dá conta de responder pelos dados do presente, denuncia, porém, padrões de continuidade. (SCHWARCZ, 2019, p. 157).

Levando a uma grande confusão em “o que” acreditar, muitos buscam as respostas em estratégias autoritárias levando ao que diz Schwarcz (2019) “autoengano”, propostas imediatas recheadas de preconceitos e imparcialidades. Questões marcantes nas pautas governamentais recentes nos mostram tamanha disparidade com a violência e suas manifestações, tais como, formação de um corpo policial cada vez mais agressivo, redução da maioria penal, legalização e flexibilização ao armamento. Tudo isso nos mostra que a cada dia, a forma autoritária de exercer o poder através de mandonismos ainda presentes, nos carregam para mais um período de repressão, violência, medo e desigualdade acentuada.

Quando falamos sobre violência, não se trata apenas daquela briga de rua, ou aluno agredindo professor, ou de gangues rivais. Se trata de situações reais do dia a dia, ocasionadas por conflitos mal resolvidos. Sendo importante lembrar que essas manifestações de violência não ocorrem apenas nas ruas e em grandes centros urbanos, ela transpassa as fábricas, empresas e se perde nas grandes extensões rurais. Visto isso Schwarcz (2019) nos traz dois contextos importantes a serem analisados, são eles: a violência urbana e a violência no campo.

No que tange a violência urbana, muito já se falou anteriormente, mortes, assassinatos e armas. Pois bem, uma das manifestações violentas as quais mais incomodam os cidadãos urbanos, seria para Schwarcz (2019) os assaltos a mão armada, acarretando vítimas, as quais somam 1,7 mil mortes no ano de 2016. Pela vasta frota de carros particulares, os acidentes de trânsito são considerados uma das maiores causas de violência e morte no Brasil, segundo a ONU e Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS (2019) cerca de 1,35 milhão de pessoas morrem a cada ano em decorrência de acidentes no trânsito.

Como já mencionado anteriormente os assassinatos também fazem parte da violência urbana, ainda segundo ONU (2018) o Brasil passa ter a 7ª maior taxa de homicídios das Américas, com um indicador de 31,3 mortes para cada 100 mil habitantes. Segundo Schwarcz (2019), um dos gatilhos de violência na área urbana é o narcotráfico, grande parte dos homicídios ocorrentes em relação ao narcotráfico se corroboram pela ineficiência política, pelo déficit da polícia e pela deterioração da segurança pública. O controle de grandes centros urbanos pelo narcotráfico e milícias locais, acabam tendo relação íntima com a corrupção na polícia/política brasileira.

Várias são as manifestações de violência dentro dos centros urbanos. Mas o que podemos fazer para a redução desses índices letais? Pergunta boa para ser respondida por nossos representantes, os quais parecem tão distantes da realidade do cotidiano dos brasileiros. O fato é, com a crescente manifestação de violência, com mortes e sem mortes, tornou-se frequente nas vidas das pessoas, os noticiários, ao contar notícias de extrema violência não causa preocupação e medo na proporção a qual deveria causar. Isso ocorre devido a naturalização da violência desde muito cedo na vida dos indivíduos. O sentimento a qual exala nos brasileiros diante desse deplorável cenário é de impunidade o qual conseqüentemente submete-se ao ódio e raiva pela ineficiência das políticas públicas. Segundo Schwarcz (2019) a resposta da sociedade brasileira para esse problema emergente, é responder aos ataques de violência com medidas igualmente violentas.

Se a realidade dos centros urbanos em relação a violência não se tornarem essenciais para construção de medidas e políticas públicas de qualidade, a violência continuará nos assombrando. Alguns fatores devem ser vistos como prioridade em relação a violência, são eles as desigualdades sociais, a falha e empobrecida educação pública, a degradação dos serviços de segurança pública, a corrupção, o auto índice de desemprego, a miséria e a fome, todos esses e muitos outros índices devem serem levados em conta na construção de medidas efetivas e eficientes.

A violência no campo por sua vez, está presente nas disputas de terras, os indivíduos mais prejudicados com essas disputas são os indígenas. Segundo Schwarcz (2019) os povos indígenas sofreram muito desde a “descoberta do Brasil”, o qual não foi descoberto e sim invadido, pois o território era densamente povoado. Desde então, os povos indígenas serviram como ajuda a mão de obra escrava, muitos trabalhavam na cana de açúcar e eram pagos por escambos (objetos e utensílios, trocados por serviço).

A mão de obra indígena só foi restringida e obtida situações legais no século XVII. Para Schwarcz (2019) a imagem a qual os colonizadores europeus mostravam dos índios, era de um povo submisso, sem revoltas, fracos e preguiçosos. Todavia, por vezes africanos e indígenas lutavam juntos contra a submissão. O que podemos refletir, é que momento em que europeus invadiram o Brasil, o mesmo já era povoado com cerca de 8,5 milhões de índios, para a autora é correto afirmar que houve um genocídio e não uma descoberta.

A partir do autoritarismo constante sobre os índios e escravos, a violência se tornava a cada passo mais presente na vida dos mesmos, seus costumes, rituais, crenças, sua cultura como um todo, foi enterrada, suas identidades foram silenciadas a passo que o desbravamento de terras ia acontecendo.

A morte de índios por ano tem aumentado significativamente, conforme o Relatório Conta os Povos Indígenas no Brasil (2019) várias são as formas de violência contra a pessoa, sendo elas: abuso de poder, ameaça de morte, ameaças, assassinatos, homicídio culposo, lesões corporais dolosas, racismos e discriminação étnico culturais, tentativa de assassinato e violência sexual.

Segundo os dados deste mesmo relatório em 2019 foram registrados 13 casos de abuso de poder, 33 casos de ameaça de morte, sendo a maioria com relação direta sobre a demarcação de território. Foram 113 assassinatos de indígenas, 13 casos de lesões corporais, 16 casos de discriminação étnico culturais, foram 25 tentativas de assassinatos e 10 casos de violências sexuais. Esse número tende a aumentar, visto que as terras indígenas são extremamente cobiçadas devido as riquezas naturais contida nelas. O que se pode observar da participação do Estado em relação aos povos indígenas, é a incansável tentativa de integrar os índios a sua cultura, ou seja, trazer os índios para os centros urbanos, de forma que percam sua singularidade e identidade. Ao tentar *desculturalizar* é o mesmo que privar esses indivíduos de sua própria história. (SCHWARCZ, 2019).

2.4 VIOLÊNCIA ESCOLAR E SUAS MANIFESTAÇÕES

Somos expostos a violência o tempo todo, no trânsito, nos bares, nos transportes públicos, em igrejas, mercados, enfim até mesmo em nossa própria casa.

Na área educacional a mesma está presente constantemente, visto que, a escola é um ambiente de intensa relação social. Segundo Tigre (2009) em 1990 a violência estava associada a atos de criminalidade, como roubos, uso de armas, homicídios, ou seja, estava mais ligada a “bandidos” do que a “alunos”. A forma com que tratavam a violência no meio escolar conceituava-se como atos de indisciplina.

Foi ao final da década de 1990 que os estudos sobre violência passaram a tomar força e robustez. Segundo Tigre (2009) é nesse período que as pesquisas sobre violência e em maior parte relacionadas a educação começam a se proliferar no meio acadêmico.

De forma a conceituar violência a autora Tigre (2009, p. 38) traz sua contribuição dizendo “não existe uma violência e sim uma multiplicidade de manifestações de atos violentos cujas significações devem ser analisadas dentro do contexto social e histórico em que ocorrem”. E como fica o papel da escola em meio a violência? Muitos dizem que a escola está sofrendo a algum tempo uma crise, a qual não atende todos os desafios encontrados no século XXI. Com o desenvolvimento social, a escola concebida no passado não supre as necessidades da atual conjuntura. Com esse acelerado desenvolvimento torna-se claro segundo Tigre (2009) um desmoronamento social, ou seja, o que se apresenta é uma desorganização social representada por perda de valores, falta de clareza perante a conceitos essenciais, o que acaba por afetar não só a escola como todo corpo social.

É isso que leva as pessoas a concluírem que não existem mais valores, que os jovens de hoje não são como os de antigamente, que o professor perdeu sua autoridade, que a escola não cumpre mais o seu papel e que, portanto, está em crise. (TIGRE, 2009, p. 48).

Não há como negar que a violência é intensamente influenciada por essa sociedade desorganizada. A perda de valores essenciais para a construção harmônica social, acaba por desestabilizar ainda mais as escolas. Segundo Tigre (2009) os alunos não assumem mais os valores transmitidos pela escola, pois esses já não respondem mais as necessidades enfrentadas por esse grupo social.

Seria falho tentar compreender como a violência se manifesta em todo tecido social apenas por alguns fatores, como valores invertidos, ou a desestruturação familiar, a

desigualdade social, segundo a autora Pereira (2009) não se pode analisar os fatores globais de forma isolada e sim assimilá-los ao contexto real:

[...] a somatória desses determinantes, da crescente globalização, do consumismo pregado pela mídia, a escolaridade precária da maioria, o desemprego ou subemprego, a banalização da violência nos filmes e novelas, entre muitos outros. Todas essas variáveis talvez consigam explicar o crescimento da violência. (PEREIRA, 2009, p. 26).

Através desta reflexão sobre a escola e a sociedade, percebemos que a indagação chega quando se reflete “o que seria do aluno sem a escola?”. Sabemos que muitos sustentam a ideia de que a escola perdeu seu real objetivo e funcionalidade, não atendendo mais as necessidades vigentes. Um dos principais fatores a serem apresentados mediante a essas conclusões é a tecnologia e suas ferramentas metodológicas, “podemos aprender em casa através do computador e outras ferramentas”.

Vários são os equívocos apresentados nessa reflexão. O Brasil e seu vasto território nacional nos proporciona riqueza em cultura e diferenças regionais. A internet não dará conta da interação social a qual o ser humano precisa ao longo de toda sua vida, a escola como diz Tigre (2009, p. 51) “[...] jamais poderia deixar de existir, por constituir em um lugar indispensável e privilegiado para o convívio, a socialização e as vivências imprescindíveis ao desenvolvimento do educando”.

Cabe ressaltar nesse momento que uma parcela significativa no Brasil e no mundo não possuem acesso à internet ou meios eletrônicos. Segundo dados do IBGE em 2017 cerca de 74,9% da população possui acesso à internet, ou três a cada quatro domicílios possuem o acesso. Porém, o que faz com essa parcela de 25,1% excluída digitalmente? A desigualdade se mostra presente à medida em que esses grupos “minoritários” não possuem as mesmas oportunidades e meios para se tornarem parte do todo. Ainda segundo o IBGE 41,0% menos da metade de toda a população rural do país está conectada à internet, enquanto entre a população urbana essa proporção é de 80,1%.

Os benefícios os quais a tecnologia proporciona ao meio educacional são incontestáveis, porém não podemos radicalizar seus efeitos. Um meio não extingue outro. A escola e sua estrutura:

[...] cumpre funções que não podem ser providas por nenhum outro agente, e o professor tem seu lugar garantido pelo papel insubstituível de ajudar o aluno a atribuir significado (pessoal e social) à cultura e à ciência pelas mediações cognitivas e interacionais que realiza. (TIGRE, 2009, p. 52).

O professor no meio educacional torna-se peça-chave para a contribuição de um ensino igualitário e eficiente. Atuando como legítimos mediadores de conflitos, visto que os conflitos estão presentes a todo momento no cotidiano escolar. Segundo Tigre (2009) os professores precisam estar em constante atualização de valores e sentidos, os alunos vigentes não possuem os mesmos valores que a anos atrás e não seria justo culpá-los por isso. Como dito anteriormente a grande desorganização social abriu portas para acentuar as violências. Portanto a formação dos professores deve aprofundar-se em mediar pacificamente os conflitos e não adotar métodos de correção de princípios.

Ensinar apenas o que lhe é de costume, aquilo que lhe foi proposto em sua formação inicial, não serve mais para a atual educação. O professor precisa manter-se em constante aprendizado, é nesse momento que se salienta a importância da formação continuada. Como visto anteriormente os alunos buscam não apenas conhecimentos concretos através das disciplinas de português e matemática por exemplo, eles buscam mais que isso, buscam sentido para uma sociedade cada vez mais desigual e seletiva.

O Brasil como mencionado anteriormente é um país com vasto território, existe muitas regiões e cada qual com sua cultura, costumes, religiões. Assim como as políticas públicas implementadas em cada região devem ser estudadas para sua implementação devido à grande diversidade de contextos sociais, a educação e as escolas enfrentam o mesmo sistema, cada escola possui a sua realidade e cultura própria a qual acaba por caracterizá-la e construir a convivência de seus pertencentes.

Tigre (2009) em sua obra já mencionada anteriormente, intitulada “Violência escolar: reflexões e análises” fruto de sua dissertação defendida em 2002, traz uma pesquisa competente em três escolas da cidade de Ponta Grossa-PR. Sua conclusão foi de que as manifestações de violência dentro dessas escolas são extremamente semelhantes ao que ocorre cotidianamente em outras escolas no Brasil.

A autora descreveu quatro manifestações de violência mais citadas em sua pesquisa, através de dados obtidos por toda equipe gestora da escola como pelos pais dos alunos também.

Brigas e agressões entre alunos e professores: Ao tratarmos sobre a violência entre professores e alunos não nos damos conta de quão recorrente é essa violência nas escolas do Brasil. Segundo os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) o Brasil lidera o *ranking* de agressão contra professores com mais de 100 mil profissionais na área. Essa pesquisa mostra que entre os professores ouvidos cerca de 12,5% afirmaram serem vítimas de constantes agressões verbais e intimidações.

Diante desse cenário extremo de violência, Tigre (2009) traz a percepção dos dois lados conflituosos. Para a autora essa violência contra o adulto (professor) se manifesta como um protesto pelo aluno. Sendo visível a grande diferença de duas gerações.

Em sua obra uma das principais reclamações dos professores entrevistados, foram os xingamentos e o tratamento violento através de palavras de baixo calão. Porém, a reflexão que a autora traz é de que esse tratamento grosseiro por parte dos alunos com professores é o tratamento normal entre seus grupos. O que é ofensivo a adultos (professores) acaba não sendo para seus colegas, pois estão acostumados com esse tratamento em seu cotidiano. O método mais utilizado entre os professores em situações de violência é dito por eles o diálogo. No entanto em muitos casos, os professores não intervêm, por entenderem que não vale a pena a mediação. E é nesse momento que a banalização da violência se apresenta.

Brigas e agressões entre alunos: Essa manifestação de violência é a mais recorrente no meio escolar, na pesquisa da autora Tigre (2009) as agressões e as intimidações são as formas de violência mais citadas pelos professores entrevistados.

O *bullying* é uma das manifestações de violência apresentadas nas escolas, praticada geralmente nos momentos de maior interação social como o recreio e intervalos de aulas. Segundo Pereira (2009) os meios digitais, como a internet, televisão, celular, a mídia em geral acelerou o processo de transmissão de informações, fazendo com que muitos dos atos de violência tornassem mais acessíveis e visíveis. Os órgãos internacionais e nacionais passaram a registrar melhor os índices de violência na sociedade. Sabe-se que hoje a violência não apresentasse apenas nas classes mais baixas, Pereira (2009) deixa claro que o fator socioeconômico não explica a violência e suas manifestações. O fenômeno do *bullying* assim como outras violências ultrapassam os estratos sociais.

Como visto anteriormente, várias são os tipos de violência e as formas que as mesmas assumem dentro da sociedade, algumas delas são mais visíveis e outras nem tanto. O grande problema encontra-se nas violências invisíveis Pereira (2009, p. 29) diz “Dentro todosos tipos de agressões citadas, a mais preocupante é a violência sutil, velada, mascarada ou invisível, pois esta pode passar despercebida”. E é dentro dessa violência sutil em que o *bullying* se apresenta.

Cabe ressaltar que o *bullying* não se manifesta exclusivamente no meio escolar, segundo Pereira (2009) as agressões são cometidas no próprio seio familiar, no trabalho, em grupos de amigos, clubes, instituições como asilos, orfanatos, hospitais, centros de assistência social, nas prisões, entre outros.

Esse fenômeno caracteriza-se por agressões que podem ser físicas como também verbais, simbólicas e psicológicas. Geralmente cometidas constantemente, inserida na rotina e nos afazeres diários tornando-se atitudes regulares. Para Pereira (2009) o *bullying* se apresenta através de:

[...] insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, tomar pertences, meter medo, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos, levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais [...]. (PEREIRA, 2009, p. 31).

A questão agressor e vítima deve ser analisada de forma cautelosa visto que muitas vezes o agressor também já foi vítima de violência seja por parte de outrem ou pela educação recebida pelos pais a qual reforça atos de violência. Segundo Pereira (2009) o agressor sacia-se da humilhação da vítima, tornando-se o ato cada vez mais divertido para ele e seus colegas, a medida em que a vítima não reage a situação torna-se o alvo para mais agressores.

É comum a associação do *bullying* como um fenômeno normal na escola geralmente por pessoas mais velhas, isso ocorre porque segundo Pereira (2009) o fenômeno do *bullying* é tão antigo quanto a própria escola, porém, muito pouco se estudava sobre, segundo Pereira (2009) durante 15 anos, entre 1980 e 1995 foram realizados 6.092 trabalhos de pós-graduação, desses apenas em 4 trabalhos foi estudada a violência escolar. Foi com a transição entre ditadura democratização, que houve uma maior abertura em relação aos estudos e a visibilidade da violência no país, a mídia passou a tomar frente as situações do país e a divulgar para a sociedade.

Compreender o *bullying* é essencial não só no ambiente escolar como em todos os lugares, a diferenciação entre *bullying* e outros tipos de violência somente são possíveis se houver a devida observação e compreensão dos conceitos. Segundo Pereira (2009) o *bullying* possui características bem definidas, pois não se enquadra em conflitos ou brigas, lembrar que sua manifestação é em grande maioria sutil, através de ameaças, violência psicológica e agressões físicas.

Depredação escolar, uma das maiores reclamações da equipe gestora nas escolas é a depredação escolar, é importante nesse momento segundo Tigre (2009) relata, separar e compreender o que é a deterioração natural de equipamentos utilizados diariamente e a depredação em si, como a quebra de louças para alimentação, lâmpadas quebradas e até pequenos furtos.

Como solução a depredação escolar a autora recomenda desenvolver com os alunos o “pertencimento”. Abrir a escola para a comunidade como um todo, proporcionando a inserção

das pessoas residentes dessa localização. De forma, que essas pessoas possam dizer “essa escola também é minha”, e assim passem a cuidar da mesma.

Uma das sugestões em que Tigre (2009) apresenta é a transparência dos custos pela depredação, os prejuízos e o valor pago por eles. A informação é importante para que os usuários das instituições depredadas possam refletir e analisar sobre o ato e suas consequências.

Como já dito anteriormente na violência entre professor/aluno, alguns meios em que os alunos encontram de manifestar suas emoções é através da violência, nas depredações também podemos considerar essa reflexão. A depredação escolar pode ser entendida também como uma contestação, de forma a chamar atenção para algo de errado que está acontecendo, possibilitando assim voz a aqueles alunos enquadrados a classes silenciadas. Sabe-se que o aluno deve restituir qualquer dano ao patrimônio escolar assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, os responsáveis legais pela criança ou adolescente autor da depredação deve arcar com os custos e restituição dos danos.

Interferência de grupos externos: A entrada e a influência de pessoas externas à escola acabam por prejudicar o andamento das atividades diárias e todo seu funcionamento. Tigre (2009) traz algumas invasões que ocorrem nas escolas: invasões de antigos alunos, geralmente aqueles que repetem várias vezes de ano e que vão para escola para manter o mínimo de convívio social, vão para jogar bola, namorar ou encontrar os amigos; temos a invasão da população do bairro, que adentram mais pela facilidade de acesso do que por alguma manifestação de violência; temos as invasões violentas onde ocorrem os assaltos, agressões, ameaças, presença de armas de fogo; e as invasões pelas autoridades, como a polícia, patrulha escolar e outras autoridades institucionais.

Em sua pesquisa Tigre (2009) diz que algo que incomoda grande parte da gestão escolar são as chamadas “guanguezinhas” caracterizado pelos alunos que ficam em frente à escola em grupos. A autora reflete a situação dizendo não ser algo estritamente negativo, pois os jovens assim como em qualquer outra fase do desenvolvimento humano, precisa de constante interação social. Esses grupos tornam-se espaço de socialização e quando os mesmos vão contra as normas estabelecidas juntos e fazem valer a suas regras os mesmos se sentem mais fortes e independentes.

Vários autores se atentaram a refletir e analisar a gama de manifestações violentas no espaço escolar, Elias (2011), observa os dois lados da situação, e nos apresenta algumas manifestações comuns ao meio escolar são elas:

A primeira é a violência exógena à escola, ou seja, a violência fora da escola nela está inserida os homicídios, suicídios, maus tratos, abusos, agressões físicas, insultos, ameaças e

tantas outras. A segunda é a violência que acontece na escola, que seriam os massacres, homicídios, *bullying*, violência de gangues, tráfico de drogas, interrupção das aulas. A terceira é a violência dirigida à escola, que seriam as depredações, quebra de patrimônio público, vandalismo, e violência contra os funcionários da escola, professores e alunos também. A quarta seria a violência da escola, está relacionada em não atingir a universalidade, não atingir nível de qualidade de educação, não cumprir na formação e desenvolvimento do cidadão/aluno, não preparar para inserir o aluno no mercado de trabalho e outros. E, por fim, a violência que perpassa todas as outras, sendo a violência de gênero, sexismo, racismo, homofobia, e todos os tipos de discriminação.

Envolver os alunos e seus familiares assim como toda comunidade em ações que envolvam respeito, valores e convivência é uma das melhores formas de mediação de conflitos. Trazer todos as pessoas envolvidas ao atendimento ao aluno para discussões mostrando sua necessidade nas decisões a serem tomadas faz com que os integrantes desse meio escolar se sintam capacitados e pertencentes nesse espaço.

O exercício da cidadania precisa ser vivenciado pelo educando e nessa vivência deve estar incluído o respeito às leis e ao próximo, lição essa que, se for bem assimilada, com certeza reduzirá bastante o índice de violência, não somente dentro da escola, mas também fora dela. (TIGRE, 2009, p. 82).

Vale lembrar da importância em não banalizar as manifestações de violência, minimizá-las ou deixá-las para depois, isso só acaba causando uma “grande bola de neve” onde várias formas de violência vão acontecendo não havendo mediação ou solução para os atos. A violência jamais deve tronar-se naturalizada no meio escolar ou em qualquer outro meio. É necessário intensa dedicação e estudo para que a cultura da violência deixe de atuar nos corredores e até mesmo na estrutura da educação.

3 DIREITOS HUMANOS

Através de toda explanação feita no capítulo anterior sobre violência, podemos perceber o quanto a violação de direitos fundamentais do homem alavancou ainda mais as desigualdades e injustiças sociais. Compreendemos que através dos períodos de escravidão, colonização indígena, mandonismos de coronéis e senhores feudais, a força de atos violentos, castigos, torturas e abusos eram as formas como se resolviam os conflitos. Essas raízes mostram uma herança arcaica do poder, o desrespeito ao ser humano e ao planeta foram tomando proporções maiores tornando-se cada vez mais naturalizados. Hoje temos uma sociedade onde não se discute ou reflete sobre Direitos Humanos, sobre o processo de conquistas de bens de dignidade, sobre as raízes brasileiras e sobre sua própria história.

Visto isso, torna-se essencial abordarmos questões sobre os Direitos Humanos e suas implicações, através da década dos Direitos Humanos 1995, seu processo e desenvolvimento até a Agenda 2030, documento que traz metas e objetivos abordando em sua essência a cultura da paz. Através de documentos internacionais e nacionais será investigado a compreensão sobre os bens de dignidade humana, bens culturais e materiais.

A educação em Direitos Humanos deve agir de dentro das escolas de modo a exteriorizá-las, difundir o conhecimento sobre a paz para a comunidade de modo a realmente repassar valores e direitos que cada indivíduo possui, lutando por justiça social e igualdade. Compreender que os Direitos Humanos são de natureza própria do indivíduo e inalienáveis é o “ponta pé” para a conscientização de um ser histórico e pertencente de direitos. Um indivíduo armado por conhecimento é um indivíduo que vai lutar por melhorias e pelos problemas mundiais, sendo o setor educacional um dos setores primordiais para a construção de indivíduos mais humanos e conscientes de sua dignidade apostando em ações voltadas ao respeito, solidariedade e cooperação.

3.1 DOCUMENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM DIREITOS HUMANOS E CULTURA DE PAZ

Ao iniciar a discussão sobre Direitos Humanos e os documentos que norteiam sua prática, entendamos o que significa a determinação “Direitos Humanos”, para isso segundo Gorczewski e Tauchen (2008, p. 66) “Direitos Humanos é uma forma abreviada e genérica de se referir a um conjunto de exigências e enunciados jurídicos que são superiores aos demais direitos”. São superiores, fundamentais e universais. Superiores porque nascem com o homem,

e mais ninguém pode tirar esse pertencimento de forma legal, vieram antes mesmo do Estado e portando se trata de algo natural ao ser. Com a ausência do direito humano não haveria sequer a existência ou participação plenamente da vivência humana e é por isso que são fundamentais ao indivíduo, nada se pode fazer ou desenvolver com sua ausência. São universais, pois, são imutáveis e invioláveis sobre qualquer poder ou autoridade.

Compreender Direitos Humanos é compreender as causas por ele defendido, para Herrera Flores (2009, p. 28) “Os direitos humanos, mais que direitos “propriamente ditos”, são processos; ou seja, o resultado sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida”. Essa reflexão nos chama a indagarmos se esse acesso aos bens tem destino a todos os seres humanos, essa distribuição ocorre de forma igualitária? Aonde foi que erramos nessa distribuição, para ainda existir tamanha desigualdade social? As respostas estão contidas no genocídio indígena, escravidão, ditadura militar. A violência e a utilização do poder para malfeitorias nos dão as respostas para tamanha crueldade com a vida humana.

O conceito de Direitos Humanos para a ONU “reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social, nacional, condição de nascimento ou riqueza”. Diante de tamanha relevância, a lei de Direitos Humanos de forma legal tem como prioridade garantir o respeito aos direitos do ser humano, protegendo grupos e indivíduos contra qualquer ação que viole a liberdade e a dignidade fundamentais para sua existência.

Quando falamos sobre Direitos Humanos no Brasil, evidentemente emergem algumas situações problemáticas, segundo Porfírio (2021) existem inúmeros equívocos em relação ao conceito de Direitos Humanos, esses equívocos são acentuados por parte dos governantes do país, agentes do Estado e grandes empresas. Importante notar que os personagens os quais lutam por direitos e por uma vida mais digna a todos, acabaram ameaçados, assassinados, mortos e silenciados. Nos últimos anos segundo a UNESCO (2021) as discussões sobre Direitos Humanos vêm ganhando força com ações técnicas e políticas, mobilizando a mídia nacional, contribuindo para a conscientização da sociedade sobre a importância em defender assuntos tão importantes. No entanto, o termo também se tornou ferramenta para ganhar créditos políticos ou adotar falsas posturas diante aos povos brasileiros.

A aparência em cima do politicamente correto em relação aos Direitos Humanos e seu uso inconsequente acaba por fragilizar sua essência e real objetivo. Nas palavras de Gorczewski e Tauchen (2008, p. 66) as vivências estão cada vez mais desgastadas, “verifica-se uma grande carga ideológica, um vazio de amor e humanidade”. Portanto, torna-se inquestionável a

importância em compreender sua história, por onde passou e por onde passará, observando cada contexto histórico para que então possamos questionarmos o que ainda precisa ser feito, e o que se esconde por detrás da estrutura social que nos pertence.

A construção dos Direitos Humanos ocorre de forma histórica e contextualizada, com desenvolvimento, avanços e retrocessos. A trajetória dos Direitos Humanos não ocorreu de forma breve e descomplicada, muitas lutas foram travadas e muitas mortes foram causadas para a conquista de direitos, podemos dizer que os Direitos Humanos ocorreram através de fases de evolução onde mantêm um processo contínuo.

Esse processo gradual atingi alguns países mais que outros? Existem povos, pessoas com mais direitos que outras? Segundo a ONU (2019) o continente africano é um dos mais atingidos pela desumanização, um dos maiores problemas enfrentados é a fome e a miséria, a fome atinge cerca de 257 milhões de pessoas, em torno de 20% da população africana. Mostrando que a evolução dos Direitos Humanos não está na mesma fase em todos os lugares, tornando-se dependente do contexto social, político e econômico de cada região.

Há milênios, certa compreensão de direitos já era observada e defendida por alguns povos, uma organização internacional chamada Unidos Pelos Direitos Humanos (2020) composta por vários educadores e grupos espalhados por todo o mundo, nos dizem que a noção de direitos ocorreu em 539 a.C. quando Ciro, o Grande rei da Pérsia, libertou todos os escravos da cidade de Babilônia e declarou que todos os indivíduos detinham os mesmos direitos, como escolher a sua própria religião independente de qual fosse e estabeleceu a igualdade racial. Esses decretos foram escritos em um cilindro, através da escrita cuneiforme, sendo consagrado como o primeiro escrito sobre Direitos Humanos.

Por volta do século XVIII surgem os primeiros direitos, denominados por direitos civis e políticos, segundo Gorczewski e Tauchen (2008) esses direitos estavam firmados nos princípios de liberdade, e asseguravam direitos como: liberdade religiosa, liberdade de expressão, proibição de tortura e da escravidão, entre outros. Em seguida surgiram por volta do século XIX os direitos sociais, compostos pelo princípio da igualdade os quais determinavam os direitos de condições dignas de sobrevivência como: condições dignas de trabalho, educação, saúde, segurança, entre outros. Somente após o final da Segunda Guerra Mundial surgiram os direitos coletivos e difusos, os quais pertenceriam a grupos sociais e ou categorias baseadas no princípio de fraternidade, esses direitos asseguravam: a paz para todos os povos, o desenvolvimento sustentável, meio ambiente saudável e outros.

Para proteger, fortalecer e assegurar os Direitos Humanos a todos os indivíduos, foram criados documentos importantes, segundo o Centro de Informações das Nações Unidas do Brasil

- UNIC (2020) são: Carta da ONU; Guia prático “Campo de ação da sociedade civil e o Sistema dos Direitos Humanos das Nações Unidas”; Guia de orientação das Nações Unidas no Brasil para denúncias de discriminação étnico-racial; Princípios Orientadores das Avaliações do Impacto das Reformas Econômicas sobre os Direitos Humanos; Mapa do Encarceramento - Os jovens do Brasil; Relatório do Subcomitê de Prevenção da Tortura (SPT) sobre o Brasil (2012); Relatório sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias e Arbitrárias (2007); Declaração de Durban(2001).

A Carta da ONU possui grande importância, pois foi através dela que se estabeleceu as Nações Unidas. Segundo a UNIC (2020) em 1941 Londres sofria a 22 meses com a Segunda Guerra Mundial e era a sede de governos exilados, visto isso através de uma Declaração do Palácio de St. James, muitos governos demonstravam-se cansados e desesperados por conta de tantas mortes e reafirmavam a necessidade de uma paz para a construção de um futuro pós-guerra. Em 1942, 26 países que lutavam incansavelmente contra os Países do Eixo (Tóquio, Roma e Berlim), decidiram apoiar e fortalecer as Declarações das Nações Unidas. Em 1943 os tratados mais importantes foram as conferências de Moscou e Teerã, tratando de reafirmar a pacificação entre os países. Entre 1944 e 1945 as propostas ocorreram nos encontros de Dumbarton Oaks e Ialta.

Segundo a UNIC (2020), representantes de 50 países se reuniram com objetivo de paz em uma única conferência em São Francisco em 1945. Essa conferência teve duração de dois dias e ficou conhecida como a Conferência sobre Organização Internacional, no último dia da conferência todos os países participantes assinaram o acordo com os princípios construídos a favor da paz e essa reunião só ocorreu devido a uma súplica por paz desesperada visto que a Segunda Guerra Mundial, afetou vários países levando a morte de milhares de pessoas, chegando à conclusão de que a paz entre os países era crucial para a sobrevivência dos mesmos.

A Organização das Nações Unidas – ONU, foi fundada oficialmente em 24 de outubro de 1945, a nomenclatura Nações Unidas se deu pelo presidente dos Estados Unidos Franklin Roosevelt e a sede permaneceu nos Estados Unidos. A Carta possuía a intenção de promover cooperação internacional, soluções para problemas sociais, econômicos, estruturais e culturais visando o encorajamento a proteção aos Direitos Humanos tornando-se prioridade para a construção de harmonia entre as nações. Os pontos expressos no preâmbulo da Carta da ONU (1945) constam que:

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos

fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. E PARA TAIS FINS, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos.

A Carta da ONU defende os seguintes propósitos: a paz e a segurança internacionais; desenvolver relações amistosas entre as nações; realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos Direitos Humanos e às liberdades fundamentais; ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns.

O Brasil iniciou seus trabalhos com a ONU em 1948, com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). No dia 10 de dezembro de 1948 a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos em Paris, tornando-se um marco na história dos Direitos Humanos, esse documento foi concebido por diversos representantes das mais variadas origens culturais e judiciais de todo o mundo, tornando-se uma norma comum a ser seguida por todos os países, de forma a proteger e assegurar os Direitos Humanos a todos. A Assembleia Geral da Declaração dos Direitos Humanos (1948) proclamou:

Como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

A criação da Declaração dos Direitos Humanos foi um grande avanço na luta por direitos universais, porém, se questiona a atualização dessa declaração visto que o contexto sofreu comumente modificações e algumas prioridades devem ser repensadas, visto que a desigualdade social ainda assola muitos países. Através dessa desigualdade é que podemos repensar a distribuição de bens materiais e imateriais e o pertencimento desses direitos aos seres humanos. Herrera Flores (2009) nos propõe a necessidade em reinventar, repensar, complementar a Declaração dos Direitos Humanos.

[...], os direitos humanos, na atualidade, devem ser entendidos de um modo diferente daquilo que foi estabelecido em 1948 na Declaração – autoproclamada – Universal. [...] Para nós, ao final do século XX e depois da queda de um dos dois sistemas em confronto, o desafio consiste em nos defender da avalanche ideológica provocada por um neoliberalismo agressivo e destruidor das conquistas sociais arduamente alcançadas pelas lutas de movimentos sociais, partidos políticos de esquerda e sindicatos durante mais de um século e meio. (HERRERA FLORES, 2009, p. 65).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO foi criada no ano de 1945, após a Segunda Guerra Mundial com o objetivo em garantir paz entre as nações por meio da cooperação. Essa agência das Nações Unidas atua nas seguintes áreas: educação, ciências naturais, ciências humanas e sociais, cultura, comunicação e informação. No cenário brasileiro a UNESCO se estabeleceu em 1964 em Brasília e iniciou suas atividades em 1972, com o intuito em garantir educação de qualidade a todos colaborando para o desenvolvimento social e humano. Em relação a educação a UNESCO tem por diretriz:

[...] auxiliar os países membros a atingir as metas de Educação para todos, promovendo o acesso e a qualidade da educação em todos os níveis e modalidades, incluindo a educação de jovens e adultos. Para isso, a Organização desenvolve ações direcionadas ao fortalecimento das capacidades nacionais, além de prover acompanhamento técnico e apoio à implementação de políticas nacionais de educação, tendo sempre como foco a relevância da educação como valor estratégico para o desenvolvimento social e econômico dos países.

Em 1974, Rayo (2004) aponta um acontecimento importante, quando através de uma Conferência Geral foi aprovada a Recomendação sobre a Educação para a Compreensão, a Cooperação e a Paz Internacionais e sobre a Educação Relativa aos Direitos Humanos e às Liberdades Fundamentais. Tendo como princípios a serem desenvolvidos para uma política educacional.

Uma dimensão internacional e uma perspectiva global da educação em todos os seus níveis e em todas as suas formas.
A compreensão e o respeito a todos os povos, suas culturas, civilizações, valores e modos de vida, incluindo as culturas étnicas tanto nacionais como as de outras nações.
A capacidade de comunicar-se com os demais.
O conhecimento não só dos direitos, mas também dos deveres que têm as pessoas, os grupos sociais e as nações para com os demais. - A compreensão da necessidade da solidariedade e da cooperação internacionais.
A disposição, por parte de cada um, de participar na solução dos problemas de sua comunidade de seu país e do mundo inteiro. (RAYO, 2004, p. 63).

A garantia de uma educação interdisciplinar onde abrangessem aspectos sociais, políticos e sociais preocupava-se com problemas da humanidade. A participação da UNESCO no âmbito educacional trouxe grandes avanços para área, um deles foi a aceitação e construção

para uma Educação para Paz. Vale lembrar que segundo Salles Filho (2019) a paz percorre um caminho entrecruzado com os Direitos Humanos, valores, vivências e convivências, mediação de conflitos e meio ambiente.

Aqui podemos dizer ainda que a educação para a paz precisa dar visibilidade também aos elementos da paz, ao diálogo positivo entre as religiões, às convivências solidárias e gentis entre as pessoas, às ações do bem caráter voluntário, enfim, a todas as dimensões não midiáticas que acontece na vida cotidiana e que não estampam as páginas policiais. (SALLES FILHO, 2019, p. 119).

Segundo Rayo (2004) muitos foram os encontros nacionais, internacionais e regionais para discutir essa construção de uma Educação de Direitos Humanos – EDH e sua inserção no ambiente educacional. Alguns desses documentos foram: Congresso Internacional sobre o Ensino de Direitos Humanos, 1978 em Viena; Conferência Intergovernamental sobre a Educação para a Compreensão, a Cooperação e a Paz Internacionais e a Educação Relativa aos Direitos e às Liberdades Fundamentais, com Vistas a Fomentar uma Atitude Favorável ao Fortalecimento da Segurança e do Desarmamento, 1983 UNESCO; Congresso Internacional trigésimo aniversário do Plano de Escolas Associadas, 1983 Búlgara; Consulta Internacional sobre os Meios de Melhorar a Ação Educativa em Nível de Ensino Superior, 1986 Atenas; Congresso Internacional sobre o Ensino, a Informação e a Documentação em Matéria de Direitos Humanos, 1987 em Malta.

A escola é peça fundamental para a construção de uma cultura de paz e EDH, como vimos vários organismos nacionais e internacionais trabalham para sua construção e desenvolvimento. A escola não pode ser compreendida como mera transmissora de conhecimento e sim como fonte geradora de vivências onde a cidadania, democracia, direitos e obrigações devem estar presentes na formação desses cidadãos, a Educação para Paz - EDP possui componentes os quais são compostos por alguns conteúdos sendo eles:

Direito ao desenvolvimento (problemas de alimentação, sem sensibilização com os problemas do Terceiro Mundo, comercio desigual, neocolonialismo, relações Norte/Sul, etc.);

Direito à paz (resoluções de conflitos, problemas de desarmamento, causas das guerras, gastos militares e necessidades sociais, etc.);

Direito à diferença (temas relacionados com a não-discriminação por razão de sexo, de raça, de credos ou razão social ou étnica);

Direito ao patrimônio comum da Humanidade (compreensão internacional, interculturalidade);

Direito a um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado (problemas de meio ambiente, consumo, saúde, etc.). (RAYO, 2004, p.112).

Através da complexa mudança de hábitos, desenvolvimento social constante, surgimento de novas gerações, novos valores e práticas sociais, fica evidente que os Direitos Humanos sofrem um constante desenvolvimento e progresso gradual. Novos direitos serão defendidos, tendo em vista novos valores creditados na convivência dos indivíduos. Gorczewski e Tauchen (2008) nos dizem que os Direitos Humanos são um produto histórico, a desmoralização e a desqualificação dos Direitos Humanos por parte da sociedade coloca em risco essa trajetória histórica, a construção de novos direitos pode trazer grandes progressos, porém o cuidado e o zelo devem caminhar sempre ao lado desse progresso para que não ocorra desenfreada desvalorização ou insignificância.

Vale destacar que os Direitos Humanos não foram inventados, mas sim reconhecidos. Desde as primeiras civilizações já havia princípios com a essência dos atuais Direitos Humanos. A educação como mãe das práticas e do conhecimento pedagógico é um dos caminhos para essa valorização ao humano. Não apenas com ensinamentos técnicos pois sabemos que hoje o ser humano precisa muito mais do que técnica, precisa aprender e praticar o amor ao próximo, respeito e cooperação. A escola hoje se força em ensinar para a “vida”, uma educação que priorize os Direitos Humanos e que se comprometa em proporcionar esse conhecimento ao aluno. Nas palavras da autora Tigre (2009) a escola possui papel essencial para a vida humana.

[...] na sociedade do conhecimento ainda há lugar para a escola sim, pois ela cumpre funções que não podem ser providas por nenhum outro agente, e o professor tem seu lugar garantido pelo papel insubstituível de ajudar o aluno a atribuir significado (pessoal e social) à cultura e à ciência pelas mediações cognitivas e interacionais que realiza. (TIGRE, 2009, p. 52).

A desigualdade social é um dos principais problemas mundiais que todos os organismos nacionais e internacionais tentam amenizar e aniquilar. Ao se tratar em desenvolvimento econômico e social, podemos atestar com clareza que a educação é um dos principais fatores de mudança a esse cenário. Gorczewski e Tauchen (2008) o nível de educação de uma nação está ligado diretamente a economia e a desigualdade do país, a medida em que o nível de educação de um indivíduo for maior, maior consequentemente será sua atividade no meio social, participação política e social. Na mesma proporção que quanto menor esse nível educacional, menor será as possibilidades e voz desse indivíduo. “As diferenças sociais são anteriores ao capitalismo e se justificam pela diferença do conhecimento, em especial pelo uso que dele se faz, pois saber é poder.” (GORCZEWSKI; TAUCHEN, 2008, p. 68).

Como já refletido no capítulo anterior, a violência se tornou parte de nossa história desde muito tempo. Nossa construção histórica deu espaço as truculências, a medida em que a

educação não é cedida a população de forma inclusiva e igualitária engajada nos preceitos de democráticos, igualitários e críticos. Ora por que então, uma educação de qualidade não é prioridade para nossos governantes, já que poderia ser a solução para grande parte da desigualdade social? Bem para essa resposta precisamos lembrar de nossa história, marcada por disputa de poder e o silenciamento dos mais fracos, um país o qual escravizou e ainda escraviza sua população através de um assistencialismo ineficaz.

Deixar de fornecer uma educação de qualidade beneficia de forma oculta a grande elite, a qual consegue manter privilégios e manter a ordem social em que se tira proveito de milhões de pessoas para ascensão de uma pequena parcela. Desse modo a luta permanece constante para que os explorados não tenham acesso ao conhecimento e assim não possam levantar e lutar por seus direitos. Defender e lutar por uma educação onde os Direitos Humanos se tornem prática diária é um dos modos mais justos de garantir que o ser humano tenha controle de suas próprias "rédeas da vida", sejam protagonista de sua própria história, cuide da sua vida e saiba da importância do cuidar do próximo para sua construção social, como sujeito histórico de direitos.

[...] o outro é alguém essencial em nossa existência, no nosso próprio agir. Ele se torna alguém necessário, imprescindível para a própria compreensão de nós mesmos. A grande distorção que se vive na atualidade, principalmente quando nos deparamos com a violência e as injustiças sociais, é a de ver o outro como alguém que nada tem a ver conosco em vez de concebê-lo como alguém essencial, alguém que ajuda cada um a se construir e a se definir. (TIGRE, 2009, p. 101).

Os organismos internacionais apontam uma preocupação constante com a construção e a preservação da Cultura de Paz em relação direta com as escolas. De 2005 a 2014 ficou conhecida como a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável pela UNESCO, o prisma desse documento é:

[...] estimular mudanças de atitude e comportamento na sociedade mundial, uma vez que nossas capacidades intelectuais, morais e culturais impõem responsabilidades para com todos os seres vivos e para com a natureza como um todo. (UNESCO 2005, p. 9).

A preocupação com o esgotamento de recursos naturais ocorreu após anos de despreocupação com o meio ambiente e assim compreender a importância em estabelecer responsabilidade com a sustentabilidade e as novas formas de viver, “de modo a deixarmos como legado um planeta sustentável e um mundo mais seguro”. (UNESCO, 2005, p. 10). A

Educação para o Desenvolvimento Sustentável se reocupa com uma educação de qualidade e que vise a construção de um mundo mais humano e sustentável para todos. Sendo assim suas principais características são:

Ser interdisciplinar e holística: ensinar desenvolvimento sustentável de forma integrada em todo o currículo, não como disciplina aparte; - Visar a aquisição de valores: ensinar a compartilhar valores e princípios fundamentados no desenvolvimento sustentável; - Desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de encontrar solução para os problemas: ensinar a ter confiança ante os dilemas e desafios em relação ao desenvolvimento sustentável; - Recorrer a multiplicidade de métodos: ensinar a usar a palavra, a arte, arte dramática, debate, experiência, as diversas pedagogias para moldar os processos; Estimular o processo participativo de tomada de decisão: fazer que os alunos participem das decisões sobre como irão aprender; Ser aplicável: integrar as experiências de aprendizagem na vida pessoal e profissional cotidiana; Estar estreitamente relacionado com a vida local: abordar tanto os problemas locais quanto os globais, usando a(s) linguagem(s) mais comumente usada(s) pelos alunos. (UNESCO, 2005, p. 19).

Considerando a íntima relação entre Cultura de Paz e a sustentabilidade, vimos anteriormente que os documentos internacionais se desdobram por vieses que fazem ligação com valores, vivências, convivências, conflitos e diálogos todos entendidos de que a educação se firma como ferramenta inspiradora para a transformação e construção de uma cultura voltada a paz e a não violência.

Segundo ONU (2019) a Agenda 2030 é um dos principais documentos balizadores da educação sustentável, foi construída por chefes de Estado e Governo das Nações Unidas em Nova York no ano de 2015, esse documento visa um plano de ação para a resolução de problemas mundiais. A Agenda possui como meta principal a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, para isso foi construído metas e objetivos firmados por um desenvolvimento sustentável global.

Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém seja deixado para trás. (ONU, 2015).

Esse documento é constituído de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e 169 metas voltados ao eixo econômico, eixo social e eixo político. Esses objetivos e metas foram construídos através de uma ampla pesquisa sobre interesses globais, considerada universal uma vez que todos os países podem e devem adotar essas medidas de acordo com seu

contexto regional. Essas medidas foram pensadas e estimuladas para o período de 2015 a 2030 sendo de crucial importância para a humanidade e para o planeta.

Segundo a ONU os 17 ODS são:

1. Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, todos os lugares;
2. Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades;
4. Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos;
5. Igualdade de gênero: alcançar igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Água potável e saneamento: assegurar a disponibilidade e gestão sustentável de água e saneamento para todas e todos;
7. Energia limpa e acessível: assegurar acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
- 8; Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos;
9. Indústria, inovação e infraestrutura: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Redução das desigualdades: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
14. Vida na água: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

16. Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todas e todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

17. Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Nota-se que os 17 ODS propostos pela Agenda 2030 da UNESCO estão umbilicalmente ligados aos 5 princípios básicos da ONU (2015, p. 2) sendo eles: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria.

Pessoas: Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável. Planeta: Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras. Prosperidade: Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza. Paz: Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável. Parceria: Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

Compreende-se tamanha complexidade das causas atendidas pela Agenda, as quais percorrem caminhos distintos, porém obedecendo o mesmo ideal de um mundo mais saudável e sustentável para todas e todos em sentimento de harmonia e cooperação para mantermos equilíbrio humanitário. Todos como parte de um todo, são responsáveis pelo enfrentamento de cada ODS prevista na Agenda, dedicando-se integralmente ao planeta e a sua conservação. Tanto a ONU como UNESCO desenvolvem e se comprometem com problemas globais importantíssimos para a segurança do planeta, esses documentos revelam suas intenções em relação a cultura de paz e ao desenvolvimento sustentável.

[...] paz e sustentabilidade, estão sendo seguidamente enfatizados como perspectivas fundamentais para o século XXI. Durante a primeira década se discute muito a Cultura de Paz e se introduz a discussão sobre EDS que adentra a segunda década. A partir disto, existe uma integração destes esboços paradigmáticos, em termos documentais, a partir de 2014, com o temor “Educação para a Cidadania Global” (ECG) como resultados de grupos internacionais de trabalho e avaliação sobre duas dimensões desenvolvidas anteriormente. (SALLES FILHO, 2019, p. 326).

Perceber a intrínseca relação entre violência, sustentabilidade, paz, e o constante desenvolvimento humano, eleva a construção de uma Cultura de Paz a um nível mais sustentável de suas práticas, de modo a repensar propostas onde o coletivo seja entendido como fator essencial para o desenvolvimento planetário. Ao concluir esse subitem podemos assimilar a essência dos documentos nacionais e internacionais trazendo os Direitos Humanos, paz, igualdade, justiça e sustentabilidade para debates fundamentais ao desenvolvimento humano. Conhecer, extrair, refletir são ações importantes para a formação de consciência para um planeta mais saudável, uma sociedade mais justa e a construção de uma cultura de paz, voltada aos valores essenciais para vida humana como a cooperação, bondade, generosidade, empatia indispensáveis para edificação de práticas verdadeiramente eficazes no enfrentamento a quaisquer manifestações de violência.

3.2 BENS DE DIGNIDADE HUMANA

Segundo a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), o fato em “ser” um humano nos classifica como detentores de direitos, pois como já vimos anteriormente os Direitos Humanos são inalienáveis e indissociáveis ao ser humano, visto que somente pelo fato de ter nascido humano torna-se automaticamente detentor de direitos.

Douzinas (2014) nos diz, que de certa forma seria reconfortante entendermos esse pertencimento de Direitos Humanos apenas pela virtude em ser um ser humano. Em sua obra o autor estabelece a relação entre a igreja e os Direitos Humanos, para ele catolicismos criou uma separação entre os cristãos e os bárbaros, tendo como prisma que “Todos os seres humanos tem alma e podem ser salvos no plano de salvação de Deus se aceitarem a fé, uma vez que os não-cristãos não tem lugar no plano da Providência.” (DOUZINAS, 2014, p. 2), essa distinção fez com que desde então se estabelecessem os mercedores de direitos.

Esse pensamento relacionado a divindade e ao espiritismo, segundo Douzinas (2014) foi contestado em 1500 em um debate entre o filósofo aristotélico Gines de Sepúlveda e o clérigo Bartholomé de Las Casas, os quais levaram a rumos diferentes as reflexões em Direitos Humanos. Esse debate ocorreu envolto as ações dos conquistadores em relação aos conquistados índios do México. Duas visões díspares surgiram nesse debate o qual podemos compreender a luta pelos Direitos Humanos no dia corrente.

De um lado temos Sepúlveda o qual segundo Douzinas (2014) ficou ao lado dos espanhóis conquistadores, salientando que os mesmos tinham pleno direito em inferiorizar os bárbaros em questões de talentos, qualidades e virtudes em comparação aos espanhóis, assim

como, de costume a inferioridade entre homens e mulheres, crianças e adultos, bárbaros e nobres. Do outro lado temos Las Casas, que trouxe um discurso o qual podemos entender como a primeira interpretação de multiculturalismo, segundo Douzinas (2014) Las Casas defendeu que os índios possuíam culturas e costumes já definidos e que portanto tratava-se de cristãos involuntários, não sendo de bom tom “desculturaliza-los” ou aferir-lhes com práticas autoritárias de conquista, pois os mesmos se tornariam cristãos de forma involuntária sem precisar desprezar suas culturas, crenças, leis e tradições. Porém Douzinas (2014) nos diz que Las Casa ao mesmomo modo que Sepúlveda transbordava-se de um universalismo cristão excludente de modo que condenava turcos e mouros como seres bárbaros e que jamais seriam cristãos involuntários.

O que podemos considerar nessa clara luta por um “direito humano” longínquo é a segregação por ambas as partes. A luta trata-se por aquisição de bens ou de direitos. Esses bens e direitos são para todos os “humanos”?

Segundo Douzinas (2014) desde o século XVIII o pertencimento de direitos não ocorria de forma igualitária, segundo o mesmo a Declaração Francesa de Direitos do Homem e do Cidadão já foi construída por vieses excludentes: “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos, mas continua a conceder esses direitos só para alguns”. (DOUZINAS, 2014, p. 6). Esse “alguns” se tratam de humanos de sexo masculino, branco, de posses e cristão, os mesmos que hoje são chamamos de “cidadãos de bem”.

Os Direitos Humanos tornaram-se reféns da contemporânea estrutura social do século XXI, caracterizada pela individualidade, globalização, desenvolvimento, competitividade e exploração. Seria a mesma essência a décadas passadas? Talvez com outras roupagens e em outros contextos, mas como vimos anteriormente a violência esteve presente em todos os momentos e contextos.

O fato é, os Direitos Humanos desde sua ascendência se obrigaram a caminhar junto à violência, seu surgimento ocorreu justamente para frear tamanhas truculências e injustiças. Um de seus maiores objetivos foi, e ainda é, equilibrar a terrível desigualdade social, de forma a reorganizar a distribuição de bens para que todos tenham acesso e possam desse modo gozar dos prazeres da vida e não se destinar apenas a sobreviver a ela. Esse objetivo foi alcançado pelos direitos humanos?

Ora, como dito anteriormente muitos progressos e retrocessos fizeram parte da história dos Direitos Humanos, seria ingenuidade presumir que os problemas estão sanados e que não existe mais desigualdade ou injustiças, pois como bem sabemos cada contexto modifica seus direitos. O importante é não desistir de lutar por eles, sendo esse o motivo para a construção de

meios e instrumentos de luta. Não adianta defendermos a importância da conquista de direitos se não nos armarmos para esse enfrentamento.

A perseverança dos povos indígenas por salvaguardar suas tradições e cosmovisões; a constância do movimento feminista pelo reconhecimento de suas propostas diferenciadas; as lutas desiguais travadas cotidianamente pelas comunidades camponesas contra as grandes corporações transnacionais agro alimentícias; ou, finalmente, o trabalho de denúncia do descumprimento de direitos sociais dos trabalhadores por parte das grandes multinacionais que se está levando a cabo graças ao esforço e à habilidade do movimento sindical global, são todas elas práticas sociais que batalham por realizar socialmente essa definição de direitos como abertura de espaços de luta que permitam nos aproximar de nossa particular forma de construir a dignidade. (HERRERA FLORES, 2009, p. 19).

Como já vimos anteriormente é incontestável o desenvolvimento por parte de organismos nacionais e internacionais em proteger e garantir os Direitos Humanos. Temos observado a evolução jurídica, política e social dos Direitos Humanos desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e os esforços em aperfeiçoar e expandir esses direitos a todas e todos. Como já mencionado os direitos humanos são um produto histórico, caracterizado por seu contexto presente, ora, mas se os contextos mudam com o desenvolvimento social e global, esses direitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) não acabam ficando desatualizados ou carecendo de novas atualizações e reflexões? É nesse sentido em que Herrera Flores (2009) trabalha em sua obra “A (re)invenção dos direitos humanos” fazendo-nos refletir sobre uma nova concepção de Direitos Humanos, uma visão mais crítica, contextualizada com os problemas mundiais e emancipadora.

Como afirma Herrera Flores (2009) o contexto em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi escrita tratava-se de um contexto de Guerra Fria luta travada entre dois sistemas os quais almejavam mundialmente a hegemonia. Por meio disso, fica claro que estamos diante de um novo cenário tanto econômico como social e cultural, fazendo-se necessário uma análise mais criteriosa sobre os novos desafios enfrentados, explorando um diagnóstico de causas e efeitos desde 1948.

Passamos a assistir um palco onde o poder como de costume continua a encobrir as necessidades e disparidades entre grupos sociais pré-estabelecidos, uma luta como já vimos anteriormente entre Sepulveda e Las Casas.

A deterioração do meio ambiente, as injustiças propiciadas por um comércio e por um consumo indiscriminado e desigual, a continuidade de uma cultura de violência e guerras, a realidade das relações transculturais e das deficiências em matéria de saúde e de convivência individual e social que sofrem quatro quintos da humanidade obrigamos a pensar e, conseqüentemente, a apresentar os direitos desde uma

perspectiva nova, integradora, crítica e contextualizada em práticas sociais emancipadoras. (HERRERA FLORES, 2009, p. 25).

Somos seres detentores de direitos, uma vez nascidos humanos herdamos essa condição independentemente a qualquer causa externa, isso está escrito no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”. No entanto como acreditar em algo que de fato não ocorre plenamente?

A medida em que observamos que os bens de dignidade humana não alcançam a todos os “humanos” questionamos a veracidade e legitimidade do documento citado. Como Herrera Flores (2009) ressalta, esse questionamento traz frustração, pois apesar de possuir direitos desde seu nascimento não se consegue gozá-los pela ausência de condições para isso, frisamos a importância do enfrentamento por condições de lutas sociais e de direitos formando assim uma Cultura de Paz.

A lógica humana é de que cada vez mais em que seus direitos são negados ou então quando surge o sentimento de incapacidade de lutar por suas aspirações, a violência aparece como resposta. Os conflitos humanos não nos trazem prejuízos, pelo contrário se mediados corretamente trazem respostas, para essa busca incansável por melhorias sociais. A priori os bens de dignidade pressupõem a conquista de meios de lutas aos Direitos Humanos, Herrera Flores (2009) deixa claro que os bens são incontestáveis para a dignidade, livre expressão religiosa, educação, segurança, alimentos saudáveis, moradia, saneamento básico, meio ambiente, e tantos outros.

Para que haja efetivamente a luta ao acesso a esses bens torna-se relevante dotar-se de meios indispensáveis, esses instrumentos de conquista baseiam-se em instrumentos políticos, econômicos, sociais e culturais. Somente armados com esses instrumentos haverá chance em construir e proteger condições materiais e também imateriais para a vida humana.

É nesse contexto em relação a aquisição de bens, que devemos criticamente nos questionarmos de que forma esses bens alcançam os seres humanos. A partir disto, Herrera Flores (2009) traz uma reflexão de grande valia, nosso lugar no mundo como indivíduo e o poder em que esse indivíduo exerce na sociedade, dirá como será a conquista a esses bens. Esse processo nos mostrará que os mesmos seres humanos detentores de direitos inalienáveis e invioláveis, possuem formas distintas em receber esses bens, para alguns será mais fácil, para outros mais difícil e para muitos impossíveis. E aí nos perguntamos se essa luta por bens são

apenas para conseguir sobreviver ou então para conquistar uma vida digna e satisfazer os anseios de cada um?

Promover meios e instrumentos para que classes minoritárias tenham como lutar por seus direitos é dever de qualquer cidadão preocupado com a democracia do país. De forma bastante assertiva Herrera Flores (2009) nos apresenta com uma atualização dos inscritos da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, de forma a contextualizar nas necessidades emergentes de forma crítica e emancipadora:

Preâmbulo: "...reconhecendo que os direitos humanos não constituem um 'ideal abstrato' que, como todo horizonte, se afasta à medida que nos aproximamos, proclamamos que tais direitos são o conjunto de processos que os indivíduos e os grupos humanos põem em marcha cotidianamente para ter acesso aos bens exigíveis para uma vida digna de ser vivida"

Artigo 1º. – Todos os seres humanos devem ter os instrumentos, meios e condições necessárias, a fim de que possam pôr em prática "processos de luta pela dignidade humana".

Artigo 2º. – A dignidade humana é um fim perseguido pelos direitos humanos. A dignidade consiste na obtenção de um acesso igualitário aos bens, tanto materiais como imateriais, que se consegue no constante processo de humanização do ser humano.

Artigo 3º. – Para conseguir o anterior, os seres humanos em luta para abrir processos de dignidade devem ter suficiente poder individual e coletivo para exigir das instituições legislativas, internacionais e nacionais, um sistema de garantias (políticas, sociais, econômicas e jurídicas) que lhes permitam gozar do resultado de suas lutas. Para tal efeito, declaram-se como garantias mínimas as que se relatam a seguir [...]. (HERRERA FLORES, 2009, p. 33).

Discutir de forma criteriosa os Direitos Humanos contribui para que os mesmos sejam entendidos em sua totalidade, exercitando uma concepção mais complexa a qual anseia por discussões e reinterpretações. Compreender a realidade de sua construção e do modo de agir torna-se preocupante pois como Herrera Flores (2009) diz grande parte da população se enquadra nos indivíduos com dificuldades e muitas vezes impossibilidades em adquirir bens, os quais deveriam ser cedidos desde seu nascimento, "Portanto, quando utilizamos a linguagem dos direitos, não partimos do que "temos", mas sim do que devemos ter". (HERRERA FLORES, 2009, p. 38). Por conta disso, ressaltamos a importância em adquirirmos os instrumentos necessários para que as lutas por bens materiais e imateriais sejam equilibradas.

Portanto trazemos a educação como instrumento essencial para essa luta, uma educação voltada aos direitos humanos, onde de forma crítica e construtiva se discuta esse acesso aos bens, a importância em compreender o que são Direitos Humanos? Para que servem? Para quem são destinados?

É evidente que essas reflexões dentro do ambiente escolar não agrada a elitização nem mesmo os governantes políticos os quais almejam o silêncio e a concordância em suas ações,

isso porque a partir do momento em que o indivíduo interioriza a responsabilidade como um sujeito de mudança e transformação, passa a lutar por seus ideais e por justiça. Quem tem voz tem poder.

Paulo Freire, foi um dos maiores exemplos de agentes de transformação, isso explica o porquê segundo Gadotti (1996) foi exilado tantas vezes. Ainda para Gadotti (1996) Paulo Freire nasceu no Recife, educador e filósofo tornou-se Patrono da Educação, o qual revolucionou a pedagogia não só do país como do mundo em busca de uma educação democrática, onde a bagagem carregada pelo aluno precisa ser considerada e desenvolvida nas salas de aulas, formando um fluxo contínuo de conhecimento entre aluno e professor.

Suas obras tornaram-se essenciais para a construção de uma educação crítica e autônoma para que os sujeitos fossem capazes de mudar suas realidades. Recebeu o prêmio Educação para a Paz da UNESCO em 1986, em seu discurso conseguiu acalorar a esperança por uma educação libertadora, em busca de igualdade, empatia, amor e paz. Seu discurso encontrado no Acervo Paulo Freire (1996).

De anônimas gentes, sofridas gentes, exploradas gentes aprendi, sobretudo que a paz é fundamental, indispensável, mas que a paz implica lutar por ela. A paz se cria, se constrói na e pela superação de realidades sociais perversas. A paz se cria, se constrói na construção incessante da justiça social. Por isso, não creio em nenhum esforço chamado de educação para a paz que, em lugar de desvelar o mundo das injustiças o torna opaco e tenda a miopizar as suas vítimas. (FREIRE, 1986, p.4).

Fica claro diante a carreira profissional e pessoal de Freire e suas significativas obras, a urgência em oportunizar ao educando meios pelos quais possa lutar por sua realidade social, desigualdades e injustiças, através de uma educação voltada a paz, ao diálogo e a mediação de conflitos. Em sua obra *Pedagogia da autonomia – 1996*, fornece as informações necessárias sobre o comportamento do professor, aluno e da escola em relação a uma educação voltada a paz.

Nesse sentido em sua obra Freire (2002) afirma várias vezes a necessidade em compreender que não existe uma verdade absoluta, que o ser humano é condicionado e não determinado, “reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não dedeterminismo, que o futuro, permita-se-me reiterar, é problemático e não inexorável”. (FREIRE, 2002, p. 10). Podemos dizer que todo ser deve não somente transmitir um conhecimento, mas sim proporcionar meios com que o aprendiz crie, recrie, produza, modifique o conhecimento de acordo com a sua realidade.

Um educador preocupado em reforçar a cada prática a capacidade do aluno em criticar e construir uma nova realidade a qual atenda seus anseios, permitindo a conquista de bens de dignidade humana. “Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo”. (FREIRE, 2002, p. 14).

3.3 CENÁRIOS DOS DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Como já citado no primeiro capítulo, torna-se crucial a compreensão de nossa própria história, para que entendamos como foi construída e de que forma podemos melhorar a realidade atual. Os Direitos Humanos no Brasil seguem alguns episódios os quais os guiaram a diferentes vieses, de primeira mão percebemos a importância dos Direitos Humanos como instrumento de proteção a todo ser humano. Através de progressos e retrocessos podemos refletir o quanto se faz necessário uma maior explanação e aprofundamento sobre o tema, desmistificando discursos equivocados por senso comum.

A Constituição Federal de 1988, a qual fez 32 anos desde seu firmamento, foi um grande avanço no cenário dos direitos um marco histórico em relação aos direitos dos cidadãos e os deveres do Estado. Assegurando a todos os seres humanos uma gama de direitos como sociais, políticos, econômicos, culturais e alguns direitos fundamentais como a liberdade, igualdade e privacidade.

Para que possamos compreender melhor a história dos Direitos Humanos no Brasil, precisamos analisar os diversos documentos que tangem os Direitos Humanos. Várias foram as Constituições brasileiras que abordaram direitos aos cidadãos. A Constituição de 1824, garantia a liberdade a segurança individual e a propriedade, ainda que estivessem em um formato de absolutismo. Constituição de 1891, defendia os direitos de igualdade, liberdade, justiça, liberdade religiosa, permissão para reuniões e também foi criado o *habeas corpus* de forma a reparar os casos ilegais e de violência extrema. Constituição de 1934, prezava pela segurança de qualquer pessoa, aos necessitados havia a assistência jurídica, passou a ser proibido a prisão por dívidas e houve maior proteção ao direito conquistado, essa constituição conseguiu grandes avanços através de novos direitos aos indivíduos, no entanto, durou apenas três anos chegando ao fim em 1937 período conhecido como Estado Novo o qual ficou marcado pela aniquilação dos direitos humanos. (SOUZA, 2017).

O período do Estado Novo (1937-1945), foi comandado pelo presidente Getúlio Vargas, o qual instituiu o fechamento do Congresso Nacional, e a paralisação de praticamente

todos os partidos políticos. Período sombrio para os Direitos Humanos os quais foram minimizados e sorrateados. Nesse período surgiu a Constituição de 1937, a qual se caracterizou pelo autoritarismo e pelo caráter fascista, em meio aos feitos salienta a criação do Tribunal de Segurança Nacional com o objetivo de condenar crimes contra o Estado.

Os Direitos Humanos nesse cenário foram esquecidos e ameaçados, as mídias de comunicação também foram censuradas e qualquer forma de expressão era reprimida. Esse cenário problemático para com os Direitos Humanos só foi mudar em 1946, onde foram restabelecidos os direitos e as garantias individuais, porém, esse período não dura muito, com a chegada do Regime Militar em 1964 novos tempos sombrios para os Direitos Humanos revelaram-se.

O regime militar segundo Souza (2017) abriu as portas para total desrespeito com os direitos humanos, em 1964 deu-se início ao comando dos militares os quais de forma incrível permaneceram no poder por 21 anos, essa intervenção teve como justificativa os problemas orçamentários do país, caracterizado por total centralidade de poder e violento autoritarismo. O setor mais prejudicado com essa intervenção foi a área política, Souza (2017) salienta a criação de um Serviço Nacional de Informações (SNI) que atuava como “justiça política” como se fosse uma polícia para políticos, consecutivamente houve o fechamento do Congresso Nacional assim como, a extinção dos partidos políticos, concentrando desse modo o poder e controle nas mãos dos militares, dificultando ainda mais a queda do regime.

Importante ressaltar que esse período ficou marcado pela violência extrema e total desrespeito com os Direitos Humanos, havia torturas e prisões, sequestros, execuções, assassinatos e desaparecimentos de opositores e líderes políticos, a força policial tomou proporções alargadas tendo pleno consentimento para devidas práticas. O então presidente João Baptista Figueiredo promulgou a Lei da Anistia em 28 de agosto de 1979, a qual permitia exilados políticos retornarem ao país, no entanto os militares acusados pelas práticas de violência e pelos crimes ocorridos não poderiam ser punidos ou condenados.

Segundo Souza (2017) foi somente em 2012 que se iniciou a investigação sobre as práticas criminais realizadas no período de regime militar e instaurado a Comissão Nacional da Verdade - CNV com o objetivo de investigar e revelar os autores de tamanha violência com maior foco no período militar. Para termos noção de tamanha truculência e maldade cometida no período, Souza (2017) revela que através do relatório divulgado pela CNV, houveram mais de 434 vítimas entre mortes e desaparecidos, também destacou que 377 indivíduos foram considerados responsáveis pelos crimes, destes apenas 196 estão vivos e que podem ser levados à justiça para maiores esclarecimentos.

A reflexão sobre todo esse período o qual o Brasil enfrentou, nos permite refletir o quanto os direitos precisaram lutar para se manterem presentes ainda hoje. Atualmente pautados pela nova Constituição de 1988, a qual defende os direitos a todos os seres humanos, encontramos falhas e muitos desafios a serem superados. A dificuldade em tornar realidade esses princípios são visíveis nas atrocidades cometidas ainda hoje. No documento Anistia Internacional-Informe 2016/17: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo, nos revela os problemas ainda enfrentados pelo Brasil:

A polícia continuou a fazer uso desnecessário e excessivo da força, em especial no contexto dos protestos. Jovens negros, principalmente os que moram em favelas e periferias, foram desproporcionalmente afetados pela violência por parte de policiais. Defensores e defensoras dos direitos humanos, em especial os que defendem os direitos terra e ao meio ambiente, enfrentaram cada vez mais ameaças e ataques. A violência contra mulheres e crianças continua sendo uma prática comum. As violações de direitos humanos e discriminação contra refugiados, solicitantes de refúgio e migrantes se intensificaram. (ANISTIA INTERNACIONAL-INFORME, 2016, p. 82).

Com todos os problemas enfrentados no Brasil desafiando os Direitos Humanos, ainda temos de enfrentar o senso comum. De formageral, a sociedade se mostra desgastada pela violência rotineira, pelos arroubos orçamentários ligados a políticos, pela educação deficitária, pelo falho assistencialismo e pela dificuldade em adquirir os bens materiais e imateriais.

Discursos de ódios acabam se revelando através desses descontentamentos, para muitos os Direitos Humanos configuram-se destinados apenas a “bandidos”, ou como uma prática de uma única pessoa responsável “o cara dos direitos humanos”, essas reflexões debilitadas de conhecimento, tendem a enfraquecer ainda mais os propósitos dos Direitos Humanos. De forma a transparecer esse argumento, me permiti mostrar-lhes um comentário postado em um site com o tema centrado em Direitos Humanos, o site tem por nome politize! A matéria foi publicada em 2017.

Na minha opinião quando nos referimos ao Direitos Humanos, acredito que existe duas realidades bem diferentes, no que tange aos direitos de um assassino por exemplo: Quando um sujeito que está preso por assassinato, há uma equipe de direitos humanos para defender, visitar, dar apoio a família, etc. etc. e etc. E quanto a família da vítima? Não tenho conhecimento que algum dia uma equipe dos direitos humanos se preocupou com os familiares. Esta família fica tão fragilizada quanto a do assassino talvez até mais, porque nunca mais verão seu ente querido, enquanto ao preso, ele continua tendo natal, aniversário, o tal jumbo na cadeia e outras coisas mais, e está VIVO!!! E a família da vítima como fica, você pode imaginar? (POLITIZE, 2017).

Através desse discurso podemos perceber com clareza os desafios enfrentados pelos Direitos Humanos no Brasil, esse discurso associando a defensoria de criminosos é de total

equivocado por parte de quem os defende, uma vez que acaba por deslegitimar os princípios defendidos pelos Direitos Humanos, sua essência e seus objetivos. É a partir de tamanho desconhecimento sobre Direitos Humanos, salientamos a importância em ser um tema abordado desde os primeiros anos de vida do indivíduo, a escola possui papel essencial nessa causa abordando problemas mundiais dentro das salas de aulas, permitindo a formação de cidadãos críticos e sabedores de seus direitos e deveres.

Vivemos em constante disputa de narrativas, o certo e o errado, mas como entender e ensinar o certo? A complexidade em construir uma Cultura de Paz, faz com que desejamos compreender, refletir e discutir ações e meios para agir diante das violências do convívio social. As narrativas presentes em nosso convívio tendem a enriquecer o ensino, desde que analisadas e discutidas. “A educação para a paz é uma ação positiva onde se apresentam alternativas aos conflitos, incompatibilidades ou choques de interesses”. (AMAR, 2020, p. 59, tradução nossa)³. A importância dos Direitos Humanos para uma educação de qualidade, justa e democrática unifica as narrativas para uma cultura de paz.

É reivindicada uma educação crítica capaz de estabelecer uma dialética entre o ato de criar e recriar uma cultura de paz, ou de construir ou reconstruir uma sociedade igualitária e justa, cooperativa e integral. Portanto, a cultura da paz inspira-se na educação, nos direitos humanos e na busca de soluções para as injustiças e os problemas socioeconômicos. Sempre com o objetivo de contribuir com a educação para a paz como incentivo à cultura de paz. (AMAR, 2020, p. 68, tradução nossa).⁴

³ “La educación para la paz es una acción en positivo donde se presenten alternativas a los conflictos, a la incompatibilidad o al choque de intereses.” (AMAR, 2020, p. 59)

⁴ Se reivindica una educación crítica capaz de establecer una dialéctica entre el hecho de crear y recrear una cultura de paz, o bien de construir o reconstruir una sociedad en igualdad y justa, cooperativa y comprensiva. Por ello, la cultura de paz se inspira en la educación, en los derechos humanos y en la búsqueda de soluciones a las injusticias y problemáticas socioeconómicas. Siempre con las miras de contribuir a la educación para la paz. (AMAR, 2020, p. 68)

4 CULTURA DE PAZ

Ao abordarmos sobre Direitos Humanos⁵ no capítulo anterior, observamos a importância para com a Educação para Paz, uma vez que a Educação de Direitos Humanos está intrinsecamente ligada aos vieses da Cultura de Paz. A estrutura do estudo foi organizada para que possamos compreender que, por meio de nossas raízes arcaicas de violência, mandonismos e corrupção, adentramos nas lutas por direitos de dignidade humana, direitos os quais nos dão condições não apenas para sobreviver, mas sim viver com dignidade. E nessa mesma lógica a educação adentrou de forma a acoplar essa luta através de uma educação voltada a Cultura de Paz, repudiando qualquer forma de violência e exaltando a mediação de conflitos.

Esse capítulo é importante para compreendermos a diferença existente entre Cultura de Paz e Educação para Paz, por mais que ambas pareçam nomeadamente sinônimas, carecemos esclarecer suas singularidades e objetividades. O conceito “paz” não é simples como a maioria das pessoas a definem, pois, paz vai muito além de calma, harmonia entre outras distinções comumente feitas, necessitamos refletir sua conceituação diante a prismas distintos e críticos.

O conceito conflito o qual está vinculado intrinsecamente a paz e a violência, torna-se imprescindível sua compreensão e discussão profunda. A tríade paz, violência e conflitos, apresentada por Salles Filho (2019), busca responder a muitos problemas tanto mundiais quanto em nossa própria convivência. Como proposta metodológica para a implementação da Educação para Paz nas escolas designamos as “Cinco Pedagogias para Paz”, abordagem de Salles Filho (2019) com objetivo de prevenir as manifestações de violência e mediar os conflitos.

Com esse fundo teórico o qual nos revela uma realidade difícil e uma sociedade sofrida por mandonismos e graves ataques aos Direitos Humanos. A preocupação se relaciona em proteger não só as crianças, mas mudar a consciência dessa nova geração, compreendendo que a paz é um direito destinado a todos e todas sem distinção devendo ser o objetivo de toda a sociedade quanto coletivo.

4.1 PAZ E O PROCESSO DE CULTURA DE PAZ

O conceito de paz é imprescindível para a construção de uma Cultura de Paz, iniciemos a compreensão através da obra de Jares (2002), a paz possui diversas definições e

⁵ Os conceitos Direitos Humanos, Educação para Paz, Educação em Direitos Humanos e Cultura de Paz se encontram em letras maiúsculas por serem as categorias de análise da pesquisa.

contextualizações, existe uma paz para filosofia, para educação, para sociologia, para as políticas. Essas variedades de definições ocorreram em torno da metade do século XX, porém a falta de consistência em definir o conceito, gerou confusões e distorções sobre seu significado, transformando-se em uma compreensão de paz negativa de senso comum a qual trataremos mais adiante. A busca por uma conceituação de paz mais densa e rica se faz através dos diálogos, pois como sabemos, entre diversas culturas e sociedades a paz possui sua própria concepção e entendimento. Respeitar a diversidade é o primeiro passo para efetivação de uma Cultura de Paz.

Segundo Jares (2002), podemos classificar a paz como paz positiva e paz negativa. A concepção tradicional de paz traz consigo a relação com a paz negativa, desse modo em um resgate histórico Galtung (1985 apud JARES, 2002, p. 122) articula dizendo que “[...] essa concepção ocidental foi herdada do conceito de *pax romana*; um conceito pobre e insuficiente, que se refere unicamente a ausência de conflitos bélicos entre estados”. Portanto, a paz negativa está relacionada a paz como ausência de guerra, a qual permaneceu e ainda permanece como senso comum sendo um conceito fraco e limitado. Outra característica de paz negativa que Jares (2002) traz é a paz relacionada a harmonia, calma onde não há espaço para conflitos, todos esses atributos referentes a paz minimizam sua intensidade e importância.

Paz positiva se diferencia da paz negativa por salientar a ausência de violência e não de guerra, segundo Galtung (1964, *apud* JARES, 2002, p.123):

Em primeiro lugar, a paz já não é o contrário de guerra, mas sim de sua antítese, que é a violência, dado que a guerra é apenas um tipo de violência, mas não o único. Em segundo lugar, a violência não é unicamente a que se exerce mediante a agressão física direta ou por meio de diferentes artifícios bélicos que se podem usar, mas é preciso levar em conta também outras formas de violência menos visíveis, mais difíceis de reconhecer, mas também mais perversas no sentido de produzir sofrimento humano.

Através dessa percepção de paz que emergem as manifestações de violência, distinguindo a violência estrutural da violência direta. Com essa ampliação de violência revela-se que esta não se baseia apenas em agressão física, mas sim com violências discretas as quais ferem o indivíduo muitas vezes com maior intensidade, são elas as violências estruturais e culturais. A partir dessa reflexão segundo Guimarães (2005, p. 189) alguns eixos são essenciais na conquista de uma Cultura de Paz são eles: “justiça, direitos humanos, democracia e não-violência”. Compreender a paz com seu sentido real e essência motivadora requer desconstruir um pensamento tradicional e negativo que por muitos anos vem se manifestando, através de

vários meios como a política, economia e as relações sociais. O quadro 1 apresenta as características relacionadas a paz positiva e negativa.

Quadro 1 – Paz positiva/negativa.

Paz Negativa (tradicional)	Paz positiva
Relacionada a ausência de guerra ou práticas de violência direta.	Relacionada a ausência de qualquer forma de violência.
Considerar a paz como algo distante, inalcançável e acabado.	Considerar a paz como processo contínuo e inacabado.
Justificar a violência para se chegar a paz.	Compreender as manifestações de violência e compreender que a mesma não é o caminho para se atingir a paz.
Entender o conflito como sinônimo de violência. Precisando ser evitado e eliminado.	Compreender o conflito como inerente ao ser humano e meio importante para a construção de cultura de paz, através de sua mediação.
Criticar os Direitos Humanos, por apresentarem falsos princípios, ou comumente relacioná-lo a uma única pessoa.	Compreender os Direitos Humanos como luta constante por direitos e dignidade, salientando sua importância no desenvolvimento social da humanidade.
Relacionar a Educação para Paz como processo rápido e de resultados imediatos.	Compreender a Educação para Paz como um processo contínuo, lento e com resultados a longo prazo, através de conquistas nas vivências e convivências.

Fonte: Adaptado de SALLES FILHO, Nei Alberto. **Cultura de paz e educação para paz: olhares a partir da teoria da complexidade de Edgar Morin**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. p. 357. 2016.

As percepções de mundo em que um indivíduo se apropria através de imagens, sons, sentidos, baseia-se através da observação. Rayo (2004) compreende a influência da observação no comportamento de crianças e adolescentes que através de meios de comunicação, mais comumente meios eletrônicos e a televisão interferem nas condutas das mesmas. A mais preocupante entre as representações, segundo Rayo (2004, p.46) “[...] é a que está embelezada, tal como parece em muitos programas televisivos, especialmente nos desenhos animados”. Os meios de comunicação assim como o avanço da tecnologia contribuem para uma concepção de paz, porém essa contribuição é inferior a imagem em que esses meios de comunicação trazem sobre a violência, segregando ainda mais algumas classes que já são excluídas desde tempos remotos como as mulheres, os negros, os pobres, imigrantes, indígenas e questões de gêneros.

É nesse momento em que se pode reiterar com precisão de que a Cultura de Paz é essencial dentro da área educacional, a qual essas crianças e jovens estão expostas rotineiramente a observação de atos violentos, fazendo com que a violência se torne familiar e natural em sua convivência na sociedade. Através dessa reflexão entendemos a necessidade de

se fazer uma Cultura de Paz a qual se alastre ainda mais que as manifestações de violência, sendo a educação um de seus principais eixos.

Como visto a cultura de violência está por todas as partes principalmente pelos meios de comunicação, disseminando e interiorizando nos indivíduos, desse modo como dito anteriormente está cada vez mais naturalizado na sociedade, mas, por que não se torna naturalizado a Cultura de Paz?

Esse é o desafio em que a Educação para a Paz está incumbida de enfrentar, alcançando o objetivo o qual se refere a naturalização de uma cultura de paz, nas vivências e convivências dessas crianças e jovens, como consequência uma geração mais pacífica e assimiladora de uma paz positiva, onde haja respeito pelas multiculturas, convivência mediadora de conflitos e ativa no sentido de resolver esses conflitos buscando a paz e a justiça social.

A paz segundo a literatura busca a compreensão como um direito humano, vimos anteriormente que vários são os documentos que asseguram esse direito a todas as pessoas, independente de raça, credo ou etnia, porém com a realidade da sociedade vemos esse direito cada vez mais desrespeitado, pelo sistema capitalista, pelos governantes, pelos detentores de poder e por uma sociedade naturalizada na violência e nas truculências.

O desejo por paz é muito antigo e reconhecido universalmente, segundo Rayo (2004) alguns países almejavam paz quase que nos mesmos períodos 546 a.C., China e Grécia, os dois países tentavam o desarme e alianças para que não viesse a ocorrer guerras futuras, a necessidade em mediar os conflitos para que não ocorressem mais milhares de mortes era evidente.

Podemos analisar que ao longo de toda linha histórica da paz, várias foram as concepções da mesma “*eire* grego, *pax* romana, *santhi* hinduísta, *ahimsa* jainista, *paz* taoísta, *shalom* hebraica, *pax* hispânica, *pax* americana”. (RAYO, 2004, p. 29). Com infinitudes de concepções de paz ficou difícil de compreender seu real significado, tanto que por senso comum hoje temos a paz negativa considerada apenas como ausência de guerra, através da ciência e de muitos estudos sabemos que a paz deve ser considerada positiva quando busca enfrentamento a desigualdade e construir uma justiça social embasada nos princípios da paz.

Vale lembrar que a Cultura de Paz requer ser entendida como processo e não como algo acabado. Segundo Salles Filho (2019, p. 104) “Cultura de paz é um processo de construção, de caminhada, e não de “enfrentamento” da cultura de violência.” Isso porque segundo o mesmo, essa construção da Cultura de Paz está envolta a alta complexidade, complexos valores, sentimentos e atos dos seres humanos os quais possuem percepções distintas sobre a conceituação da paz.

Construção a qual possui ligação direta com a Educação para Paz sendo edificada pela humanidade, crianças, trabalhadores explorados, pais e mães, cientistas, alunos, professores, para que só então a comunidade como um todo, esbanje toda sua multiculturalidade saiba respeitar e trabalhar diante a isto. Os principais objetivos dessa construção de Cultura de Paz é conseguir adentrar nos mais variados meios de socialização, comunicação, convivência e formação, quanto maior for sua expansão maior será sua visibilidade e naturalização. E dessa forma nos mantermos sempre em constante aprendizado pois como já dito anteriormente a paz é um processo pelo qual necessita de estudo contínuo e aprofundamento nas vivências sociais.

Mesmo que consigamos em algum tempo tender a uma cultura de paz, isso não nos habilita a falar de alguma paz eterna, mas de uma paz “sustentável”, capaz de manter padrões, práticas e valores da não violência com maior perenidade, criando formas de ser e conviver mais preventivas, mais satisfatórias às realidades pretendidas pelos discursos. (SALLES FILHO, 2004, p. 105).

Compreendendo a paz como uma práxis complexa, concordamos que a mesma se torna como necessidade humana, repudiando qualquer forma de violência, seja ela direta, cultural ou estrutural, que atente contra a vida humana ou contra o planeta e a natureza. O conflito nesse cenário toma grandes proporções, pois sendo inerente ao ser humano, a necessidade em media-lo e construir a partir dele soluções que priorizem a justiça e a paz torna-se fundamental para qualquer situação de convívio social. As contribuições das multiculturas, educação e da ciência revelam-se genuinamente autores dessa luta contínua, em meio a tantos conflitos entre disputa de poder, entre regiões, cidades, estados e países, a paz torna-se como diz Rayo (2004) pedra angular para com os direitos de todos os seres humanos, da natureza e do planeta.

[...] deve-se assinalar que a paz é multidimensional e exige esforços não só para alcançar um verdadeiro desenvolvimento humano, para aprofundar o respeito aos direitos humanos, para resolver os conflitos e frear a deterioração do meio ambiente. (RAYO, 2004, p. 29).

Como mencionado no capítulo 1, várias foram as formas de mandonismos na construção histórica em que o Brasil se tornou sujeito, a escravidão, o genocídio indígena, o desrespeito com mulheres e crianças, tudo contribuiu para uma naturalização da violência e da pobreza. Nossos governantes e a má vontade política em mudar o cenário de autoritarismo e violência acaba por enfraquecer o processo de Cultura de Paz, fragilizando-a e ascendendo para práticas de exclusão e miséria.

E se o direito a paz é para todas e todos assegurados pela Constituição Brasileira por vários documentos nacionais e internacionais, por que então ainda existem pessoas passando fome, sem moradia, sem acesso à educação, sem acesso a saúde, sem saneamento básico, sem

água potável, sem energia elétrica, sem voz, sem lazer e sem esperanças? Por que essas pessoas estão sobrevivendo ao invés de viver como seres humanos dignos?

Parece clichê, mas essas perguntas são tão velhas que acabam nos causando angústia em saber que estamos em constante progresso e que o desenvolvimento da ciência e da humanidade ainda possuem dificuldades em responde-las, esperávamos serem perguntas ultrapassadas e superadas, mas o que temos observado é o descaso para com o ser humano e o planeta. “O direito à paz, a viver em paz, implica acabar com a crença de que uns são os virtuosos e certos, e outros, os errados; uns, os generosos em tudo, e outros, desprovidos de tudo”. (RAYO, 2004, p. 31). E só então percebemos o quanto a sociedade está cada vez mais enferma com as relações sociais, a reversão desse quadro se dará apenas através da construção de uma Cultura de Paz.

Ao diferenciarmos Cultura de Paz e Educação para Paz nos damos conta o quanto ambas precisam caminhar juntas, de forma ampla podemos dizer que a Cultura de Paz caracteriza-se por abrir um vasto leque de oportunidades e aprendizado na paz, nas palavras de Salles Filho (2019) Cultura de Paz seria um grande guarda-chuva com ações voltadas há um bem maior, ao respeito, as convivências pacíficas, direcionando o ser humano cada vez mais próximo ao sentimento de importância com o outro, com o coletivo e com o planeta.

Já a Educação para a Paz, se firma na aprendizagem dos princípios, objetivos e metas da Cultura de Paz, para que dessa forma crie robustez e empoderamento no discurso legitimando para sua universalização.

Portanto, uma Educação para a Paz seria o ramo pedagógico da Cultura de Paz, ou seja, a organização pedagógica de temas como valores humanos, direitos humanos, cidadania, meio ambiente entre outros, que devem ser estruturados pedagogicamente, aplicados com atividades educacionais que provoquem a reflexão e a ação nessa busca do BEM, nessas condições de melhoria das pessoas, da vida e do planeta. (LEMES et al, 2018, p. 93).

Lemes et al (2018) a Cultura de Paz se faz com Educação para Paz, uma vez que desconhecendo os princípios da mesma, causa reflexões ingênuas ou enfraquecidas. A criticidade e a atenção as diversas origens de manifestações de violências contribuem para efetivação das práticas para o “bem” para a paz. Salles Filho (2019) traz em sua obra o “Manifesto 2000 por uma cultura de paz e não violência”, realizado pela UNESCO, esse documento foi redigido por um grupo de Prêmios Nobel da Paz que estiveram reunidos em Paris para a celebração do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, esse manifesto trouxe grande influência para a Cultura de Paz e sua legitimação social, através da

Assembleia Geral das Nações Unidas considerou-se a década de 2000 a 2010 “década internacional por uma Cultura de Paz e não violência para as crianças do mundo”.

O manifesto propunha um novo começo, onde consigamos superar uma cultura de violência e guerra em uma cultura baseada nos princípios da paz e não-violência. Destacando que a construção de uma cultura de paz consiste em um vasto leque o qual não pertence apenas a educação, mas está intrinsecamente ligado aos laços familiares, laços profissionais, laços entre municípios, estados e países. O Manifesto propõe alguns aspectos os quais devemos nos responsabilizar em colocar em prática afim de proteger nossas crianças e gerações futuras, são eles:

Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminação ou preconceito;
 Praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência sob todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os grupos mais desprovidos e vulneráveis como as crianças e os adolescentes;
 Compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais em um espírito de generosidade visando o fim da exclusão, da injustiça e da opressão política e econômica;
 Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, dando sempre preferência ao diálogo e à escuta do que ao fanatismo, a difamação e a rejeição do outro;
 Promover um comportamento de consumo que seja responsável e práticas de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e preservem o equilíbrio da natureza no planeta;
 Contribuir para o desenvolvimento da minha comunidade, com a ampla participação da mulher e o respeito pelos princípios democráticos, de modo a construir novas formas de solidariedade. (MANIFESTO, 2000, p. 2).

A responsabilidade para com todos esses pontos salientados pelo Manifesto 2000, são responsabilidades do ser humano a partir do momento em que é concebido, todos anseiam por mais justiça, pela defesa dos Direitos Humanos, o repúdio a qualquer forma de violência, considerar importante a vida do próximo, propor alternativas democráticas as quais estimulem a criticidade e a livre expressão de todos e todas, lutar por políticas públicas justas e capacitadas, proteger nosso ambiente e recursos naturais de modo a atentar-se aos desequilíbrios e degradação do mesmo pelas mãos humanas, promover equidade, empatia e solidariedade como alternativas de mediações de conflitos, utilizando o diálogo para soluções criativas e conjuntas.

A resposta para essas ações é a Educação para Paz, como mencionado anteriormente a Cultura de Paz é um processo contínuo e inacabado e a Educação para Paz é um ramo pedagógico o qual propõem alternativas metodológicas para essa constante construção de Cultura de Paz nas escolas e em todos os lugares. A Educação para Paz destina-se a todas as idades é por isso que devemos abordá-la nos mais variados setores, não somente na educação, como também na saúde, na política, na segurança pública, nos morros de favelas até os arranha-céus de cidades grandes.

4.2 O CONFLITO COMO PROCESSO DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA

Ao analisarmos a trajetória do desenvolvimento no Brasil, percebemos que o conflito esteve presente em todos os contextos sociais independente de classe ou cultura, contudo o real problema está na sua concepção, a qual continua sendo a concepção tradicional sem sofrer mudanças com o desenvolvimento da sociedade.

Conflito derivado da ideologia tecnocrática-conservadora que o associa com algo negativo, não desejável, sinônimo de violência, disfunção ou patologia e, conseqüentemente, como algo que é necessário corrigir e sobretudo evitar. (JARES, 2002, p. 132).

Para Jares (2002) a definição de conflito tem uma visão negativa perante a sociedade como um gerador de violência, relacionado à guerra, agressão, discussões e desentendimentos, devendo ser evitado ao máximo para manter-se a ordem social. Observando a convivência com outros seres humanos, onde se vive em um meio de distintos interesses, poderes e necessidades a geração de conflitos é inevitável.

Não se pode excluir o conflito e eliminá-lo das vivências sociais. Segundo Lederach (1985, p.1) “temos de detalhar, aprender e praticar métodos não de eliminar o conflito, mas de regulá-lo e conduzi-lo a resultados produtivos”. Desta forma subentende-se que o conflito é tão comum há tanto tempo na sociedade, que de algum modo se tornou natural ao ser humano, sendo algo necessário estimulando o indivíduo a criticar, manifestar-se de acordo com suas ideologias e motivando a mudanças criativas no meio social.

No entanto, o real contraponto a isso é que através de nossa construção histórica, o ser humano aprendeu a resolver seus conflitos por meio de atos violentos, armamentos bélicos, guerras, maltrato e mortes, justificando a naturalização da cultura de violência. Desconstruir essa percepção da relação conflito/violência requer constante estudo e união entre educação, conflito, paz e práticas pedagógicas eficazes voltadas ao diálogo e escuta para uma convivência pacífica e humanizada.

Na escola podemos notar que o conflito se tornou rotineiro, isto porque os alunos convivem em um meio onde contém classes sociais, raças, religiões, credos, costumes e ideologias diferentes. Os conflitos assumem uma forma saudável quando beneficiam as experiências dos alunos, como os conflitos presentes em jogos e brincadeiras, no esporte ou em debates. Os conflitos mediados pela violência, conflitos os quais geram o *bullying*, brigas,

desrespeito, xingamentos, discriminação, preconceitos e intolerância, resultam na agressividade e na própria violência física.

Já sabemos que conflitos existem onde as pessoas se encontram, em todas as relações humanas e em qualquer lugar, portanto faz parte do ser humano. Depende de nós, para que estes conflitos não levem a ações de violência, e da sua resolução podendo, inclusive, ser base para a construção de relações de cooperação e que levem à vivência da paz. (ROLLAN; HAMMES et al. p. 2, 2019).

A concepção popular sobre conflito e violência é que ambos são descritos e caracterizados como sinônimos, portanto, segundo Elias (2011) o conflito é próprio da convivência e inevitável, já a violência é construída pelo indivíduo e evitável. O conflito transforma-se em violência quando não há mediação dialogada, quando há dificuldade em solucionar os problemas através da conversa e do respeito, encaminhando para a violência seja ela a agressão física, verbal, moral e outras, não solucionando o problema deixando as relações sociais ainda mais comprometidas entre esses indivíduos, gerando assim sentimentos negativos como raiva, ódio e intolerância.

Deste modo notamos a importância em mediar e resolver um conflito, sendo necessário primeiramente identificar o conflito para que assim possa ouvir os dois lados do contexto e tentar resolver de maneira justa e democrática.

Pode-se dizer que cada região possui conflitos específicos devido a seu próprio contexto social, porém alguns conflitos tornam-se comuns na maioria dos lugares. O estudo do CIIP (2002) nos apresenta três tipos de conflitos, são eles: Conflitos pelo controle do Estado; Conflitos pela formação do Estado; Conflitos diante do fracasso do Estado.

Denominados como conflitos modernos: 1. Conflitos pelo controle do Estado: Esse conflito tornou-se comum desde a disputa por poder, logo, esse conflito é antigo e atual ao mesmo tempo, pois o conflito de interesses nunca teve um fim. Caracterizado por movimentos revolucionários pelas classes de poder, conseguimos inserir nessa tipologia motivações culturais, religiosas e étnicas. Para o CIIP (2002) esses conflitos são comuns em toda parte, configura-se como a grande parte dos conflitos sociais.

2. Conflitos pela formação do Estado: Esta tipologia se engendra pela origem do Estado, sua natureza e transparência em seus atos. O conflito gira em torno de diferentes tipos de autonomia dentro do Estado.

3. Conflito diante do fracasso do Estado: Este tipo de conflito segundo CIIP (2002) ocorre pela falta de segurança mínima oferecida aos cidadãos. Nesse caso, a luta se procede pela falta de controle real do governo.

Como essência a motivações de conflitos o CIIP (2002) elencou quatro raízes as quais originam os conflitos, são elas: de legitimidade; de desenvolvimento; de identidade; de transição.

1. Conflitos de legitimidade, esses conflitos se configuram pelo enfraquecimento da democracia em determinado sistema, as condições de bem-estar social acabam sendo distribuídas de forma desigual e a participação na política é minimizada e reduzida, isso ocorre quando os sistemas democráticos não atuam efetivamente, ficando frágeis e comprometidos;

2. Conflitos de desenvolvimento, talvez o conflito mais evidente na atualidade, esse conflito se configura pela desigualdade a qual viemos falando desde o primeiro capítulo deste trabalho. Esse conflito ocorre pelo desequilíbrio na distribuição de bens aos indivíduos, salientando ainda mais a diferenciação entre ricos e pobres. A desigualdade alargada seja ela de bens materiais como imateriais ainda é comum em praticamente todas as regiões e esse acesso debilitado e desigual a esses bens é a grande ponte a violência;

3. Conflitos de identidade: Esses conflitos são marcados pela luta constante pela cultura, pelos credos, pelos costumes e para proteger o pertencimento e a identidade. Esse conflito é antigo, porém muito visível atualmente. Como exemplo podemos citar a catequização dos índios pelos portugueses, esse acontecimento mostra claramente o desrespeito com a cultura alheia, o fanatismo o qual defende uma cultura e exclui outra, acaba sendo balizador de muitos conflitos na sociedade contemporânea. Claramente ainda hoje esses conflitos geram muita violência e discriminação, a luta pelo pertencimento da cultura e de suas identidades ainda continua árdua para grande parte de grupos indígenas e outros grupos como LGBTQIA+, feministas, imigrantes entre outros;

4. Conflitos de transição, por fim, temos os conflitos por poder ou por transição política, geralmente entre grupos rivais, nesse caso a ameaça à democracia e aos Direitos Humanos é o foco de tensão, o desmonte dessas duas pilastras da sociedade proporciona condições a abertura ao fascismo e ao autoritarismo.

O que podemos observar é uma ameaça constante a toda a humanidade, não apenas pelos bens distribuídos de forma desigual, mas também a escassez de recursos naturais, a perda de identidade cultural e a falência dos Direitos Humanos. A vasta distância entre ricos e pobres alargou de forma colossal por toda a parte do mundo nos últimos anos. Alguns pontos são colocados como desencadeadores de conflitos bélicos.

As guerras atuais tornam-se duplamente destrutivas ao devastar vidas e sociedades, obrigando a um investimento de recursos que poderiam destinar-se ao desenvolvimento a longo prazo. Os conflitos armados têm um efeito desolador na

população civil, especialmente nas crianças. No período entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1990, o número de mortes causadas pela guerra dobrou com juros o de todo o século passado. Em muitas partes do mundo, os conflitos armados transformaram-se em um mal endêmico e acontecem exatamente naqueles países em que menos se pode permitir que isso aconteça. Parece claro que a pobreza e a falta de desenvolvimento alimentam o ódio e a escalada de hostilidades, e que a melhoria em áreas, tais como a nutrição, a saúde, a educação, a água potável e o planejamento familiar são peças-chave para reduzir as causas subjacentes de tantas guerras. Uma das características dos atuais conflitos armados é que a maior parte deles não acontecem entre os Estados, mas no interior dos mesmos, questionando todo o direito internacional relativo a guerra. Se, no passado, as guerras tinham lugar no campo de batalha, atualmente há uma tendência que essas tenham como objetivo militar a população civil e que a violação sistemática dos direitos humanos de mulheres e crianças constituam uma instrumentalização bélica. (RAYO, 2002, p. 20).

Todos os problemas globais adquirem força a partir do momento em que a institucionalização não cumpre com seu papel na proteção do bem-estar da sociedade, e isso não é um fato recente, tal fragilidade institucional corrobora desde a colonização período o qual desestruturou qualquer forma de igualdade de bens. Vários são os conflitos que assolam o país e o mundo e as vítimas mais brutalmente afetadas são as crianças, mulheres, negros, indígenas e os demais grupos marginalizados, os conflitos estruturais que emergem de nosso sistema social traz a pobreza e a fome firmados em uma realidade social arcaica e duradoura.

E o mais triste é que as crianças não podem esperar que os desafios sociais se resolvam. Satisfazer as necessidades básicas da infância é o objetivo mais premente de todas as metas necessárias para alcançar o desenvolvimento humano. (RAYO, 2002, p. 21).

Visto que as crianças se tornam vítimas diretas de muitos conflitos os quais por muito tempo tem sido mediado pela violência, podemos dizer que as mesmas merecem maior atenção e respeito. Rayo (2002) declara, muito precisa ser feito para o bom desenvolvimento das nossas crianças, mediante a isto, fica claro a importância de uma educação de qualidade como mediadora dos conflitos. Ainda segundo Rayo (2002), o melhor investimento para o desenvolvimento é investir na educação das crianças.

A Declaração Universal dos Direitos da Infância surgiu em 1959 afim de combater todas as atrocidades cometidas as mesmas, porém após 61 anos de sua promulgação ainda enfrentamos os mesmos problemas mundiais, encontramos crianças passando fome, exploradas com trabalhos braçais, sem moradia digna, com uma precária estrutura familiar, crianças doentes, exploradas sexualmente e tantos outros problemas que assombram essa idade e se mantem presente na vida dos mesmos por um laço traumático. “Nossas sociedades nunca serão

inteiramente justas enquanto não aprenderem a escutar, respeitar e levar em consideração a voz das crianças”. (RAYO, 2002, p.23).

As situações de conflito possuem vieses distintos, muitas partem das relações sociais dentro das escolas, mas também temos os que partem de condições externas a escola e é a partir disso que podemos refletir a necessidade em se analisar o contexto escolar e social de determinada região a qual a escola pertence e não apenas o contexto escolar.

Abrir as portas da escola para compreender a complexidade do contexto em que vivem os alunos é o que Freire vem a anos defendendo, levar em consideração a bagagem do aluno, suas experiências e seus conflitos internos. O desenvolvimento social de uma criança muito dependerá de como será administrado seus conflitos e isso irá determinar sua relação social e suas ações futuras. Ortega e Rosário (2002) explanam três fatores importantes em relação aos conflitos escolares são eles: a desmotivação dos estudantes; a indisciplina escolar; o desânimo profissional dos docentes.

A motivação segundo o dicionário da língua portuguesa significa “ato ou efeito de motivar, de despertar o interesse por algo”, ela cabe em muitos processos em nossa vida desde quando nascemos e somos motivados por fatores externos a realizar atividades as quais estão pré-dispostas a nossa execução, há motivação para darmos os primeiros passos, a tirarmos notas boas na escola, a conquistar uma vaga em universidade, a comprar um carro, a emagrecer, enfim a motivação assim como o conflito está presente inconscientemente em todos os processos da vida humana.

Visto isso, quais são os problemas causados pela ausência da motivação? Pois bem, a motivação em relação a parte intelectual do ser humano está fortemente associado ao esforço no qual se destina essa prática, para Ortega e Rosário (2002) esse esforço possui diversos determinantes, mas um dos mais importantes é o reconhecimento, a falta desse determinante gera o que chamamos de desmotivação. “A motivação para o esforço intelectual é sempre uma motivação intrínseca, gerada no entusiasmo, e as atitudes positivas, quando se percebe que o esforço a ser feito terá uma recompensa, alcançarão sucesso”. (ORTEGA; ROSÁRIO, 2002, p. 28).

A família assume um papel significativo pois o processo de aprendizado não traz resultados imediatos e nesse sentido a criança precisa compreender que aquele processo futuramente será essencial em sua vida, no entanto, a criança a qual não encontra fatores determinantes como o reconhecimento e os elogios por parte da família tende a desmotivar-se facilmente.

O aluno o qual não percebe o “porque” de determinada atividade, prova ou exercício cria um conflito com o próprio sistema escolar tendo como consequência segundo Ortega e Rosário (2002) uma rejeição as atividades e deveres passados pelos professores e é nesse momento em que o conflito tende a surgir, a desmotivação age negatividade nas relações de convivência entre os indivíduos, não só relação professor/aluno, mas em todas as relações presentes no meio escolar. Através desse cenário observamos a necessidade em construir e aperfeiçoar uma educação para paz, voltada a práticas pedagógicas as quais fortifiquem os valores humanos dentro das vivências e convivências. É fácil culpar o estudante que não estuda; tão fácil como culpar de incompetente o profissional do ensino; o difícil, mas necessário, é não culpar ninguém e começar a trabalhar para eliminar a falta de motivação e os conflitos que esta traz consigo. (ORTEGA; ROSÁRIO, 2002, p. 30).

Indisciplina ou violência? Como compreender esses dois conceitos que acabam se entrecruzando nos corredores escolares? Pois bem, já refletimos muito sobre violência até aqui, porém não podemos confundi-la com indisciplina. Segundo Ortega e Rosário (2002) a disciplina escolar tem a ver com normas e deveres, logo podemos dizer que não podemos falar de normas e deveres sem trazermos para discussão a democracia. Questões democráticas devem ser a todo momento discutida em sala de aula, oferecendo ao aluno oportunidade em participar das decisões e normas do lugar onde passa grande parte de seu dia torna-se crucial para uma boa convivência harmoniosa e pacífica.

[...] dar aulas de democracia e, ao mesmo tempo, considerarmos como “absurda e imoral” a participação do povo no poder”. A democracia é, como o saber, uma conquista de todos. Toda a separação entre os que sabem e os que não sabem, do mesmo modo que a separação entre as elites e o povo, é apenas fruto de circunstâncias históricas que podem e devem ser transformadas. (FREIRE, p. 12, 1967).

Ortega e Rosário (2002) nos falam da dificuldade em assumir algo como próprio quando não há discussões, diálogos e conversa, para que de forma democrática transpareça as ações tomadas e as consequências a serem enfrentadas. Uma vez que os alunos não participam da elaboração das normas e das decisões a serem tomadas em relação a sua sala ou a sua escola, acaba que os mesmos não as cumprem, pois não as reconhecem como próprias, não se sentem cidadãos participantes e importantes para aquele grupo. Como também os docentes não conseguem desenvolver plenamente suas aulas devido as infrações das normas e regras, gerando o desânimo dos docentes visto que o mesmo possui diferentes origens, como a desvalorização do professor, a baixa remuneração, o medo das manifestações de violência,

jornada exaustiva de trabalho, precariedade da infraestrutura e a desesperança por uma sociedade mais justa e uma educação de qualidade.

O poder é um dos elementos centrais do conflito, a partir do momento em que se tem visivelmente um controlador e um controlado, um forte e outro fraco, um abusador e um abusado, percebemos que a mediação de conflitos não está sendo realizada através do diálogo e da justiça. Essa relação de poder no meio escolar é mais preocupante ainda quando “[...] não se planeja e não se dá atenção a convivência, não se abordam os conflitos de forma dialogada e democrática [...]” (ORTEGA; ROSÁRIO, 2002, p. 33).

4.3 PRINCÍPIO E PROCESSO DA LEI FEDERAL 13.663/2018

Ao longo dos capítulos anteriores, venho salientando a preocupante cultura da violência construída e praticada por muitos anos e ainda hoje podemos testemunhar suas crueldades e injustiças. Contudo, incansáveis são as lutas para uma construção de Cultura de Paz, vários organismos nacionais e internacionais contribuem com políticas públicas, com enfrentamento e visibilidades dos problemas mundiais em meio a uma sociedade tão insensível aos problemas sociais.

Em meio as necessidades em buscar uma sociedade mais pacífica, entendeu-se que a educação é a ponte até a Cultura de Paz, essa ponte é formada por vários alicerces como a convivência, o diálogo, a solidariedade, o respeito para com o meio ambiente e todos os seres vivos, a espiritualidade, justiça e solidariedade. Visto isso, como forma de prevenir qualquer tipo de violência dentro das escolas foi elaborada uma lei a qual possui como objetivo principal a construção da Cultura de Paz nas escolas através de práticas pedagógicas afim de evitar qualquer forma de violência em especial o *bullying*.

A história do trâmite da lei é longa, pois durou em torno de nove anos iniciando em 2009 sendo promulgada em 2018. O processo teve início com o Projeto de Lei do Senado – (PLS) nº 178, de 2009, com autoria do senador Paulo Paim do Partido dos Trabalhadores – (PT), sendo publicado no Diário do Senado Federal (DSF), em 12 de maio de 2009, e apresentado com a seguinte ementa: “Altera os artigos. 3º, 14 e 67 e acresce o art. 67-A a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para fortalecer a cultura da paz nas escolas e nas comunidades adjacentes”. O PLS nº178/2009 foi primeiramente aprovado em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e posteriormente encaminhado à Câmara dos Deputados, resultando nas alterações inicialmente propostas.

Porém, foi somente através da Lei da Câmara nº171, de 2017 – PLS nº171/2017, e Projeto de Lei nº 5826/2016 que a Cultura de Paz foi realmente integrada à LDB. Desse modo a Câmara dos Deputados instituiu uma comissão especial para promover a Cultura de Paz, com uma comissão temporária designando a deputada Keiko Ota Partido Socialista Brasileiro – PSB para presidência, ficando como relator deputado Aliel Machado do Partido Rede Sustentabilidade (REDE), vice presidentes Diego Garcia do Partido Humanista da Solidariedade (PHS), Lincoln Portela do Partido Republicano (PRB) e Raquel Muniz do Partido Social Democrático (PSD) segundo a Agencia Câmara de Notícias (2017).

Essa comissão tinha como ementa: “Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da Cultura de Paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino”. A explicação da ementa consistia em determinar: “que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*) e estabelecer ações destinadas a promover a Cultura de Paz nas escolas”.

Tal mudança foi operada pela homologação da lei nº 13.663 de 14 de maio de 2018 e alterou, acrescentando ao art. 12 da LDB, que passou a vigorar da seguinte forma:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: (...)
- IX promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (**bullying**), no âmbito das escolas;
- X estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas.

Como visto, a legislação alterou de forma permanente a LDB, acrescentando dentre as incumbências do estabelecimento de ensino: ações destinadas à promoção da Cultura de Paz nas escolas (inciso X), bem como, a de promoção de medidas para a conscientização, prevenção e combate da violência no ambiente escolar (inciso IX).

Ressalta-se que, anteriormente, a Lei nº 13.185/2015 (BRASIL, 2015) denominada *Lei Antibullying*, instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), a lei acrescentou normas à LDB, que passou a ter encargos extras a fim de evitar o *bullying* e promover a Cultura de Paz. As palavras de ordenação da norma foram: Alteração, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), atribuição, escola, conscientização, prevenção, combate, violência, *bullying*, promoção e Cultura de Paz, conforme se vê na tramitação da legislação na Câmara dos Deputados.

No dia 13 de julho de 2016 o Projeto de Lei nº 5826 foi apresentado em plenário com a seguinte proposta: Acrescenta incisos IX e X ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir o combate a todas as formas de violência e a promoção de Cultura de Paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Em agosto de 2016, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) encaminhou a proposta para conclusão das Comissões de Educação (CE) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), logo no dia seguinte foi para a Coordenação de Comissões Permanentes (CCP), que publicou no Diário da Câmara dos Deputados (DCD) em 12 agosto de 2018. Em 2017, o Relator Aiel apresentou seu parecer pela aprovação, sendo que em junho de 2017, a CE, em Reunião Deliberativa Ordinária aprovou o parecer, que no dia seguinte foi publicado pela CCP, e enviado para a CCJC. Em agosto de 2017 foi designado o Relator Depurado Lincoln Portela (PRB).

Novo prazo para emendas foi aberto, em cinco sessões a partir do dia 11 de agosto de 2017, no entanto, nenhuma foi apresentada e em 25 de setembro de 2017 a CCJC apresentou o parecer do Relator pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, sendo aprovado em outubro de 2017, em resumo a redação final foi apresentada em novembro de 2017 e aprovada quatro dias depois pela CCJC e na sequência encaminhada à MESA que realizou a remessa ao Senado Federal através de ofício, sendo realizado o comunicado de sanção em maio de 2018, através do Ofício nº 665/2018 (SF). A ementa desta legislação é: Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da Cultura de Paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino, ou seja, se comparada à ementa inicial.

Durante as reuniões deliberativas em 2018 vários convidados contribuíram para ressaltar a importância da Cultura de Paz na educação em audiências públicas, foram eles Sr. Denys Munhoz Marsiglia, Diretor da Escola Estadual Professor Alvinho Bittencourt, de São Paulo/SP; Sra. Carla Pietro Contieri, Diretora da Escola Estadual Professor Salvador Rocco, de São Paulo/SP; Sra. Florisa Fernandes Barros Navarro, professora da Escola Estadual Professor Salvador Rocco, de São Paulo/SP; Sr. Samuel de Jesus Pereira: professor da Escola Municipal de Ensino Fundamental João Amós Comenius, de São Paulo/SP; Sr. Marcos Rogério Silvestri Vaz Pinto: Superintendente das atividades dos educadores, da Seicho-no-ie de São Paulo/SP; Sr. Nei Alberto Salles Filho, professor adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG/PR; Sr. Robson Rodovalho, fundador, Bispo e Presidente do Ministério Sara Nossa Terra".

A efetivação da lei 13.663/2018 teve participação de muitos indivíduos durante seus tramites, difícil seria citar todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para este

feito⁶. Algum tempo depois da publicação da Lei nº 13.663/18, a Deputada Iolanda Keiko Miashiro Ota, concedeu entrevista para a *Rádio Câmara*, no Programa *Jogo Rápido*, comentando a motivação legal da norma, diante da realidade conjuntural, da seguinte forma:

Essa lei de minha autoria, 13.663/2018 é de extrema importância no momento em que nós estamos vivendo aqui, hoje as escolas estão realmente sofrendo muita violência, então promover a cultura de paz é pra reduzir o bullying e também qualquer tipo de violência dentro da escola e também fazer com que nossas crianças empoderem, e como fazer com que nossas crianças empoderem? Porque a Cultura de Paz é um processo de reeducar através de repetição, né?, trabalhando o inconsciente, então hoje, nossas crianças sofrem a violência dentro de casa, vai pra escola não conseguem assimilar a matéria, pela violência sofrida e fica à mercê de quem? do crime organizado, da prostituição, das drogas e, nós temos que empoderar nossas crianças, fazer com que os cinco “dizer” básicos dela sejam atendidos, que é: ser amado, ser útil, ser reconhecido, ser livre, ser elogiado, então quando esses quesitos são atendidos, ela vai trabalhar e fazer a escolha certa na vida dela, então essa Cultura de Paz é medida simples e eficaz que toca no coração e desperta a solidariedade, fraternidade, e ela vai seguir a sua vida pra mudar a postura mental das nossas crianças e através de palestras de auto ajuda, estimular ela a extrair a força interior, tudo isso pra gente aproveitar, a Cultura de Paz nas escolas. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, publicação: 11.01.2019 às 13:39).

A promulgação dessa lei foi longa, no entanto, trouxe significados importantes para a educação brasileira, a obrigatoriedade em abordar a Cultura de Paz nas escolas agora está firmada pela LDB, não se baseia em trazer a polícia “patrulha escolar” para dentro das salas de aula, mas tem como objetivo trabalhar com conceitos de paz, Direitos Humanos, meio ambiente em e temas transversais em todas as disciplinas, não apenas em dias específicos como “dia da árvore”. As práticas pedagógicas precisam ser ministradas por docentes atentos a fazer essa inserção interdisciplinar desses temas. Com a lei instaurada na educação cabe nesse momento a competência e responsabilidade de cada escola em abordá-la. A Cultura de Paz e a prevenção de violência, assim como os Direitos Humanos podem e devem ser trabalhados diariamente nas práticas pedagógicas, pensar em um ensino voltado a paz requer planejamento e estudo, por isso ressalta-se a importância de os professores manterem constante formação pedagógica.

Nos deparamos com uma realidade bastante cruel em relação a educação no Brasil, muitas crianças vão até a escola pela refeição, muitas não conseguem chegar à escola pois não há transporte público, muitas não vão à escola por estarem sendo exploradas pelo trabalho infantil. As crianças que conseguem chegar dentro de uma sala de aula ainda se deparam com

⁶ Alguns personagens importantes na construção e aprovação da Lei Federal 13.663/18. Senador Paulo Roberto Paim (PT), carreira política voltada a luta dos trabalhadores. Deputada Federal Iolanda Keiko Miashiro Ota (PSB), inspiração em sua vida pessoal para a luta contra violência. Deputado Federal Aliel Machado (PSB) jovem na carreira política, preocupado com questões relacionadas a educação e a violência. Professor Doutor Nei Alberto Salles Filho, professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG/PR e Coordenador do Núcleo de Educação para a Paz (NEP/UEPG), sendo uma das referências no tema da Cultura de Paz, Direitos Humanos e Sustentabilidade.

conflitos constantes, pois em uma sala onde possuem diversos “passageiros” com diversas “bagagens” é evidente que os conflitos aconteçam. Não podemos relacionar Cultura de Paz com ingenuidade, tampouco como um propósito inconcebível, aproximar nossa realidade com práticas eficazes e com educação de qualidade é a fuga dessa reflexão empobrecida e desalentadora.

5 EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Ao longo de todo o estudo podemos observar que a educação está intrinsicamente relacionada a todos os pontos trabalhados. Quando abordamos questões de violência não estamos discutindo sobre um problema contemporâneo, pelo contrário, a violência tem suas origens a séculos, mais precisamente quando o ser humano de forma coletiva começou a conviver com costumes e culturas distintas, essa luta milenar por poder, dinheiro e status ainda hoje é um problema mundial.

Os dados de violência no Brasil vêm a anos amedrontando a todos. Segundo o estudo produzido pelo Atlas da Violência de 2019 o Brasil atingiu, pela primeira vez em toda a sua história, o nível de 31,6 homicídios por 100 mil habitantes. Essa taxa, registrada em 2017, indica 65.602 homicídios nesse mesmo ano. Essa realidade mostra 65.602 seres humanos perdendo suas vidas para a violência e por mais que todos se assustem com esses números, poucas ações são feitas para reduzir esses dados, a má vontade dos representantes políticos é um fator crucial nesse enfrentamento.

A desculpa tomou novas formas, mas continua com a mesma roupagem a “crise”, essa falta de investimento é determinante e justifica os números crescentes de mortes, a ausência de programas eficientes, de políticas públicas de qualidade em não apenas enfrentar o crime, mas promover práticas educativas relacionadas a prevenção de qualquer tipo de violência. Programas desenvolvidos e bem articulados que não se sustentem apenas em adquirir viaturas novas, contratação de mais policiais, armamento, vai muito além disso, só conseguiremos construir uma Cultura de Paz através da educação com trabalho integrado e munido de respeito, valores humanos, diálogo e justiça.

Essa introdução é importante para que saibamos a importância em defender uma educação voltada aos princípios da Cultura de Paz, uma vez que o ser humano está aprendendo

a viver com os demais. Segundo Amar (2020, p. 58, tradução nossa).⁷ “Nossa concepção de Educação para Paz, insistimos, vai além de uma mera consideração da ausência de guerra, pois abrange a análise da justiça social ou do equilíbrio socioeconômico, militarismo ou pobreza”. Não devemos minimizar a Educação para Paz na mesma relação da paz negativa onde se configura apenas como ausência de guerra ou violência direta, uma vez que saibamos da existência de diversas manifestações de violência, dessa forma a defesa pela Educação para Paz corrobora na prevenção de qualquer tipo de violência como consta Lei Federal 13.663/2018 (BRASIL 2018) citada anteriormente.

A Educação para Paz respeita os Direitos Humanos, prezando a igualdade de todos os seres humanos e a responsabilidade para com a natureza. Mostrando suas metas e objetivos ao longo do processo, uma vez que não podemos entendê-la como um processo dado e acabado, a Educação para Paz se constrói a cada dia não podemos esperar resultados imediatos e rápidos. Lemes et al (2017, p. 93) “Definitivamente, se quisermos falar de Paz ou de Cultura de Paz na educação, é imprescindível falarmos de uma Educação para Paz, devidamente orientada pedagogicamente”.

Como abordado anteriormente, cabe refirmara Cultura de Paz caracteriza-se por ser todas as ações voltadas ao bem e isso acaba configurandossua alta abrangência de temas e práticas. Já a Educação para Paz, como Lemes et al (2017) nos conta é o ramo pedagógico da Cultura de Paz que também buscam disseminar o bem, porém através de práticas bem elaboradas as quais abordam valores humanos, mediação de conflitos, Direitos Humanos e justiça social dentro das escolas. Naturalizando-a cada vez mais ao convívio das pessoas, tornando habitual e ações rotineiras.

O estudo vem abordando as questões de violência desde o primeiro capítulo, sendo assim reafirmamos que a violência não se configura apenas como agressão física, ou seja, aquela violência visível, compreendemos que a violência transcende a sua visibilidade, temos como exemplo as violências indiretas, sendo a pobreza e a fome algumas delas, aprendera repudiar qualquer forma de violência é o grande objetivo da Educação para Paz.

Ao falarmos sobre Educação para Paz, Rayo (2004) nos diz para ficarmos atentos primeiramente aos problemas globais os quais são de suma importância nas discussões e reflexões em salas de aula, a educação por si possui como responsabilidade apresentar esses

⁷ “Nuestra acepción de educación para la paz, insistimos, va más allá de una mera consideración de ausencia de guerra, pues engloba el análisis de la justicia social o el equilibrio socioeconómico, el militarismo o la pobreza”.

problemas aos alunos, aprofunda-los e revisa-los em relação as novas tendências ou aos resultados e ações que estão sendo tomadas, compreender os desafios para a solução desses problemas e compreender também o papel dos representantes políticos em relação a esses problemas globais analisando suas ações e consequências.

Em segundo lugar é necessário realizar uma análise sobre nossa estrutura social atual, para só então construirmos um “modelo” de sociedade a ser desenvolvida, e quais valores deverão ser atribuídos a ela e desta forma poder desenvolver propostas pedagógicas organizadas e concretas para a soluções desses problemas, proporcionando de forma constante o diálogo e a sugestão criativa ministrado sempre pelo respeito e a igualdade.

As tensões e conflitos são tão naturais no âmbito escolar, como fora dele. Portanto trazer a democracia como sua aliada, nos ajuda a construir um ser humano mais coletivo, fazendo com que a mesma se transforme como um estilo de vida a ser seguido e interiorizando a convivência dialogada e a comunicação.

Educar na democracia é perguntar-se sobre a possibilidade de uma prática educativa dialogada, que promova análise crítica da realidade próxima e da problemática mundial, e que seja capaz de reconstruir e inventar a cultura. (RAYO, 2004, p. 89).

Como já mencionado em outros momentos do estudo, a Educação para Paz se faz com interdisciplinaridade no currículo escolar, podemos afirmar que uns dos desafios da Educação para Paz é a sua inserção em disciplinas como matemática, física, química entre outras. Precisamos transformar os “dias de” em rotina, em práticas reais do cotidiano, quando falo os “dias de” me refiro aos projetos e trabalhos desenvolvidos no “dia do índio”, “dia da árvore”, “dia da consciência negra”, precisamos que esses trabalhos se tornem naturais nas tarefas diárias em sala de aula. (SALLES FILHO, 2019).

Sendo assim, Rayo (2004) afirma a necessidade em abordar esses temas transversais dentro dos programas curriculares, de forma a se tornar a coluna vertebral das disciplinas ministradas, para que isso ocorra precisamos se afastar das práticas tradicionalistas da educação, fazer com que as disciplinas abandonem seu protagonismo descomedido e de abertura a essa nova configuração da realidade social.

[...] podemos definir a Educação para Paz como um processo dirigido tanto aos indivíduos como à sociedade para que atuem, conforme os princípios contidos na Declaração Universal de Direitos Humanos e todo o corpus jurídico internacional que os desenvolve, em favor ao desenvolvimento sustentado dos povos, da proteção e da conservação do meio ambiente, as aspirações e da ação em prol do desarmamento, do fortalecimento da convivência social e da solução não-violenta dos conflitos. (RAYO, 2004, p. 98).

Entendamos então os fundamentos e objetivos da Educação para Paz, aproximando a paz, violência e os conflitos formamos uma tríade a qual é consequência real das vivências e convivências, uma vez que ações planejadas junto a mediação de conflitos devem priorizar o diálogo, para a solução dos mesmos de forma justa, respeitosa e harmoniosa. Através da obra Cerio (2004), podemos elencar alguns fundamentos essenciais para desenvolver uma EP, sendo eles: O cultivo dos valores; aprender a viver com os demais; facilitar experiências e vivências; educar para resolução de conflitos; desenvolver o pensamento crítico; combater a violência dos meios de comunicação; educar para a tolerância e a diversidade; educar para o diálogo e a argumentação racional.

O cultivo dos valores: A importância dos valores é incontestável, visto que, se faz necessário sua discussão e desenvolvimento, valores como a solidariedade, respeito, honestidade, cooperação, para que então as ações a serem tomadas por esses cidadãos em pleno desenvolvimento possam utilizá-los em suas experiências vivenciais. Não apenas discutir e refletir os bons valores a seguir, mas também, os valores que vão contra os princípios da paz, como a desigualdade, o preconceito, injustiças e o comodismo, nesse sentido a reflexão crítica em relação aos valores torna-se primordial para Educação para Paz.

Aprender a viver com os demais: Nesse fundamento precisamos parar e se auto avaliar, estamos felizes com nossas atitudes para consigo mesmo e para com os outros? A partir disso, aproximar a efetivação de ações não violentas, respeito e muito diálogo para com qualquer relação social.

Facilitar experiências e vivências: Nesse momento a escola torna-se a grande facilitadora, através de uma educação democrática se consegue dispor vivências e experiências aos alunos firmadas sempre nos valores de respeito, cooperação, conversa e igualdade, considerando os desafios e dificuldades de cada indivíduo somente desta forma é possível adquirir confiança e reciprocidade de sentimentos perante aluno/professor, aluno/aluno, professor/ gestão e todos os laços sociais construídos nas escolas.

Educar para a resolução de conflitos: Como já mencionado anteriormente, lembrar sempre que o conflito não pode ser considerado como sinônimo de violência, visto que o mesmo é essencial para formação humana. Através da resolução de conflitos mediados pela conversa, diálogo e respeito só tendem a contribuir para a formação individual das pessoas como também contribuiu de forma coletiva.

Desenvolver o pensamento crítico: Os professores como peça-chave para construção de uma educação para paz, precisam ter antes de tudo coragem, se distanciar do medo em se impor e dar sua voz perante aos problemas de sua sala, de sua escola, problemas mundiais, globais,

sociais. Falar, expor suas concepções e defendê-las é o papel de um professor crítico o qual tende desenvolver em seus alunos a criticidade também.

Combater as violências dos meios de comunicação: Hoje mais do que nunca podemos ver a tecnologia e as mídias sociais tomarem mais da metade do dia de muitas pessoas, as crianças estão cada vez mais expostas a essas ferramentas, portanto, torna-se imprescindível o controle e a crítica às ações violentas presentes nas “telinhas”, construir uma opinião contrária a essas manifestações e repudiá-las continuamente.

Educar para a tolerância e a diversidade: A Educação para paz é formada pelo respeito pela diversidade, evitando os nacionalismos e fanatismos os quais tendenciosamente resultam em dor e sofrimento para outrem, dessa forma, a tolerância para o diferente de si ou do “seu normal” é importante para erradicar qualquer forma de preconceito ou injustiça.

Educar para o diálogo e a argumentação racional: Temos presenciado a transição da educação a qual passou por diversos modelos, tradicional, tecnicista, desenvolvimentistas, entre outras, no entanto, o que podemos perceber é um ensino cada vez mais preocupado com a técnica preparando indivíduos para o meio profissional apenas, esquecendo da importância de como esse indivíduo estará com sua saúde mental e com suas vivências, seus valores, suas experiências. Os objetivos da Educação para Paz são onze segundo Cerio (2004), os quais estruturam e organizam um planejamento voltado a paz e ao diálogo.

Descobrir, sentir, valorizar e viver com esperança as capacidades pessoais como realidades e como meios eficazes que podemos pôr à serviço dos demais e que, podem contribuir, para um desenvolvimento positivo e harmônico da vida e do humanismo. Reconhecer e valorizar a própria agressividade com uma forma positiva de autoafirmação da personalidade e ser capaz de canalizá-la, permanentemente, em condutas e atividades que promovam e favoreçam o bem comum.

Desenvolver a sensibilidade, a afetividade, a ternura, o descobrimento e o encontro com as pessoas que nos rodeiam, tanto em um nível mais próximo, como em um nível mais universal.

Sentir a alegria que se produz do encontro interpessoal quando este se desenvolve em um clima de afetividade, de confiança, de respeito de colaboração e de ajuda mútua.

Construir e potencializar as relações de diálogo, de paz e harmonia no âmbito escolar e em geral em todas as nossas relações cotidianas.

Reconhecer e tomar consciência das situações de conflito que se apresentam, descobrindo e refletindo sobre suas causas e sendo capaz de tomar decisões frente a elas, para solucioná-las de uma forma criativa fraterna e não violenta.

Desenvolver a atenção e o interesse ante a diversidade das pessoas e das culturas dos povos, reconhecendo e potencializando essa diversidade como um grande valor. Entender, respeitar e discutir a diversidade em todas as formas, com uma atitude aberta, respeitosa, tolerante e construtiva.

Promover o conhecimento da autoestima o conhecimento de outras realidades sociais, culturais e pessoais, colaborando na auto afirmação da identidade pessoal/social e no desenvolvimento e o enriquecimento dos povos.

Conhecer e potencializar os direitos humanos e desenvolver a sensibilidade, a solidariedade e o compromisso frente as situações próximas e distantes, além de estar atento em relação a elas.

Mostrar especial atenção e sensibilidade frente às situações de violências, injustiças e subdesenvolvimento que existem no planeta.
Conhecer e colaborar ativamente com as organizações governamentais e não governamentais que se comprometem na luta contra a miséria e a injustiça, especialmente com o desenvolvimento dos povos e das pessoas menos favorecidas. (CERIO, 2004, p. 24).

Através das práticas pedagógicas a Educação para Paz se concretizará na transformação de seres humanos “mais humanos”, mais pacíficos, democráticos e justos. A educação se responsabilizará pelo desenvolvimento de projetos sérios e robustos, inserindo a educação para paz no esqueleto do currículo escolar. Nesse sentido, Cerio (2004) diz que a interdisciplinaridade se torna fundamental na inserção de temas transversais de forma a educar os seres humanos ao pacifismo, recorrendo as reflexões aos problemas sociais.

[...] os temas transversais são fundamentais na organização do ensino para tratar de grandes temas sociais, novos conhecimentos e questões reflexivas de forma positiva, na medida em que buscam alongamentos das disciplinas, para compreendê-las integradas aos diferentes problemas. (SALLES FILHO, 2019, p. 239).

Vale lembrar que todos os professores podem inserir em suas metodologias temas os quais abordem a Educação para Paz, valores humanos, direitos humanos, justiça social, trabalhando e desenvolvendo práticas coletivas, “Como os músicos de uma orquestra” (CERIO, 2004, p. 150). Precisando evitar qualquer pensamento simplista sobre a paz, desmistificar a paz negativa é essencial para que possamos desenvolver um trabalho de qualidade o qual cumpre com suas exigências.

Não há receita pronta, ou planejamento específico para a Educação para Paz, pois justamente a paz se encontra na realidade de cada contexto escolar, explorar esse contexto, descobrir as necessidades e problemas da comunidade, expandir a reflexão e o olhar do docente frente aos conflitos é o que a Educação para Paz busca, compreendendo que a educação é um processo, como uma grande “construção arquitetônica” onde se faz necessário alicerces fortes, muitos tijolos, cimento e muita mão de obra, assim como qualquer obra a Educação para Paz precisa de muita mão de obra, uma vez que quanto mais pessoas voltadas a um mesmo objetivo em priorizar a paz, o diálogo e a convivência pacífica, o trabalho será mais rápido e produtivo.

5.1 AS CINCO PEDAGOGIAS COMO PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA – AÇÕES PEDAGÓGICAS.

Nesse sub item temos como objetivo apresentar uma proposta pedagógica para a inserção da Educação para Paz no meio escolar, a abordagem as Cinco Pedagogias para Paz são de autoria de Salles Filho (2019) em sua obra “Cultura de paz e educação para paz: Olhares a partir da complexidade”, essa obra nos permite refletir sobre Cultura de Paz e Educação para Paz pelas primas do pensamento complexo de Edgar Morin, sociólogo, antropólogo e filósofo de origem judia.

No item anterior, pudemos nos aproximar dos conceitos e reflexões sobre uma educação voltada a paz, a qual torna essencial seu desenvolvimento através de práticas organizadas e bem orientadas. A paz como já mencionado anteriormente apresenta-se como um processo contínuo e desafiador, visto que, não apenas em nosso país, como nossas cidades, estados, regiões passam por transformações, mudanças e adaptações, podemos dizer, que o Brasil passou por uma série de acontecimentos marcantes em sua história. Tivemos a industrialização, passamos pelo regime militar, estamos vivendo na era digital e todas essas mudanças só fazem com que a fome, a pobreza, as injustiças sejam cada vez mais visíveis.

Segundo Salles Filho (2019), o que se busca com uma Educação para Paz, é o entendimento que a paz não pode ser compreendida como ingênua e ou impossível; aprender que vivemos em um processo constante de nos humanizar; compreender também que os conflitos são inerentes ao ser humano, e não associa-los com a violência apenas, considerando sua importância nas vivências e convivências com os demais; defender os direitos para todos afim de acreditar que quanto mais direitos mais humanos nos tornamos; construir uma educação voltada ao diálogo, respeito e o repúdio a qualquer forma de violência.

[...] a paz não é apenas uma ação em direção ao outro; é, sim uma ação que vem cheia de sentidos e significados de melhoria, mudança, desenvolvimento, encontro, bondade, disposição e revolução. É uma revolução não violenta que representa mudança paradigmática, de repúdio às diferentes violências, das agressões diretas às estruturas sociais injustas, da destruição gradativa do meio ambiente, geradora de tragédias naturais, até toda forma de violação dos direitos humanos. (SALLES FILHO, 2019, p. 235).

As cinco pedagogias para paz, caracterizam-se por cinco eixos os quais de forma transdisciplinar se articulam para exercer a Educação para Paz nas escolas. Assim como trata Salles Filho (2019) a Educação para Paz como tema transversal pode assumir a complementariedade entre os conhecimentos os quais são tão fragmentados no ambiente escolar, ressaltando a importância de não os tratar como temas isolados, mas fazer uma ponte

entre esses conhecimentos permitindo a reflexão de questões humanas, problemas mundiais, planetários e éticos.

As cinco pedagogias para paz são: pedagogia dos valores humanos, pedagogia dos direitos humanos, pedagogia da conflitologia, pedagogia da ecoformação e pedagogia das vivências/convivências. Essas cinco pedagogias se unem para que os princípios da Cultura de Paz tornem-se produtos das práticas efetivas de transformação. Segundo Salles Filho (2019) de forma sintetizada a pedagogia dos valores humanos está voltada mais a sensibilidade humana e o próprio humanismo; a pedagogia dos direitos humanos, preocupa-se com as questões sociais e reflexivas; a pedagogia da conflitologia, traz as construções coletivas como ferramenta indispensável; pedagogia da ecoformação une o respeito e a sensibilidade para com o planeta; todas essas pedagogias se fundem em uma só, as pedagogias das vivências/convivências, a qual une e interioriza todos os princípios de uma Cultura de Paz, centrada no bem e no respeito a todos os seres humanos e no planeta. Abordaremos a seguir com maior aprofundamento cada uma delas.

Pedagogia dos valores humanos, desde muito cedo, nossos familiares nos ensinaram o certo e errado, o bom e o mal, o que podemos e o que não podemos fazer, essa distinção de ações vão se moldando de acordo com o crescimento maturacional de cada ser humano, alguns valores vão saindo de cena e outros vão entrando.

Fundamentalmente, os valores são crenças ou ideias que balizam nossas vidas e nos ajudam a tomar posições. São construídos nas vivências de grupos e sociedade, entre dimensões micro espaciais, como a família, e macroespaciais, como um país ou continente. (SALLES FILHO, 2019, p. 255).

A partir disso, Salles Filho (2019) inicia sua discussão refletindo sobre como os valores estão sendo vistos na educação na atual conjuntura, desse modo, o que podemos afirmar é a insatisfação tanto dos pais, como professores e alunos sobre a indisciplina e violência nas salas de aulas. Valores universais como valores do cotidiano possuem distinção clara, porém ambos, precisam sempre caminhar juntos com a contradição/complementariedade, pois assim como Salles Filho (2019) ressalta, um mesmo indivíduo pode ser bom ou mau, suas atitudes e critérios de ações são articuladas a partir do que “está em jogo”. Um exemplo claro é quando alguém discrimina uma pessoa por sua opção sexual, mas quando seu filho se declara gay ou lésbica, as coisas mudam e passam a ter novos valores.

Outro fator muito importante em se considerar aos valores humanos é o contexto ao qual ele exerce, não se pode excluir a diversidade dos valores existentes, pois cada cultura possui seus próprios valores e essa abertura a diversidade é essencial.

O fanatismo e a falta de aceitação a opiniões e valores diferentes, torna-se um grande gerador de conflitos. Sabemos que dentro das salas de aulas existem diferentes culturas e conjunto de valores, uma vez que, cada aluno traz consigo sua bagagem, suas experiências, seus valores. “Assim o que vemos acontecerem muitas escolas é justamente um conflito gerado pela imposição de um conjunto de valores considerados “positivos”, contra outros valores “negativos””. (SALLES FILHO, 2019, p. 248). O que se pode notar em relação ao conflito gerado por diferentes valores, é que a escola precisa atender o dinamismo entre família, escola e sociedade, de forma a engrandecer ainda mais os conflitos, os valores engajados nessas três estruturas são muitas vezes distintos, reforçando uma disputa incansável para apresentar-se como único valor correto o qual deve ser seguido.

O respeito a diversidade torna-se prioridade em qualquer situação de conflito, apontar um valor como certo ou errado impossibilita a mediação desses conflitos através dos valores, como diz Salles Filho (2019) a desigualdade social apresenta-se com a miséria e sofrimento humano de muitas pessoas, porém a reflexão de alguns indivíduos essa situação de desigualdade é natural da sociedade, assim como para algumas culturas a violência física e verbal é natural e aceitável. Isso tudo nos mostra o quão diverso é nosso planeta e de quantos valores estamos falando, inimagináveis e incontáveis. Quando compreendemos os valores os quais seguimos, discutimos e refletimos sobre eles, estamos colaborando para ações pacíficas e estruturadas, respeitando e adicionando conhecimento para suas próprias aspirações, no entanto, quando não sabemos quais valores seguimos, ou quais seguir, não se consegue argumentar e também compreende suas consequências, nesses casos, a tendência é a geração do conflito e a violência como resposta para o mesmo.

Os valores são inseridos nos seres humanos desde seu nascimento, desse modo sua naturalização é irrefutável, esse pertencimento de valores o torna cada vez mais inconsciente nas ações de cada indivíduo, Salles Filho (2019) diz que a partir do momento em que o indivíduo interioriza aquele valor o tornando-o pertencente de si próprio, esse valor é reproduzido de maneira automática durante sua vida. Essa gama de valores automatizados os quais são despejados dentro das salas de aulas, deixa claro a importância de práticas voltadas a educação para paz.

A educação hoje está cada vez mais competitiva buscando melhores notas em vestibulares a todo custo, a cobrança estereotipada com que a escola, assim como a família

exerce em relação aos alunos é agonizante e frustrante, muitos conhecimentos são adquiridos na escola isso não se pode negar, são diversas disciplinas e atividades extras, porém ainda desenvolvidas de forma fragmentada, cada uma com sua especificidade sem abertura, sem tempo e sem práticas voltadas a convivência.

Na escola se aprende matemática, português, história, entre tantas outras disciplinas, mas, não aprende o essencial para convivência humana, o amor, respeito, ética, solidariedade, cooperação, diversidade. Tornou-se uma corrida acelerada para tornar-se a melhor escola, o melhor aluno da escola, a nota mais alta, o melhor desempenho, que acabamos deixando de lado os valores existentes e a construção de novos valores por meio de questões mais sensíveis e naturais para o ser humano.

Pedagogia dos direitos humanos, o campo dos Direitos Humanos como já mencionado no capítulo anterior, possui uma trajetória histórica envolta a muitas lutas, retrocessos e avanços, Salles Filho (2019) inicia sua reflexão perante a essa pedagogia, com os contornos dos Direitos Humanos, inicialmente os Direitos Humanos tomaram maior robustez através da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão a qual se consolidou após a Revolução Francesa em 1789, mais adiante em 1948 surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos voltada aos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade. Quando falamos em avanços e retrocessos nos justificamos pela constante mutação planetária através dos novos contextos, novos problemas, novos valores, segundo Salles Filho (2019, p. 266) “[...] os direitos humanos são “vivos” e estão em movimento juntamente com a sociedade, levando à reflexão e sendo ampliados com os problemas humanos de cada época e geração”.

Cabe ressaltar que a democracia é um requisito básico para o processo e a construção dos direitos humanos, e quando nos damos conta de todos os direitos conquistados percebemos o quão violento e omissos eram os sistemas sociais anteriores, ainda com uma conceituação mais desenvolvida sobre direitos humanos no século XXI, notamos a necessidade em mantermos as lutas, através do acelerado desenvolvimento humano, novos valores estão sendo construídos, novos paradigmas, novas percepções e com isso a reflexão para aproximar os direitos humanos da realidade torna-se uma luta incansável, muitos direitos ainda são negados, muitos direitos precisam ser criados, muitos dos direitos ainda permanecem apenas nos papéis, somente assim compreendemos tamanha responsabilidade que os Direitos Humanos possuem para com todos os seres vivos do planeta.

Salles Filho (2019) traz dois exemplos muito interessantes a serem discutidos e refletidos em relação aos Direitos Humanos e de como o seu definhamento traz consequências graves a toda humanidade. Um dos exemplos citados na obra o nazismo, fica claro a alienação

nesse processo, visto que, a Alemanha um país com leis bem estabelecidas e estruturadas, através de 110.000 pessoas elegeram um partido nazista, nesse período cerca de onze milhões de pessoas foram mortas, por um partido com sete milhões de membros. Podemos perceber que neste caso os valores adotam grande poder em relação as atitudes, Salles Filho (2019), salienta a questão da internalização e da institucionalização da consciência dos comportamentos e das regras e normas.

A partir do momento em que se internaliza tais valores é essencial institucionalizá-los, para que então a oposição seja silenciada. “Nesse caso mesmo com a violação dos direitos humanos e da vida humana contra milhões de judeus, a sensação era de que existiria um direito maior”. (SALLES FILHO 2019, p. 268).

Outro exemplo muito bem colocado foi o regime militar no Brasil, regime o qual se caracterizou pela clara violência contra os direitos e a democracia, deixando cicatrizes profundas na sociedade, torturas, exílios, censura em meios de comunicação, sequestros, desaparecimentos e por mais que as pessoas vissem tamanha crueldade serem cometidas contra seres humanos, muitos ainda defendiam e o mais grave, ainda defendem esse regime, com a argumentação de que estariam salvando o país do comunismo, podemos notar tamanha dimensão da construção do imaginário coletivo e a força a qual ele assume dentro da sociedade.

Através da pedagogia dos direitos humanos, aproximamos os alunos cada vez mais pra perto da realidade universal, podemos desvendar agonias e esperanças vividos por esses indivíduos, ressaltar os problemas mundiais, a pobreza, a fome, a degradação ao meio ambiente, traze-los para a frente desses problemas, gerar conflitos de ideias, promover diálogos, encontrar soluções criativas e cooperativas através de muita reflexão e respeito as diversidades. Comprometer-se com a seriedade em abordar Direitos Humanos nas salas de aula, uma vez que, Direitos Humanos compreendidos através de sua complexidade, construídos e legítimos, promovem a Cultura de Paz. Salles Filho (2009) afirma que a não concretização e observação desses direitos tendem a estarem predispostos aos conflitos, ameaça à democracia e a violência, ainda “Estar cego nos direitos humanos é aceitar as “certezas” escritas nos documentos e declarações de direitos”. (SALLES FILHO 2019, p. 276).

Com o acelerado desenvolvimento das sociedades, podemos observar mudanças evidentes em todas as esferas, culturais, ambientais, econômicas, sociais, políticas. Considerar a trajetória histórica da humanidade é essencial para que se possa analisar as futuras tendências, compreender esta constância da sociedade e do mundo é fundamental nas relações para com os direitos humanos. Em sua obra Salles Filho (2019) analisa a Declaração Universal dos Direitos

Humanos (1948) e elenca alguns aspectos os quais mais se enquadram para a construção de uma educação voltada a paz ligada aos Direitos Humanos, são eles:

Reconhecimento do direito à igualdade, desde o nascimento e durante a vida; Igualdade de direitos sem distinção de cor, idioma, religião, sexo, opinião ou nacionalidade; Direito à vida; Rejeição a qualquer forma de tráfico ou escravidão de pessoas; Rejeição a qualquer forma de tortura ou castigo cruel; Igualdade perante a lei e os direitos humanos; Julgamentos justos, diante de atos criminosos, até que se prove o contrário; Proteção da lei a favor da sua inviolabilidade privada; Direito a residência e à liberdade de locomoção; Direito à nacionalidade e a propriedade; Direito à constituição de família, independente de restrições de raça, nacionalidade ou religião; Liberdade de pensamento, consciência ou religião e também direito de mudar de religião; Liberdade de expressão e disseminação pelos diversos meios; Pertencimento a uma associação pacífica, sem obrigatoriedade; Pertencimento a um governo, expressando-se através das eleições legítimas; Direito a ser atendido pelo Estado nos seus recursos econômicos, sociais e culturais que garantam sua dignidade; Direito a ser remunerado pelo seu trabalho para garantir uma vida digna à sua família; Possibilidade de repouso e lazer adequados; Direito a um padrão de vida que assegure, para si e sua família, saúde e bem-estar, alimentação, vestuário, serviços sociais, segurança trabalhista etc.; Acesso a assistência no nascimento; Direito a educação de qualidade e gratuita nos graus elementares de instrução; Educação como pleno desenvolvimento da personalidade e respeito aos direitos humanos e à igualdade, baseado na tolerância a todas as nações, grupos religiosos e raciais; Direito a participação em qualquer movimento cultural, nas artes e no desenvolvimento científico; Direito a uma ordem internacional compatível com os direitos humanos; Deveres para com a humanidade, na realização dos direitos humanos; Exercícios de direitos, deveres e liberdades, dentro dos princípios estabelecidos por lei, sem contrariar os princípios fundamentais das Nações Unidas; Repúdio aos atos que ignorem ou destruam os princípios dos direitos humanos estabelecidos pela Declaração. (SALLES FILHO, 2019, p. 281).

Essa riqueza de temas e conceitos define a complexidade e a vasta dimensão a ser desenvolvida através da Educação para Paz, ressaltar as injustiças, a desordem e a distribuição de bens desigual torna-se essencial na construção de valores a serem adotados pelos alunos. No meio educacional as experiências são imensamente valorativas, Salles Filho (2019), toma como essencial abordar biografias de pessoas defensoras desses direitos, destinadas a pacificação, onde muitos deles acabaram por perder suas vidas tentando contribuir com a construção da paz, o autor ainda cita alguns pacifistas importantes para a Cultura de Paz no mundo, são eles: Mahatma Gandhi, líder pacifista indiano; Martin Luther King, pastor e teólogo norte-americano; Nelson Mandela, eleito presidente da África do Sul; Malala Yousafzai estudante paquistanesa; Chico Mendes, ativista ambiental.

Todos esses líderes defenderam os Direitos Humanos, por diversas áreas, segregação racial, direito a educação, preservação do meio ambiente, muitos desses pacifistas tiveram suas vidas interrompidas pela própria violência, muitos foram assassinados e muitos ainda convivem com ameaças. Ora, por que a necessidade em silenciar pessoas que presam pela democracia, liberdade e pela justiça? A resposta está no medo da elite, quando o poder se esvai das mãos de

quem os detêm inicia-se uma luta para reconquistá-lo novamente, como consequência ocorre a eliminação de qualquer ameaça a esse poder.

Podemos dizer que os Direitos Humanos através da história sofreram retrocessos e avanços, hoje mais do que nunca precisamos interioriza-los e compreender seus princípios em nossas vivências, seja na escola, família, religião ou no trabalho, o importante é manter uma relação íntima para com os Direitos Humanos, e nesse sentido a pedagogia dos direitos humanos irá agir de forma crítica e sustentada pelo conhecimento e pela realidade social.

Pedagogia da conflitologia, podemos observar vastas práticas relacionadas aos conflitos, como a mediação, justiça restaurativa, encontros de conciliação, e tantas outras práticas, não podemos negar a importância de práticas voltadas a resolução de conflitos, no entanto, precisamos nos atentar em não minimizar a conflitologia a apenas solução de conflitos e acordos, a conflitologia possui conceitos e muito ainda precisa ser estudado e analisado dentro dessa temática.

Desde o primeiro capítulo deste estudo, podemos notar a relação antagônica entre alguns conceitos como, paz e violência, saúde e doença, justiça e desigualdade, e com isso podemos afirmar que esses pontos se tornam complementares, visto que não podemos analisá-los isoladamente. É nesse sentido que Salles Filho (2019) inicia sua contribuição, observando que o conflito é inerente ao ser humano, pois como bem sabemos, possuímos conflitos internos o qual já vem intrínseco ao ser humano desde seu nascimento. O conflito interno possui diversos gatilhos, trabalho, estudo, família, consumo, mídia e tantos outros. Reconhecemos que o conflito se tornou parte da vivência humana, e nesse sentido concordamos com Salles Filho (2019) quando o mesmo diz que a escola é um espaço privilegiado de convivência humana, uma vez que, devemos reconhecer que a maior parte das violências são decorrentes de conflitos. Ora, e por que então não trabalhamos em cima dessas questões nos espaços escolares com maior afinco? Pois bem, a pedagogia da conflitologia pode ser a resposta para essa indagação.

Nesse empasse, percebe-se que o conflito está ao meio entre a paz e a violência, vários são os fatores que irão encaminhá-los ou para uma construção de paz, ou para práticas de violência. Os conflitos possuem diversas causas sua complexidade é inegável, visto que, o ser humano é dotado de emoções, prazeres e insatisfações. Quando se fala em mediação precisa-se compreender que a mesma significa uma técnica para trabalhar com o conflito, já a conflitologia em si é a compreensão dos conceitos que regem os conflitos. Sempre quando se fala em conflito é imprescindível a análise dos motivos geradores do mesmo, e isso ocorre com a descoberta do contexto explorado, das emoções e sentimentos presentes.

Quando refletimos a importância em não apenas resolver o conflito, estamos nos referindo a não cair no modismo, como Salles Filho (2019) coloca em sua obra é necessário que criemos aberturas para as possibilidades que emergem das mediações, e não apenas encontrar uma solução, o que se busca são novas formas de convivências entre as pessoas, permitir aos envolvidos uma nova percepção do mundo, da sua realidade e daquele conflito vivenciado, contribuindo para que essa experiência seja produtora de novas descobertas e novos valores. A dissociabilidade entre as cinco pedagogias torna-se visível, pois, como já vimos a pedagogia dos valores humanos e a pedagogia dos direitos humanos, são cruciais para a pedagogia da conflitologia, inaceitável seria a análise de conflitos apenas por ele mesmo, sem expandir a compreensão para as desigualdades, injustiças, preconceitos, violência.

[...] reafirmamos que uma cultura de paz só se faz com uma educação para paz que transcenda o idealismo de uma paz perfeita para uma paz possível e construída coletivamente nas práticas sociais da escola, entre elas o entendimento da conflitologia e dos processos de mediação e resolução não violenta de conflitos. (SALLES FILHO, 2019, p. 298).

A necessidade em desmistificar o conflito como sinônimo de violência torna-se imprescindível, visto que, a relação íntima entre violência conflito e paz devem assumir a naturalidade e essencialidade dos conflitos, para que só então, possamos construir uma pedagogia da conflitologia. Desta forma, podemos observar com clareza que a busca da conflitologia não está apenas em achar culpados, resolver brigas e desentendimentos, torna-se muito maior que isso Salles Filho (2019, p. 301) nos diz que “[...] a administração positiva dos conflitos sejam condições para o crescimento das relações humanas”.

A mediação de conflitos, trata-se de uma prática pedagógica, onde as partes conflitantes se reúnem para então “resolver” suas pendências, como vimos anteriormente não estamos falando em apenas resolver brigas, mas fazer com que as pessoas exponham suas angústias e propostas de uma melhor convivência, nesse sentido, quando Salles Filho (2019) aborda a presença de um terceiro na mediação junto aos conflitantes, o mesmo deixa claro que de forma alguma sua presença irá inibir ou intimidar os indivíduos presentes no processo, ao invés disso o terceiro acaba por colaborar de forma coletiva explanando as situações, de modo que ambas as partes se sintam confortáveis em estar ali naquele momento. O correto seria compreender a mediação como um processo natural da vida do ser humano, fundamental para seu próprio desenvolvimento.

Quando falamos em mediação escolar, o professor se torna peça-chave para o processo da pedagogia da conflitologia, através de seu olhar interdisciplinar, observando o contexto,

realidade, sentimento, angústias e traumas pode exercer essa função com melhor aproveitamento. O papel do mediador é, portanto, essencialmente pedagógico, pois com seus conhecimentos, tanto sobre a vida como sobre a percepção dos alunos, tem a capacidade de facilitar perguntas elucidativas, de perceber o nível de ansiedade dos alunos, entender a boa ou má vontade com a situação e, efetivamente, contribuir com a resolução dos conflitos, abrindo caminho dentro de uma Educação para Paz.

Em síntese, a Educação para Paz através da pedagogia da conflitolgia busca o desenvolvimento de práticas pedagógicas como a mediação de forma a resolver os conflitos utilizando a não violência. Compreender a importância da existência dos conflitos nas vivências e convivências de todos os seres humanos, se tornando fundamentais para a restauração do diálogo, da escuta e da observação. Perceber a forte ligação entre as cinco pedagogias como elementos integrados de uma educação para paz. Atinar-se para as diferenças no meio em que o conflito surgiu, valorizar e promover o diálogo e as experiências compartilhadas. Preocupar-se com o contexto, a realidade, as angústias trazidas de bagagens com ambas as partes conflitantes, escutar sua história de vida é fundamental para compreender o gerador de conflitos.

Pedagogia da ecoformação podemos perceber que cada vez mais questões sobre a natureza e a sua preservação estão sendo relacionados a cultura de paz e a educação para paz. Isso está ocorrendo devido à escassez de diversos recursos naturais, extinção de animais, desmatamento, poluição e a degradação do planeta como um todo, essas causalidades estão ligadas diretamente a tecnologia e a força econômica de todos os países. Dessa forma segundo Salles Filho (2019), criou-se nos últimos tempos vários movimentos de conscientização os quais vem ganhando força, esse movimento é relacionado a ecologia os quais estavam representados como educação ambiental ou estudos sobre o meio ambiente, mais tarde essas ideias e reflexões foram aprimorando-se e atualmente chegamos a ideia de um desenvolvimento sustentável, nomeado como sustentabilidade.

As grandes mudanças ambientais vêm assustando a todos que se preocupam com os recursos naturais do planeta, desde a industrialização onde houve uma grande transição da população do campo para as cidades, deu-se início a um acelerado mercado, muitas fábricas foram criadas, muita mão de obra foi substituída por máquinas, percebe-se que a tecnologia se desenvolveu a passos largos e que muitos cuidados com o planeta foram minimizados e deixados de lado. Presenciamos grandes grupos populacionais subirem e se instalarem nos morros e nas margens dos rios, ora, e cabe a nós julgarmos essas pessoas por tais atitudes?

Claramente precisamos analisar de forma justa, toda essa situação, a qual deu origem as grandes favelas brasileiras. Quando analisamos a história do povo brasileiro, percebemos o quão

injusta distribuição de bens ocorreu, após a Lei Aurea (1888) quando princesa Isabel aboliu a escravidão, os escravos não obtiveram ajuda econômica e social, a alternativa para a sobrevivência seria unir-se em morros onde não seriam maltratados ou desalojados. A segregação tornou-se visível a olho nu, de um lado a população pobre e do outro lado dos muros estão os enormes prédios de luxo.

[...] a necessidade de repensarmos a relação com o planeta, se quisermos realmente caminhar em direção a cultura da paz, procurando na pedagogia da ecoformação uma forma de perceber a relação umbilical entre a vida humana e a vida planetária. (SALLES FILHO, 2019, p. 314).

Os séculos XX e XXI, trazem claro avanço tecnológico e avanço da ciência, porém o desequilíbrio do meio ambiente resultado de todos esses avanços é incontestável. Quando o autor traz a questão do prefixo “eco”, entende-se que o que se busca é um olhar mais integrador, buscado a percepção sobre meio ambiente, educação ambiental e ecologia humana, o eco possui características como: intenção ampliada; caráter sistêmico e relacional; caráter flexivo e integrador; princípios e valores em relação ao meio ambiente. Através desse agrupamento surge o conceito de ecoformação, esse conceito ao ser analisado percebe-se que somente é possível sua consolidação devido aos focos interdisciplinares, uma vez que a disciplinaridade fragmentada não comporta a resolver situações complexas da vida.

A sustentabilidade é a peça-chave para a ecoformação, uma vez, que visa manter o equilíbrio dos seres humanos com a natureza, atentar-se as necessidades humanas sem prejuízos a futuras gerações. Para Salles Filho (2019) a sustentabilidade fundamenta-se na não violência, em um ambiente integrador a todos os seres humanos, de forma a não agredir de maneira alguma o meio ambiente, buscando soluções e meios para não causar danos ao planeta. E com isso podemos refletir sobre a importância da pedagogia da ecoformação, visto que, não basta apenas desenvolver atividades sobre “o dia da árvore”, “o dia da água”, “o dia do meio ambiente”, precisamos de atividades rotineiras, as quais se tornem naturais aos alunos de forma a interioriza-los com os princípios da sustentabilidade, formando cidadãos conscientes e preocupados com o planeta, formulando medidas criativas e eficazes em relação ao esgotamento de recursos naturais, nas palavras de Salles Filho (2019), “Não se trata apenas de estar sensível aos problemas, mas de nos colocarmos como parte desse desequilíbrio planetário, da vida. Tudo no final das contas, interage com tudo”.

Salles Filho (2019) aborda em sua obra, um componente importante segundo ele para a educação para paz em relação a pedagogia da ecoformação, esse componente seria a espiritualidade. Segundo o mesmo muitas das manifestações relacionadas a paz possuem forte

ligação a religião e a espiritualidade, nesse ponto sabemos que as conflitologias surgem de maneira compreensível, visto que as religiões apesar de possuírem um forte vínculo com a paz, é uma das principais causas de violência no mundo. Por esse fato, ressalta-se que quando falamos sobre a pedagogia da ecoformação em relação a espiritualidade estaremos abordando a mesma em diferentes perspectivas, trazendo a complexidade de diferentes culturas e diferentes expressões humanas. Importante dizer que não é aceita a abordagem de uma única religião, como forma única e acabada enaltecendo suas verdades, preconceitos e concepções excludentes.

A importância da espiritualidade nesse momento se configura por seu sentido experiencial e não doutrinária como Salles Filho (2019) afirma. De forma a permitir que o ser humano a partir da espiritualidade conheça suas próprias aspirações, se aprofundando em seu próprio ser, desenvolvendo involuntariamente harmonia e compaixão, reconhecendo o adoecimento do planeta.

Já mencionamos o documento da Agenda 2030 no capítulo 2, sub item 2.1, a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, formulada pela ONU traz 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, a serem desenvolvidos e alcançados nos próximos anos, esses objetivos estão firmados em 169 metas as quais deverão ser estimuladas por todos os países membros. Esse documento torna-se de suma importância tanto para a cultura de paz, quanto também para a educação para paz, como forma de balizar as práticas pedagógicas aprofundando nas reflexões de sensibilização do ser humano com o outro e com seu próprio ser.

Em síntese Salles Filho (2019) de forma pedagógica elenca alguns pontos os quais traz a relação da educação para paz com a pedagogia da ecoformação: buscar perceber e viver a vida de outras formas; integrar o ser humano-sociedade-natureza; relações diretas com uma pedagogia da paz através da ecoformação; articular a interconexão consigo mesmo, com o outro e com o planeta; reconhecer a importância da espiritualidade não religiosa, buscando equilíbrio e serenidade; perceber as perspectivas complexas, como a sustentabilidade da vida do planeta; a ecoformação não se refere apenas aos conceitos ambientais voltados à preservação do meio ambiente; sintonia com os movimentos internacionais como a ONU; repensar práticas de vivências/convivência no sentido de sensibilização; entendimento ampliado e conectado entre as dimensões do ser humano a relação com outros seres humanos. Pedagogia das vivências/convivências nessa última pedagogia apresentada pelo autor

Salles Filho (2019) iniciamos a reflexão a partir do conceito de vivências e convivências. Segundo o mesmo as vivências são caracterizadas como as distintas experiências vividas pelo ser humano, já as convivências são as formas de agir e pensar com o outro. Ao

percebemos que o ser humano mantém contato com outras pessoas desde seu nascimento é certo que o mesmo possui experiências individuais, essas são formadas através do tempo por meios conjuntos culturais e sociais.

O importante é refletirmos de que forma podemos estruturar as vivências e convivências de maneira pedagógica para fortalecer a educação para paz. O que podemos notar no âmbito escolar como já mencionado anteriormente são os conflitos constantes. Ora, mas os conflitos não estão relacionados inerentemente as vivências/convivências? E por que não abordamos esses pontos nas aulas e nos currículos? Segundo Salles Filho (2019, p. 339) “baseados em estratégias de vivências/convivências escolares, diminuem o desrespeito, as comparações, o isolamento e muitas formas de marginalização que podem ocorrer na escola.” Pois ao reiterar que os professores são peças chaves na mediação de conflitos, os mesmos são podem ser provedores de vivências/convivências firmadas em relações não violentas, que prezem pelo respeito e cooperação.

Quando se fala em vivências/convivências, precisamos sempre relacionar ao contexto e cotidiano ao qual os indivíduos estão inseridos, Salles Filho (2019) nos diz que vivemos hoje em uma constante corrida para chegar em primeiro, independentemente de como seja, esse padrão competitivo o qual põem em um pódio o melhor, seja por questões materiais ou econômicas está interiorizado no ser humano, adotando naturalmente tal postura. Nesse sentido, sustenta-se a ideia de que a cooperação deve ser cada vez mais desenvolvida nas vivências/convivências através da solidariedade o docente tem a possibilidade em alcançar com êxito os objetivos para uma Educação para Paz.

Criar vínculos é um dos maiores desafios a serem encarados não só dentro das salas de aulas, mas também, em todos os setores e com toda a equipe gestora. Como Salles Filho (2019) argumenta, não se pode tratar relações humanas com receitas prontas, ou com dinâmicas superficiais e sem aprofundamento, é necessário portanto propiciar vivências/convivências as quais se tornem vínculos humanos. Portanto, percebemos claramente a relação entre as cinco pedagogias de forma que cada uma possui sua especificidade, no entanto, são intrínsecas umas às outras.

Os valores humanos apresentem-se de maneira a transmitir perspectivas distintas, valorizando o diferente; os direitos humanos norteia o ser humano para que este possa compreender as mudanças em relação a sociedade; Essas mudanças ocorrem a todo momentos através da ecoformação, uma vez que, a conexão entre o planeta e o ser humano torna-se fundamental; e todas essas questões envolvem os conflitos, não se pode dizer que as relações de vivências/convivências devem ser sempre harmoniosas e pacíficas, pelo contrário através da

grande diversidade encontrada não só nas salas de aulas como em qualquer espaço social, podemos admitir os conflitos fazem parte das vivências/convivências, desse modo, se deve compreender a importância da mediação dos conflitos de forma não violenta para que então, se possa viver e conviver em um mundo onde o primeiro lugar não é tão importante e que as vivências/convivências transmitidas e absorvidas durante essa caminhada é que se tornam importante para a vida humana. Pensar em vivências/convivências implica aceitar a importância e a complexidade que as relações humanas interpessoais e intergrupais exercem no cotidiano das pessoas e que essas formas de conviver estão diretamente relacionadas aos processos de conflitos, paz e violências. (SALLES FILHO, 2019, p. 349).

A corporeidade é um elemento importante para as vivências/convivências, abordado pelo autor, compreender o corpo como unidade do ser humano e não dividido em corpo e mente, corpo e espírito, corpo e cérebro, e nesse seguimento Salles Filho (2019) aponta para algumas relações e posturas como o “abraçar sem empurrar”, “estender a mão e não a soltar”, “com o olhar aconchegar e não julgar”, enfim, tornar-se mais humanos em um sentido mais sensível em sua essência. Além da corporeidade outro elemento igualmente importante as vivências/convivências é a ludicidade, por meio de jogos e práticas pedagógicas, música, dança, lutas, meditação, entre outros. A ludicidade proporciona aos indivíduos maior prazer e divertimento nos encontros e atividades, segundo Salles Filho (2019, p. 353) “satisfação de própria vida, nos olhares, abraços, e no “jogar com” e não “jogar contra” os outros.”

Em síntese a pedagogia das vivências/convivências segundo Salles Filho (2019) por meio da Educação para Paz: possui dimensão prática, que parte de atividades de vivências/convivências encontrando relação e integração entre discurso e prática-social; ações pedagógicas baseadas na corporeidade, ludicidade; encontro de pessoas consigo mesmas e com outras; ações focadas na socialização e na individualidade; encontrar pacificação através das relações humanas; não há receitas prontas, as atividades devem ser discutidas e analisadas contextualmente; valorização de atividades através de estímulos e sensações; proporcionar atividades de caráter lúdico e cooperativo; valorização da criatividade, sensibilidade, expressão corporal; integração entre todas as pedagogias, pedagogia dos valores humanos, pedagogia dos direitos humanos, pedagogia da conflitologia, pedagogia da ecoformação e pedagogia das vivências/convivências tornando-se um anel o qual compõem a Educação para Paz seguindo a uma construção de Cultura de Paz.

A obra de Salles Filho (2019) é fundamentada pela teoria da complexidade de Edgar Morin como já mencionado, desse modo, o autor buscou relacionar as “Cinco Pedagogias da Paz” aos “Sete Saberes da Educação” sendo elas: o conhecimento pertinente; as cegueiras do

conhecimento; enfrentar as incertezas; ensinar a identidade terrena; ensinar a compreensão; ética do gênero humano; ensinar a condição humana. A fim de, mencionar as principais articulações o quadro a seguir busca salientar reflexões e análises. O quadro 2, apresenta a relação dos Setes Saberes da Educação X Pedagogia dos Valores Humanos.

Quadro 2 – Relação Sete saberes da educação X Pedagogia dos valores humanos.

7 Saberes da educação	Pedagogia dos valores humanos
Ensinar a identidade terrena	Mudança a percepção dos valores, valorização de diferentes formas de viver e da diversidade;
Enfrentar as incertezas	Pontos de vista compartilhados e que busquem relações entre global e local;
Ensinar a compreensão	Requer empatia como princípio a humildade como perspectiva e a cooperação como encaminhamento;
Ética do gênero humano	A paz precisa ser estudada, redimensionada e regenerada para mudanças nos valores humanos;
Ensinar a condição humana	
Conhecimento pertinente	
Cegueiras do conhecimento	

Fonte: SALLES FILHO, Nei Alberto. **Cultura de paz e educação para paz: olhares a partir da teoria da complexidade de Edgar Morin**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. p. 357. 2016.

A pedagogia dos valores humanos, se fundamenta em questões sólidas de socialização, empatia e cuidado com o próximo. Desenvolvendo e trabalhando conceitos e valores essenciais para a boa convivência e a diversidade. A paz nesse sentido, vem para encaminhar e estruturar ações voltadas para valores humanos.

Quadro 3 – Relação Sete Saberes da educação X Pedagogia dos direitos humanos.

(continua)

7 Saberes da educação	Pedagogia dos direitos humanos
Ensinar a identidade terrena	Ligada a cidadania terrestre. Pressupõe um princípio democrático pela percepção de micro e macro direitos,preocupar-se com quem está perto e com quem está longe;
Enfrentar as incertezas	Dimensionar continuamente a sustentabilidade dos direitos, não basta compreendê-los se não sabemos e não temos suporte para implementá-los;

(continuação)

7 Saberes da educação	Pedagogia dos direitos humanos
Ensinar a compreensão	Perceber questões sociais necessárias e, ao mesmo tempo, contraditórias;
Ética do gênero humano	Percepção além de nossos espaços geográficos, existem direitos humanos relacionados ao planeta e a espécie humana;
Ensinar a condição humana	Atrações/repulsões. Necessidade de integração pela reflexão sobre a condição humana;
Conhecimento pertinente	Pensar nas condições da sociedade geradas pelas desigualdades históricas e na violação do direito à vida;
Cegueiras do conhecimento	Compreender os fluxos e as mudanças sociais, culturais e, econômicas é fundamental em relação aos direitos humanos.

Fonte: SALLES FILHO, Nei Alberto. **Cultura de paz e educação para paz: olhares a partir da teoria da complexidade de Edgar Morin**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. p. 357. 2016.

Preservar micro e macro direitos é o caminho para uma justiça plena. Não basta apenas compreender os direitos, é necessário saber incorporá-los no dia a dia e refletir sobre os instrumentos necessários para sua efetivação.

Quadro 4 – Relação Sete Saberes da educação X Pedagogia da conflitologia.

7 Saberes da educação	Pedagogia da conflitologia
Ensinar a identidade terrena	Dentro de uma complexidade que nasce por dentro da sociedade, de seus problemas, seus conflitos, e não de fora, como uma iluminação de poucos;
Enfrentar as incertezas	Ordem/desordem. Prezar por uma nova organização, autor reorganização e regeneração de possibilidades;
Ensinar a compreensão	A compreensão está no próprio processo que se desenvolve, pela mediação, a compreensão está em curso;
Ética do gênero humano	Redescoberta da coletividade, solidariedade, colaboração, para uma nova ética humana;
Ensinar a condição humana	O contexto histórico baliza as diferentes perspectivas procurando aproximação, de forma provisória;
Conhecimento pertinente	Inibe a privação de expressão, ideias, motivos, entaves, que podem ser levados por meio dos processos de mediação;
Cegueiras do conhecimento	Ênfase na técnica é a principal contradição na perspectiva dos conflitos, não é suficiente apenas uma técnica para a solução do problema.

Fonte: SALLES FILHO, Nei Alberto. **Cultura de paz e educação para paz: olhares a partir da teoria da complexidade de Edgar Morin**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. p. 357. 2016.

Compreender a importância em que os conflitos têm diante a problemas mundiais e também nas relações humanas, é o primeiro passo para uma reflexão crítica sobre paz e direitos. A mediação é o ponto nevrálgico para responder questões relacionadas ao desenvolvimento do conflito. Com já visto anteriormente, o conflito pode seguir vias opostas com consequências distintas. Vale ressaltar, a importância do mediador no sentido de mediar ações para a paz.

Quadro 5 – Relação Sete Saberes da educação X Pedagogia da ecoformação.

7 Saberes da educação	Pedagogia da ecoformação
Ensinar a identidade terrena	Marcada por contra correntes: corrente ecológica, corrente qualitativa, corrente da valorização da vida simples, corrente da resistência a padronização e ao consumo, corrente que enfrenta a valorização do dinheiro em detrimento as relações solidárias e a corrente que reage contra as violências humanas.
Enfrentar as incertezas	Dimensões a serem efetivadas na vida das pessoas, no cotidiano educacional, nas escolas e etc. Com coerência, rigor conceitual e reflexões atuais;
Ensinar a compreensão	Compreender que somos “uno” em relação nós mesmos, aos outros e ao planeta;
Ética do gênero humano	Explicitação da unidade/diversidade, igualdade/diferença, essência/existência, do ser humano, em sintonia/resiliência com as atitudes cotidianas;
Ensinar a condição humana	Reflexão ampla da vida, processando outras formas de olhar a própria existência que, inferindo na cultura regenerando a essência do ser humano;
Conhecimento pertinente	Evidenciar um retorno as reflexões da simplicidade e do cuidado, consigo, com o outro e com o todo;
Cegueiras do conhecimento	Medida em que a relação ciência-natureza é daquelas mais frágeis em relação ao erro-ilusão.

Fonte: SALLES FILHO, Nei Alberto. **Cultura de paz e educação para paz: olhares a partir da teoria da complexidade de Edgar Morin**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. p. 357. 2016.

Fortalecer a consciência da sustentabilidade, do respeitar a natureza e o mundo, preservar e proteger com cuidado e respeito. Compreendendo que somos apenas um, relacionado a força maior da natureza.

Quadro 6 – Relação Sete Saberes da educação X Pedagogia das vivências/convivências

(continua)

7 Saberes da educação	Pedagogia das vivências/convivências
Ensinar a identidade terrena	Reconhecimento que nossa identidade é da Terra, naquilo que nos faz humanos, a relação intersubjetiva e planetária;

(continuação)

7 Saberes da educação	Pedagogia das vivências/convivências
Enfrentar as incertezas	Questionar o modelo individualista, competitivo e consumista que é dominante na atualidade;
Ensinar a compreensão	Remete ao acolhimento das diferenças, mesmo nos debates e conflitos não violentos, criando novas bases na solidariedade e no coletivismo como forma de viver/conviver;
Ética do gênero humano	Compromisso de aproximar as diferenças que separam povos, nações, ideologias, religiões, etc.;
Ensinar a condição humana	O fluir das emoções moldando o nosso cotidiano e todo o nosso viver/conviver;
Conhecimento pertinente	Interações entre os indivíduos crescendo em frequência e qualidade. Quando os abraços abraçam mais do que empurram;
Cegueiras do conhecimento	Corpo/ludicidade. Não se limita a atividades diárias e nem ao treinamento personalizado. Sentindo o movimento lúdico, alegria, satisfação e a graça nas questões da vida.

Fonte: SALLES FILHO, Nei Alberto. **Cultura de paz e educação para paz: olhares a partir da teoria da complexidade de Edgar Morin**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. p. 357. 2016.

Podemos dizer que as cinco pedagogias para paz servem de suporte para o pensamento de uma educação para a paz. Segundo o autor Salles Filho (2019) as cinco pedagogias para paz são eixos estruturantes os quais possuem constante ligação entre uma e outra. A partir disso o autor ainda contribui com algumas possibilidades de práticas pedagógicas abordando as cinco pedagogias para paz. Ressaltando a importância em ser analisado o contexto e a realidade de cada ambiente escolar, planejado de acordo com cada faixa etária e refletindo sempre em perspectivas micro e macro. Algumas possibilidades em que o autor aborda em sua obra foram: respeito, violência contra mulher, desastres ambientais, corrupção e espiritualidade. Todas as pedagogias podem e devem ser abordadas de forma integrada. É importante ter a consciência de que a abordagem das cinco pedagogias da paz no ambiente escolar não deve ser entendida como um modelo absoluto e acabado, mas sim, como possibilidades em constante processo no entendimento a educação para paz a margem do pensamento complexo.

6 ESCOLHAS METODOLÓGICAS PARA PESQUISA DE CAMPO

Após a construção teórica sobre a violência e a sociedade, sobre os Direitos Humanos, Cultura de Paz e Educação para Paz. Cabe nesse momento descrever a pesquisa de campo. A

partir da Lei Federal 13.663/2018 (BRASIL, 2018), a qual estabelece incluir medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da Cultura de Paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Desta forma, intrigou-se em compreender a concepção dos profissionais da educação, sendo eles: secretários (as) da educação, pedagogos (as) e professores (as), sobre Cultura de Paz, Violência, Direitos Humanos e Educação para Paz e de que forma esses profissionais estão aplicando essa lei em seus municípios e escolas.

Portanto, este capítulo tem por objetivo esclarecer o processo de construção da dissertação, através de opções teóricas metodológicas e técnicas utilizadas. Utilizou-se de três etapas. Na etapa “caracterização do estudo” foi abordado os trâmites da pesquisa de campo, objeto de estudo, instrumentos metodológicos e forma de análise. Na etapa seguinte “caracterização dos municípios” foi descrito os critérios de escolha e a objetividade por cada município, assim como suas características regionais e sua localização por mapa. Por fim na etapa “caracterização dos participantes” houve a descrição dos critérios de escolha dos participantes, bem como, sua objetividade na pesquisa e a descrição de sua participação.

Ao final do estudo haverá em anexos e apêndices as entrevistas realizadas seguindo minuciosamente a fala dos participantes, como também haverá os documentos do comitê de ética e as declarações de permissão dos participantes das pesquisas.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DO MÉTODO DE ESTUDO

Em relação aos níveis de pesquisa, a mesma se caracteriza como uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório/descritivo, pois inicialmente se analisou conceitos e em segundo momento algumas aplicações práticas. A importância em construir uma pesquisa qualitativa como traz os autores Boni e Quaresma (2005) está na relação dos fatores envolvidos, como os significados, crenças, valores, tradições e tudo isso não pode ser apenas analisado de forma quantitativa através de dados numéricos. A relação entre a pesquisa exploratória e a descritiva segundo Gil (2008) se dá pela busca do pesquisador social em atuação na prática do estudo, esse tipo de pesquisa é comum ser encontrada nos meios educacionais, empresas comerciais entre outros. Tem por objetivo proporcionar uma visão geral sobre o tema e uma maior aproximação com o objeto de estudo.

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa é realizado

especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 2008, p. 27).

Compreender a construção social da violência no Brasil e suas relações com os Direitos Humanos, abrindo discussões necessárias sobre Cultura de Paz e Educação para Paz com subsídio na análise da Lei 13.663/18 (BRASIL, 2018). A requerida pesquisa além de compreender a concepção dos profissionais da educação sobre o tema, também buscou avaliar políticas e projetos referentes a Cultura de Paz nesses municípios. O objeto de estudo é a Lei Federal 13.663/2018 (BRASIL, 2018) a qual entrou em vigor em 2018, incluindo medidas de conscientização aocombate a todos os tipos de violência, promovendo ações voltadas a Cultura de Paz nos estabelecimentos de ensino.

A partir disso buscou-se na plataforma *Scielo* em junho de 2020, estudos relacionados a Cultura de Paz, para que então possamos obter uma visão de como está o desenvolvimento acerca do tema. A palavra-chave para a pesquisa foi “Cultura de Paz”, os períodos de publicações estabelecidos foram de 2015 a 2020 de modo a analisarmos os estudos mais recentes e o tipo de literatura escolhida nesta plataforma foram os artigos. Chegamos ao resultado de: 202 artigos, a maior quantidade de artigos foi publicada naColômbia (78 artigos), seguido pelo Brasil (33 artigos), Bolívia (22 artigos), México (19 artigos), Cuba (25 artigos), Argentina (07 artigos), Chile (07 artigos), Portugal (04 artigos), Peru (03 artigos), Espanha (03 artigos) e Uruguai (01 artigo). Ao visualizarmos o número de 33 artigos no Brasil percebemos que nenhum destes aborda a aplicabilidade da Lei Federal 13.663/2018.

A pesquisa realizada em junho de 2020 na plataforma Periódicos Capes, buscou a mesma delimitação da pesquisa anterior, a palavra-chave foi “Cultura_de_Paz”, a delimitação temporal foi de 2015 à 2020 e o tipo de literatura escolhida foram os artigos. Os resultados foram: 229 artigos no total, após a aplicação de critério de que os artigos deveriam passar por revisão por pares, obtivemos 195 artigos, desses nenhum deles aborda a lei 13.663/2018. Podemos constatar então que em ambas as plataformas o tema é pouco estudado e explorado, fazendo-se necessário novas perspectivas no campo acadêmico e científico das Ciências Humanas e Sociais.

Em relação à pesquisa de campo, temos como agentes de pesquisa os secretários (as) da educação, pedagogos(as) e professores(as) da rede municipal de ensino. Foram realizadas nove entrevistas no total. A opção de escolha dos agentes surgiu pelo intuito em analisar as concepções sobre Cultura de Paz de forma geral, contemplando um maior número de espaços educacionais através de diferentes olhares e perspectivas. Visto isso, esses diferentes espaços educacionais nos permitiram compreender sobre a Cultura de Paz de forma mais ampla em que

trabalhada e desenvolvida na educação municipal como um todo (secretários(as) da educação). Um olhar frente a uma determinada gestão, o qual possui experiência de dentro da escola coordenando ações e projetos (pedagogos (as)), e por fim, mas não menos importante o olhar de quem está na linha de frente do ensino, dentro das salas de aulas convivendo com conflitos a todo momento(professores(as)).

No que se refere a sequência metodológica foram três etapas: 1ª conversa informal, 2ª entrevistas, 3ª transcrição e análise dos dados.

1ª Etapa: conversa informal, ocorreu pelo primeiro contato com o participante, esclarecendo para o mesmo o objetivo da pesquisa e a importância do mesmo para sua realização. Essa conversa ocorreu através do aplicativo *Google Meet* e por vídeo chamada do aplicativo *Whatsapp*. Optou-se por esse formato de comunicação visando a segurança de todos os participantes, obedecendo o pedido de distanciamento devido a pandemia do COVID-19.

Essa primeira “conversa” adotou certa informalidade, com o objetivo em sanar e esclarecer o procedimento da futura entrevista, teve duração entre 20 a 30 minutos e ocorreu em formato individualizado, ou seja, a entrevistada e a pesquisadora.

A estrutura da conversa informal procedeu da seguinte forma: 1. Apresentação do tema e título da pesquisa; 2. Apresentação do objetivo geral da pesquisa; 3. Apresentação dos objetivos específicos da pesquisa; 4. Apresentação da metodologia do estudo. 5. Esclarecimento de dúvidas e contribuições. Após a apresentação geral da pesquisa, foi discutido sobre as dúvidas em relação a entrevista. De forma geral as entrevistadas perguntaram sobre os projetos realizados em seus municípios e a dúvida surgiu se esses projetos se enquadravam no leque da Cultura de paz. Ao explicar que a Cultura de paz possui uma vasta abordagem, como por exemplo meio ambiente, sustentabilidade, Direitos Humanos, valores humanos, conflitos, vivências e tantos outros temas importantes, todos fazendo parte de um complexo eixo. Desta forma, as entrevistas compreenderam o quão vasto e importante se faz a implantação e desenvolvimento da Cultura de Paz nas escolas.

2ª etapa: entrevista, segundo Bardin (2016), autora referência na área da análise de conteúdo, cabe destacar, que seus princípios de análise ou categorização, não foram seguidos lealmente. O primeiro contato com as entrevistadas foi desenvolvido um discurso falado, em que uma pessoa constrói mais ou menos a sua vontade, mostrando através de palavras e gestos suas emoções e pensamentos sobre o que vivenciou e experimentou. Através do método de Bardin, optou-se em formular categorias de análise definidas como: Cultura de paz, Violência escolar, Educação para paz e Direitos Humanos.

Nesta pesquisa, as categorias foram elencadas a partir dos objetivos específicos construídos, diferentemente de Bardin (2016) a qual elege suas categorias após estudo dos dados. Portanto, inicialmente optou-se por categorias teóricas, advindas do próprio referencial teórico e objetivos específicos. A análise de conteúdo serviu para retroalimentar e refletir essas categorias teóricas.

Cada roteiro de entrevista foi estruturado especificamente para cada área profissional (secretário, pedagogo e professor). O planejamento e preparação da entrevista é um momento muito importante o qual resultará em uma boa ou má coleta de dados, dessa forma Lakatos e Marconi (2002) nos diz que precisamos seguir alguns passos para sua efetivação, são eles:

Planejamento da entrevista: deve ter em vista o objetivo a ser alcançado.
Conhecimento prévio do entrevistado: objetiva conhecer o grau de familiaridade dele com o assunto.
Oportunidade da entrevista: marcar com antecedência a hora e o local, para assegurar-se de que será recebido.
Condições favoráveis: garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade.
Contato com líderes: 'espera-se obter maior entrosamento com o entrevistado e maior variabilidade de informações.
Conhecimento prévio do campo: evita desencontros e perda de tempo.
Preparação específica: organizar roteiro ou formulário com as questões importantes. (LAKATOS; MARCONI, 2002, p. 96).

O instrumento para coleta dos dados foi um aparelho gravador, o espaço em que se realizou foram em seus próprios ambientes de trabalho (escolas). É importante ressaltar que a participação dos entrevistados foi de forma voluntária e que lhes foi dado a opção em realizar a entrevista de forma remota, no entanto, todos os participantes optaram por realizar a pesquisa no formato presencial, prezando pelo distanciamento, uso de máscara e aplicação de álcool em gel.

A entrevista seguiu três passos fundamentais: 1º roteiro da entrevista, 2º entrevista e 3º transcrição e análise dos dados. Ao iniciarmos com o roteiro de entrevista, cabe destacar a fala do autor Manzini (2004) “O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante”. Abaixo segue a estrutura dos roteiros realizados no presente estudo, vale lembrar que foram produzidas perguntas específicas a cada área entrevista (esse roteiro foi formulado para os professores). Foram realizados três roteiros, um para secretárias da educação, um para Pedagogas e um para professoras. O quadro 7, apresenta os roteiros utilizados para entrevista com secretárias da educação.

Quadro 7 – Roteiro de entrevista

Roteiro de entrevista	
Informações primárias	Cargo/função: Formação: Tempo de serviço:
Categoria: Cultura de paz	O que você entende por paz? Qual a relação entre cultura de paz e educação para a paz? Você considera importante práticas de educação para a paz nas escolas? Por quê? Você conhece ou já ouviu falar sobre a Lei Federal Nº 13.663, de 14 de maio de 2018? Você acredita que essa lei pode mudar o cenário da educação em relação a educação para paz ou ela está distante da realidade das escolas?
Categoria: Violência escolar	O que você entende por violência? Quais os tipos de violência mais presentes em sua sala de aula e qual violência você considera mais perigosa para a formação da criança? 3. Você pode nos contar alguma experiência que teve em relação a violência escolar? O que você acredita que atrapalhe a efetivação da lei dentro dos ambientes escolares? De modo geral, para você quais são os maiores desafios que as escolas do século XXI estão enfrentando? Você considera a família como fator importante nas situações de violência escolar? Como você se sente em situações de violência, quais são suas atitudes estando nessas situações? Você se sente preparado profissionalmente para lidar com esse tipo de situação? Qual a sua opinião sobre a formação dos professores, você acredita que a formação dos mesmos está suprindo as necessidades e demandas de violência escolar? O que você entende por conflito? Ele é benéfico ou maléfico nas situações rotineiras da escola? Quando acontecem situações de conflito como você procede
Categoria: Direitos Humanos	O que você entende por direitos humanos? Você acredita ser importante trazer conceitos de direitos humanos para dentro das suas aulas? Por quê? Você se sente preparado (a) para abordar o tema de 4. Direitos Humanos em suas aulas? Qual a sua maior dificuldade em relação a isso? 5. Sabemos que a maior arma para a luta por direitos humanos é o conhecimento, visto isso, você acredita que as escolas hoje estão armando seus alunos para lutar por um mundo melhor e mais democrático? Para você qual é o papel de um professor crítico dentro de sala de aula?
Categoria Educação para Paz	A educação para paz caracteriza-se como a parte pedagógica da cultura de paz, a qual tem por objetivo ensinar a cultura de paz. Para você quais são os meios mais utilizados para a construção da cultura de paz dentro das escolas? Você acredita ser possível inserir questões de direitos humanos e educação para paz dentro de aulas como: matemática, ciências ou geografia? Você já abordava conceitos e temas relacionados a Educação para paz antes mesmo da efetivação da Lei 13.663 de 2018? Se sim quais eram as práticas pedagógicas realizadas? A equipe gestora, contribui nessa construção de uma educação para paz, na realização de projetos e no incentivo a atividades relacionada ao mesmo? Você já participou de algum projeto relacionado a educação para paz em sua escola? Se sim, quais? O que você acha que poderia fazer para maior implementação da educação para paz nas escolas? Qual a sua alternativa para um mundo melhor e mais pacífico?

Fonte: a autora.

Esse roteiro de perguntas, teve como objetivo organizar e coordenar a fala do pesquisador, uma vez que, no decorrer da entrevista algumas perguntas são aprofundadas e outras não são feitas, tendo em vista que o entrevistado pode já ter respondido em outra

pergunta. Essa liberdade no momento da entrevista é importante para dar coerência as respostas do entrevistado e permite explorar mais a fundo algumas questões pertinentes. A entrevista caracterizou-se como entrevista semiestruturada a qual conta tanto com perguntas abertas como fechadas. Nesse sentido Minayo (2009, p. 64) define entrevista semiestruturada como “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se perder a indagação formulada”.

3ª Etapa: Transcrição e análise dos dados, após a realização da entrevista, em imediato foi transcrito o áudio, essa transcrição foi realizada seguindo fiel a fala do entrevistado, por esse motivo, optou-se por transcrever a entrevista logo após sua realização, para que no momento em que se descreve o pesquisador possa lembrar, dos suspiros, das risadas, dos incômodos, das interrupções entre outras coisas que ocorreram no momento exato da entrevista, para isso, foi preciso ouvir várias vezes a mesma fala. A medida em que se escuta a mesma entrevista várias vezes, muitas hipóteses e impressões daquela fala emergem e por esse motivo justifica a necessidade de a transcrição ser realizada pelo próprio pesquisador.

A participação foi voluntária, portanto, não houve recompensas ou gratificações. Foi garantido o livre acesso a todas as informações e retirada de dúvidas sobre o estudo antes, durante e depois da participação na pesquisa. O participante poderia deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que pudesse ter adquirido, tendo também todas as dúvidas esclarecidas sobre a sua participação neste trabalho.

A pesquisa se caracteriza por ser de natureza qualitativa, não interventiva, portanto, não apresentando riscos consideráveis ao pesquisador e ao participante. A participação no estudo foi contribuir com uma entrevista com sinceridade, colocando seus apontamentos e percepções. Não haverá divulgação de nomes, dados pessoais, havendo total sigilo sobre eles. Os resultados da pesquisa serão utilizados única e exclusivamente para compor a dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e poderão ser publicitados.

A partir da transcrição de todas as entrevistas, foi realizado a análise de conteúdo seguindo os métodos de Bardin (2016) os quais facilitaram o processo de entendimento e relação ao conteúdo teórico apresentado *a priori* a fim de concluir o objetivo da pesquisa. Segundo Bardin (2016) é necessário seguir alguns passos para a organização da análise são eles: a) a pré-análise; b) a exploração do material; c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. (BARDIN, 2016, p. 63).

Em 2019, primeiro ano da pós-graduação iniciou-se a primeira parte da pesquisa onde foi realizado o apanhado de documentos para o referencial teórico, conceituando e analisando

ideias dos autores. Já no segundo ano de pós-graduação a pesquisa se concentrou na coleta de dados, esse material foi transcrito e na sequência analisado. Utilizando o conhecimento adquirido no decorrer das aulas da pós-graduação, desprendendo-se da singularidade e partindo para interdisciplinaridade que o programa oferece, com suas vastas áreas de conhecimento.

6.2 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

O campo de pesquisa ocorreu em três municípios do Paraná, sendo eles: Porto Amazonas, Palmeira e Ponta Grossa, o método de escolha pelo Estado do Paraná ocorreu devido ao seu protagonismo na construção e consolidação da Lei Federal 13.663/2018 (BRASIL, 2018), a justificativa pelos municípios escolhidos foi pela distinta estrutura e dimensão de cada município, analisando suas especificidades, como tradições, cultura regional, índices educacionais, índices de violência, ampliando desse modo as reflexões da pesquisa.

Município 1, Porto Amazonas, possui cerca de 4.514 habitantes segundo os dados do IBGE. O município se estende por 186,6 km² e está localizado entre a BR-277 a qual liga Curitiba a Foz do Iguaçu e a BR-427 a qual liga a BR- 277 a cidade da Lapa. Na figura 1, apresenta-se o mapa o qual indica a localidade de Porto Amazonas no Estado do Paraná.

Figura 1: Mapa localização de Porto Amazonas no Paraná



Fonte: MUNICÍPIO DE PORTO AMAZNAS, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Porto_A Amazonas#/media/Ficheiro:Parana_Municip_Porto_A Amazonas.svg. Acesso em: 25 abr. 2021.

Porto Amazonas considerada uma cidade do interior do Paraná, possui em sua história marcas da navegação pelo Rio Iguaçu e também pela via férrea com transporte de matéria

prima. A cidade é lembrada pela festa típica a qual acontece nos primeiros meses do ano, chamada “Festa da Maçã”, esta festa ocorre com o objetivo de comemorar a safra e os pomares de maçãs produzidas em seu município e vendida para todas as localidades. A culinária típica da cidade são as comidas feitas com maçã, doces, tortas, geleias, carne no disco com maçã entre outras.

O salário mensal dos trabalhadores porto-amazonenses é de 2,2 salários mínimos segundo dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* da cidade é de 24.882,00 reais. Em relação a saúde o município possui zero óbitos por mil nascidos vivos, a cidade conta com dois estabelecimentos de saúdes do Sistema Único de Saúde (SUS). No que tange ao meio ambiente da cidade 78,9% da população possui esgotamento sanitário básico adequado, a arborização das vias públicas chega a 71,9% e a urbanização tem porcentual de 51,6%.

A cidade não conta com suporte de instituições de ensino superior, desse modo os alunos que optam por dar continuidade aos estudos precisam recorrer a cidades vizinhas para adentrar em universidades e faculdades. A segurança da cidade conta com o apoio da polícia militar, o município teve 0 homicídios segundo o Atlas de Violência de 2019. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 97,8%, a qualidade de ensino das escolas públicas apresentado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) realizado em 2017, aponta a nota de 5,5 para os anos iniciais do ensino fundamental e 4,3 para os anos finais do ensino fundamental. No quadro 8, apresenta-se o cenário da educação no município de Porto Amazonas.

Quadro 8 – Cenário educacional do município de Porto Amazonas.

Cenário educacional do município de Porto Amazonas.	
Matrículas do ensino fundamental – 2018	610 matrículas
Matrículas no ensino médio – 2018	169 matrículas
Docentes no ensino fundamental -2018	50 docentes
Docentes do ensino médio – 2018	18 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental – 2018	6 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio – 2018	1 escola

Fonte: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/porto-amazonas/panorama>. Acesso em: 25 abr. 2021.

O Plano Municipal de Educação (PME) é um documento importante para os todos os municípios, pois através deste se estabelece, diretrizes, objetivos e metas a serem alcançados em um período de 10 anos. Sendo um documento de construção coletiva, ouvindo profissionais, alunos e a sociedade civil, buscando oportunizar uma educação de qualidade a todos.

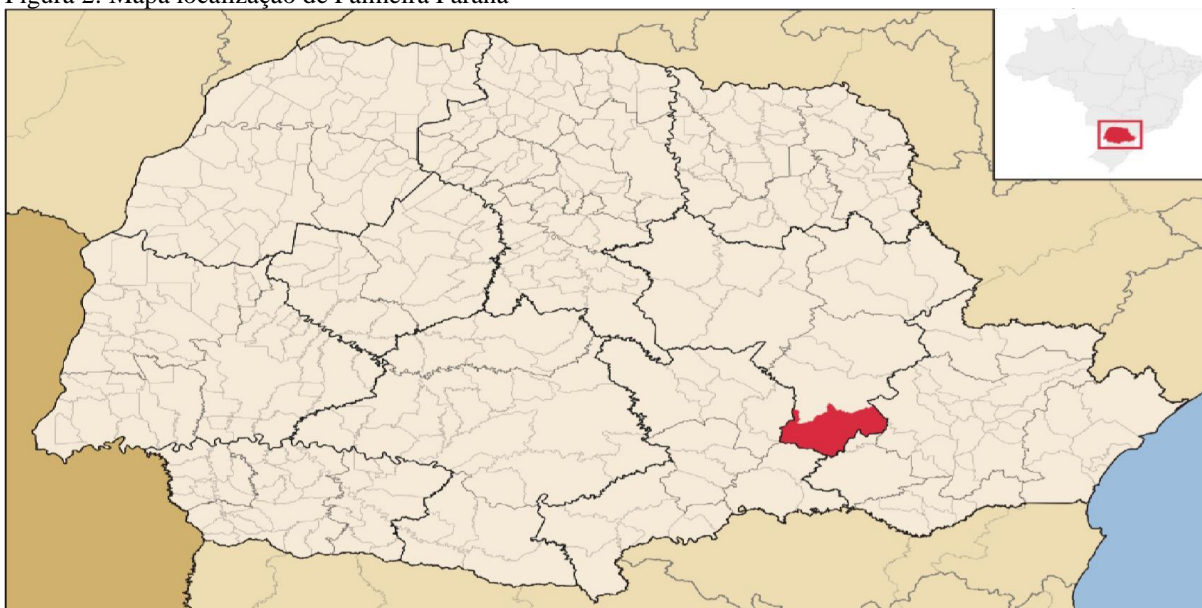
O PME de Porto Amazonas foi sancionado do dia 25 de junho de 2014 através do Projeto de Lei nº 8 de 11 de junho de 2015, na gestão do prefeito Ademir Schuhli. O documento conta com 13 artigos e 10 diretrizes e 20 metas. Encontra-se neste documento uma meta em que a Cultura de Paz está presente, sendo importante para a construção de uma Educação para Paz. Cabe lembrar que a Cultura de paz passou a ser obrigatória a partir de 2018 através da Lei Federal nº 13.663/2018.

Encontramos a citação de Cultura de Paz no PME de Porto Amazonas, na meta 7: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias estaduais para o IDEB, no item 7.13.

7.13 Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção de providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade. (PORTO AMAZONAS, 2015).

Município 2, Palmeira possui cerca de 32.123 habitantes segundo os dados do IBGE. O município se estende por 1.470,072 km² e está localizado entre a BR-376, que passa por seu território, que liga Curitiba ao norte do Paraná (Apucarana), BR-277, que liga Curitiba a Foz do Iguaçu (e ao Paraguai) e PR-151, que liga a Ponta Grossa ea São Mateus do Sul. Na figura 2, apresenta-se o mapa o qual indica a localidade de Palmeira no Estado do Paraná.

Figura 2: Mapa localização de Palmeira Paraná



Fonte: MUNICÍPIO DE PALMEIRA, 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Palmeira_\(Paraná\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Palmeira_(Paraná)). Acesso em: 25 abr. 2021.

Palmeira é conhecida como cidade clima, em sua história tropeiros marcaram suas passagens, onde muitas vezes a cidade se tornou local de pouso e curral para o gado. No setor turístico, contamos com Ponte dos Papagaios, Arquibancada de madeira do Ypiranga Futebol Clube, Casa Fazenda Cancela. A culinária da cidade, instituiu em 2015 o pão no bafo como o prato típico da cidade. O município conta com teatro e museu.

O salário mensal dos trabalhadores palmeirenses é de 2,2 salários mínimos segundo dados do IBGE, o PIB *per capita* da cidade é de 42.067,94 reais. Em relação a saúde o município possui 10,22 óbitos por mil nascidos vivos, a cidade conta com 18 estabelecimentos de SUS. No que tange ao meio ambiente da cidade 73.7% da população possui esgotamento sanitário básico adequado, a arborização das vias públicas chega a 55,0% e a urbanização tem percentual de 20,5%. Em relação a segurança do município, o mesmo conta com a polícia militar e polícia civil, segundo o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) de 2012 o município possui um índice de 6,19 homicídios por arma de fogo para cada 100 mil habitantes.

O município não possui instituições de ensino superior, no entanto conta com polos de ensino à distância (EAD), Faculdade Educacional da Lapa (FAEL), Ensino Uninter, Unicesumar, Universidade Positivo, polo Universidade Estadual de Ponta Grossa pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 95,5%, a qualidade de ensino das escolas públicas apresentado pelo IDEB realizado em 2017 aponta a nota de 6,1 para os anos iniciais do ensino fundamental, já para os anos finais do ensino fundamental é de 5,0. No quadro 9, apresenta-se o cenário da educação do município de Palmeira.

Quadro 9 – Cenário educacional do município de Palmeira.

Cenário educacional do município de Porto Amazonas.	
Matrículas do ensino fundamental – 2018	4.488 matrículas
Matrículas no ensino médio – 2018	1.606 matrículas
Docentes no ensino fundamental -2018	306 docentes
Docentes do ensino médio – 2018	976 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental – 2018	30 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio – 2018	9 escolas

Fonte: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/palmeira/panorama>. Acesso em: 25 abr. 2021.

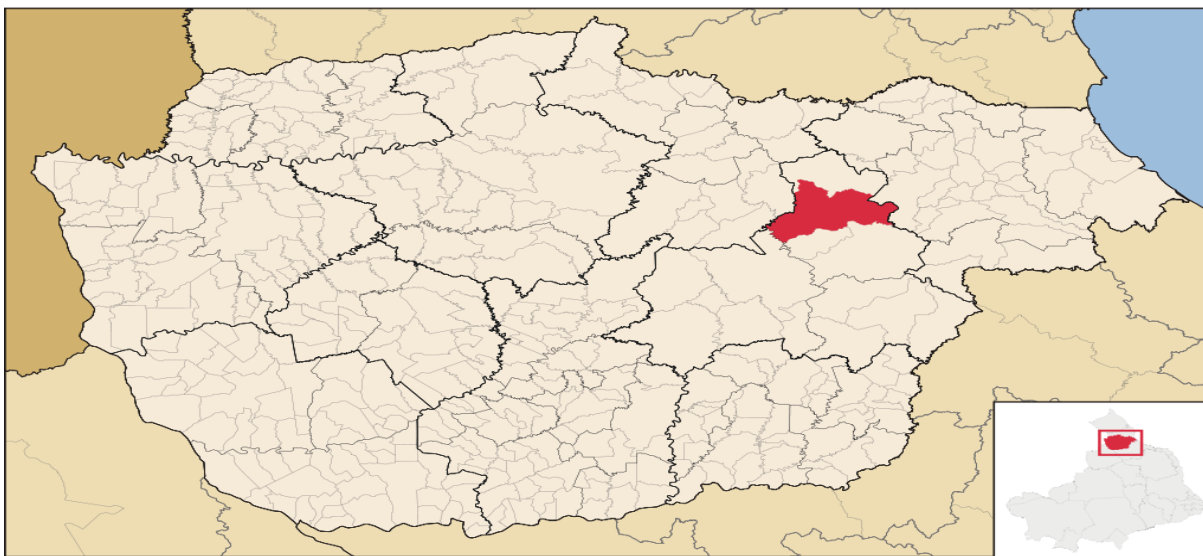
O PME vigente, foi decretado e sancionado no dia 22 de junho de 2014, o qual foi objeto de audiência pública em data de 29 de maio de 2015, na gestão do prefeito Edir

Havrechaki, tendo prazo de vigência de 10 anos. O documento conta com 11 artigos e 10 diretrizes.

O PME de Palmeira de 2015 não abordou a Cultura de Paz em suas diretrizes, no entanto ressaltamos que a obrigatoriedade de ações voltadas a Cultura de Paz se fez presente após a promulgação da Lei 13.663/2018 a qual estipula a inserção de práticas voltadas a Cultura de Paz nas redes de ensino.

Município 3, Ponta Grossa possui cerca de 311.611 habitantes segundo os dados do IBGE. O município se estende por 2.054,732 km² e está localizado entre a BR-376 (ligando a Curitiba ao Norte do Paraná), BR-373 (ligando a Prudentópolis e a BR-277) e PR-151 (ligando a Piraí do Sul e a divisa com São Paulo). Para melhor orientação segue o mapa o qual indica a localidade de Ponta Grossa no Estado do Paraná. A figura 3, apresenta a localização do município de Ponta Grossa.

Figura 3: Mapa localização de Ponta Grossa Paraná



Fonte: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ponta_Grossa#/media/Ficheiro:Parana_Municip_PontaGrossa.svg. Acesso em: 25 abr. 2021.

Ponta Grossa considerada o quarto município mais populoso do estado, e também o maior parque industrial do interior do Paraná, foi palco de grandes nomes políticos ficando conhecida como Capital Cívica do Paraná, hoje o município é um dos mais industrializados do Estado e possui um vasto setor turístico, os mais conhecidos são: As Furnas, a Lagoa Dourada, Buraco do Padre, Cachoeira da Mariquinha e o símbolo da cidade o Parque Estadual de Vila Velha. A culinária da cidade através da Lei 10.200/2010, instituiu a alcatra no espeto como o

prato típico da cidade. O município conta com teatros, museus, cinemas, galerias de arte e bibliotecas.

O salário mensal dos trabalhadores ponta-grossenses é de 2,7 salários mínimos segundo dados do IBGE, o PIB *per capita* da cidade é de 42.208,23 reais. Em relação a saúde o município possui 12,66 óbitos por mil nascidos vivos, a cidade conta com 78 estabelecimentos do SUS. No que tange ao meio ambiente da cidade 81,3% da população possui esgotamento sanitário básico adequado, a arborização das vias públicas chega a 57,2% e a urbanização tem percentual de 37,0%. Em relação a segurança do município, o mesmo conta com Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal, segundo o Atlas da Violência de 2019 o município possui um índice de 20,9 homicídios para cada 100 mil habitantes.

O município conta com o suporte de duas instituições de ensino superior públicas: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e sete instituições privadas: Universidade Norte do Paraná (Unopar), Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (Cescage), Centro Universitário Campos de Andrade (Uniandrade), Centro Universitário de Maringá (Unicesumar), Centro Universitário Santa Amélia (UniSecal), Faculdade Sant'Ana, Faculdade Sagrada Família (FASF). A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 98,2%, a qualidade de ensino das escolas públicas apresentado pelo IDEB realizado em 2017 aponta a nota de 6,3 para os anos iniciais do ensino fundamental, já para os anos finais do ensino fundamental é de 4,4. No quadro 10, apresenta-se o cenário da educação do município de Ponta Grossa.

Quadro 10 – Cenário educacional do município de Ponta Grossa.

Cenário educacional do município de Ponta Grossa	
Matrículas do ensino fundamental – 2018	49.646 matrículas
Matrículas no ensino médio – 2018	14.764 matrículas
Docentes no ensino fundamental -2018	2.628 docentes
Docentes do ensino médio – 2018	976 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental –2018	163 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio – 2018	53 escolas

Fonte: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>. Acesso em: 25 abr. 2021.

Cabe ressaltar que o PME vigente, foi decretado e sancionado no dia 22 de junho de 2015, através do Projeto de Lei nº 152/2015, na gestão do prefeito Marcelo Rangel Cruz de Oliveira, sendo instituído no período de 2015 a 2025. Passo importante para o desenvolvimento e intensificação de metas e objetivos para a educação. O documento conta com 200 estratégias

envoltas a 20 metas para qualificar a educação básica e superior, tanto na rede pública quanto privada.

O PME de Ponta Grossa já inseria a Cultura de Paz em suas metas, antes mesmo da promulgação da Lei 13.663/2018 a qual estipula a inserção de práticas voltadas a Cultura de Paz nas redes de ensino. O qual é apontado no Plano Municipal de Educação na meta 7: Qualidade da Educação Básica/IDEB, no item 7.25:

7.25 Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade. (PONTA GROSSA, 2015)

Após a caracterização de cada município, fica nítida a diferenciação dos municípios em relação a sua dimensão regional, dimensão populacional e sua dimensão cultural. Logo, ao analisar os dados adquiridos pela pesquisa de campo precisa-se considerar essa distinção entre os municípios, seus contextos e realidades. Com isso nota-se a oportunidade em compreender a percepção dos profissionais de educação sobre cultura de paz, educação para paz, direitos humanos e violência escolar, em diferentes contextos e a partir de diferentes posições sociais e áreas profissionais.

6.3 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA

Por meio do objetivo geral do estudo compreender a construção social da violência no Brasil e suas relações com os Direitos Humanos, abrindo discussões necessárias sobre Cultura de Paz e Educação para Paz como subsídio na análise da Lei 13.663/2018 (BRASIL, 2018). Ilustramos com alguns depoimentos estes conceitos importantes por representantes da educação, optou-se pela utilização da entrevista como ferramenta metodológica para a coleta de dados. Como objeto de estudo da presente pesquisa estão as secretárias(os) da educação, os pedagogos(as) e os professores(as). Cabe destacar que a escolha dos participantes vai de encontro ao objetivo geral do estudo, em analisar a concepção dos mesmos em relação ao tema estudado

A justificativa em relação a escolha pela educação básica se deu por considerar uma fase importante no desenvolvimento social e formação individual do ser humano e também por ser uma fase suscetível a conflitos.

As pesquisas revelam que os meninos e meninas, nos anos de escolaridade primária, são mais suscetíveis de se verem envolvidos em problemas de más relações, intimidações e maus tratos; contudo a crença geral é a de que os estabelecimentos de ensino médio são mais problemáticos. (ORTEGA; ROSÁRIO, 2002, p. 41).

A pesquisa de campo teve início através do contato com as secretárias de educação dos municípios de Ponta Grossa, Palmeira e Porto Amazonas, como já mencionado anteriormente o primeiro contato com as participantes foi de forma remota através de aplicativos de comunicação, para só então ser marcada a data, horário e local para a realização da entrevista. Ao final da entrevista com as secretárias da educação, foi solicitado as mesmas que indicassem uma pedagoga para que pudéssemos dar procedência na pesquisa, o critério de escolha nesse momento foi de que a pedagoga escolhida tivesse participado ou elaborado projetos referentes a Cultura de Paz. No quadro 11, apresenta-se as características dos participantes da pesquisa.

Quadro 11 – Participantes da pesquisa.

Município: Ponta Grossa				
Participantes	Sexo	Cargo/função	Formação	Tempo de serviço
Participantes 1	Feminino	Secretária da educação	Doutora em educação	50 anos
Participantes 2	Feminino	Pedagoga	Licenciatura em Pedagogia e pós graduação em neuropsicopedagogia	11 anos
Participantes 3	Feminino	Professora	Magistério, Letras português/francês e pós graduação em atendimento especializado	18 anos
Município: Palmeira				
Participante 4	Feminino	Secretária de educação	Bacharel em serviço social, tecnóloga em gestão pública, especialista em educação especial e em gestão pública	3 anos e 3 meses
Participante 5	Feminino	Pedagoga	Licenciatura em pedagogia	8 anos
Participante 6	Feminino	Professora	Magistério e cursando curso de Letras português/espanhol	5 anos e nove meses
Município: Porto Amazonas				
Participante 7	Feminino	Secretária de educação	Licenciatura em matemática, atualmente cursando pedagogia.	13 anos professora, diretora de departamento 1 ano e 5 meses
Participante 8	Feminino	Pedagoga	Licenciatura em pedagogia, com especialização em psicopedagogia escolar e também coordenação pedagógica	10 anos na área da educação, 4 anos como pedagoga.
Participante 9	Feminino	Professora	Licenciatura em pedagogia	3 anos

Fonte: a autora.

As entrevistas ocorreram após a autorização das participantes, onde todas assinaram duas vias do documento, uma do pesquisador e outra da entrevistada. Nesse mesmo documento foi fornecido o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, o qual descreve questões como a garantia de sigilo sobre a identidade dos participantes, a livre escolha em não responder qualquer pergunta que achasse incomoda, o direito em não dar procedência a entrevista sem lhe acarretar danos, a pesquisa não beneficiou os participantes em relação a remuneração, foi esclarecido aos mesmos a importância de sua participação e contribuição para a ciência e os estudos.

Cabe ressaltar que foi entrado em contato com as entrevistadas após a realização das entrevistas, mostrando-lhes a transcrição da mesma e esclarecendo dúvidas. Importante destacar que como parte da metodologia empregada foi caracterizado os municípios em que a pesquisa foi realizada, desta forma, esclareci para as participantes que o sigilo não seria integral mesmo que em nenhum momento haja citações de nomes ou dados particulares. Todas as entrevistadas disseram não haver problema em relação ao sigilo da entrevista, ou qualquer associação que o leitor venha a fazer durante sua leitura.

7 RESULTADOS

Através dos dados obtidos a análise se divide em categorias, segundo Bardin (2016, p. 74) “A categorização é uma operação de categorização de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento [...]”. Portanto as categorias elencadas foram: Cultura de Paz, Violência Escolar, Educação Para a Paz e Direitos Humanos. Totalizaram nove entrevistas, das quais foram transcritas e analisadas para constituir os resultados a seguir.

7.1 CATEGORIA CULTURA DE PAZ

Um dos objetivos propostos na pesquisa foi compreender alguns conceitos importantes, dentre eles a Cultura de Paz. Cada uma das participantes descreveu o que a paz representava pra si.

Participante 1. Eu acho que a paz ela é uma questão nossa primeiro, você estar bem com você mesmo. Então, pra mim a cultura de paz é isso, práticas cotidianas que a gente tem que ter no relacionamento consigo e com os outros.

Participante 2. Bom, cultura de paz acredito que é algo que precisa ser construído ao longo do tempo ao longo do período com adoção de novas práticas.

Participante 3. Então, pra mim a paz no caso é ausência da violência, relação tranquila entre as pessoas, é no caso, os povos não estarem em guerra, paz seria isso.

Participante 4. A paz é a convivência dentro de uma sociedade desigual, você procurando o teu melhor, você procurando aprender, você ter acesso a direitos sociais, você ter os direitos humanos respeitados que deveriam ser o mínimo desde quando os direitos humanos foram promulgados [...].

Participante 5. Então eu entendo como uma relação saudável onde ambos têm ganhos.

Participante 6. Paz é um estado de tranquilidade, ausência de problemas, ausência de preocupações.

Participante 7. Aquele momento de calma, ausência de problemas, conflitos, seriam na minha concepção assim na questão de tranquilidade.

Participante 8. A cultura ela é mais ampla, então ela engloba a sociedade e a família.

Participante 9. É você conseguir viver bem, com você com a sua família, com a sua comunidade e com a sociedade.

Como analisando no capítulo anterior, a significação e conceituação da paz é muito relativo ao contexto, a cultura e a realidade. Com tantos significados para paz conseguimos compreender através dos estudos realizados, que a paz adota uma conceituação tradicional/negativa e uma conceituação de paz positiva. Portanto, é de suma importância os estudos na área para que tenhamos conceitos mais ricos sobre um tema tão relevante. Podemos observar uma diversidade de compreensão de paz nas falas das entrevistadas, assim como Jares (2002, p. 121) “[...] deduzimos também que não existe uma ideia universal e precisa, já que, conforme as distintas civilizações e culturas, deparamo-nos com claras diferenças em sua concepção e natureza”.

Interessante ressaltar que na fala da entrevistada 7 e 6, a paz foi associada a ausência de conflitos ou problemas, sendo caracterizada como tranquilidade e calma. Indo de encontro com o que foi apresentado por Jares (2002) “[...] outra característica que parece muito presente na tradição popular quando se fala de paz como harmonia, serenidade ou ausência de conflitos”. Para o autor, essa associação está ligada a um sentimento intimista, como uma tranquilidade interior ao indivíduo. É mais fácil associar a paz como ausência de guerra do que a uma paz fadada ao vazio ou a utopia, complexa em se concretizar.

Somente a participante 3 associou a paz a violência e ausência de guerra, logo podemos observar que a compreensão de paz está mudando gradativamente, a medida em que trabalhamos e desenvolvemos práticas e estudos voltados a ela. Considerar a paz como a ausência de qualquer forma de violência, seria nesse momento a ligação das repostas pois como Salles Filho (2019) nos diz, a paz é a construção, a caminhada e não um produto pronto e acabado, não sendo pertinente compreendê-la como enfrentamento de violência, apesar de ambas serem discutidas juntas. A paz positiva somente é possível através de estudo e pesquisa contínua, pois como bem analisamos até o momento, os contextos e realidades sociais são voláteis, precisamos construir uma paz sustentável.

Pelo exposto, entendemos que a paz é um processo inacabado a qual precisa manter constância em suas práticas de acordo com contextos e valores. Segundo Oliveira (2017) as pesquisas sobre paz no Brasil iniciaram tardiamente em comparação com os demais países, isso explica o porquê Jares (2002) diz que a concepção de paz ainda é tradicional e ocidental, associando a paz com a ausência de guerras bélicas ou de qualquer forma de conflito, mostrando a importância de uma reformulação desse conceito.

Segundo Salles Filho (2019) a Educação para Paz é um viés pedagógico da cultura de paz, visto que a mesma pode ser comparada a um grande guarda-chuva contemplando diversas áreas e seguimentos. Ao perguntarmos sobre a relação entre educação para paz e cultura de paz, tivemos os seguintes argumentos.

Participante 1. [...] a gente educa e é educado num movimento social, a gente é educado na igreja, a gente é educado na associação de moradores a gente é educado em tudo quanto é lugar. Quando você pensa em cultura de paz você não pode só falar de escola do ambiente escolar.

Participante 2. [...] educação para paz eu vejo como, aquilo que nós procuramos desenvolver dentro das escolas, seguindo várias orientações a partir de demandas que vão surgindo, nós vamos realizando uma educação para paz buscando construir essa cultura de paz na sociedade.

Participante 3. [...] a cultura de paz seria no caso, os assuntos que eu vou estar discutindo e pondo em prática para que haja a paz, pra que não haja no caso a violência, pra que o mundo seja, um mundo justo, com respeito. E a educação para a paz pra mim, seria quando eu discuto os sistemas da cultura de paz.

Participante 4. [...] a educação para paz já requer conhecimentos específicos requer estudo são coisas bem, na realidade não são distintas, é como se a cultura de paz fosse o geral e a educação para paz fosse aquele trabalho respeitando sua metodologia.

Participante 5. Acho que cultura de paz seria o que se almeja e educação para paz é quando você prepara ou desenvolve ações para chegar no que é esperado.

Participante 6. a cultura já é uma coisa estabelecida na sociedade, os padrões de convivência que o ser humano vai criando. A educação é você transmitir algum conhecimento, de certa forma tem relação, porque você vai transmitir aquilo que faz parte da sua cultura.

Participante 7. Na minha concepção, a cultura da paz é o que a gente quer que exista na sociedade como um todo, eu acho que educar para a paz é justamente seja na família que a gente vê que tem bastante dificuldade e muitas vezes que se conflitam e na escola que forma esses cidadãos, essas crianças de bem, que daí vai gerar essa cultura da paz.

Participante 8. Na cultura como eu falei ela é mais ampla, os alunos vêm com a cultura de casa, da sociedade em que vive e educação para a paz seria do ramo pedagógico é o que a gente trabalha em sala de aula com eles, mas ambas são para propagar a paz.

Participante 9. a cultura é a bagagem que você traz, eu acredito assim, se você forma criança, você trabalha com ela desde pequenininha, que ela tem que ter respeito com ela, tem que ter respeito com a família, ela tem que ter respeito com o meio ambiente que ela vive, ela vai se tornar eu acredito que um adulto mais consciente mais responsável [...].

Nessa perspectiva, Salles Filho (2019) deixa claro ao enfatizar que cultura de paz e educação para paz são campos de conhecimentos distintos, porém intrinsicamente ligados um ao outro, ambos processos em construção em especial nos estudos no Brasil, pesquisas mais sólidas, sistematizadas e organizadas devem objetivar os estudos da paz no país, para que tenhamos melhor compreensão dos fatores humanos e sociais.

Rayo (2004, p. 170) diz “A Educação para Paz é uma forma particular de Educação em Valores que persegue o desenvolvimento de atitudes iguais em todos os jovens do mundo [...]”. Percebemos então que a educação para paz deve esclarecer a todos os alunos a importância em atentar-se em valores antiéticos, como a obediência sem questionamentos, o conformismo, a individualidade, consumismo e a ausência de criticidade nas reflexões. Sendo imprescindível o diálogo e as soluções não violentas de conflitos, guiando-se pela justiça, solidariedade e tolerância.

Vale destacar que Salles Filho (2019) e Rayo (2004) dizem que educar para paz não significa uma educação para estar precisamente em paz, mas sim, uma educação em que incentive o diálogo para a solução criativa de conflitos. Ora, não quer dizer também que devemos educar para a desesperação, devido aos inúmeros problemas mundiais. Mas, trabalhar esses conteúdos em sala para que se desenvolva participação ativa dos alunos em questões sociais, econômicas, políticas e culturais.

A Lei Federal 13.663 (BRASIL, 2018) a qual altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Podemos dizer que esta lei terá impacto significativo sobre a cultura de violência impregnada em nossa herança colonial?

Participante 1. Então a lei está formalizando isso exigindo que se cumpra isso, e os gestores tem que buscar formas de levar os professores e as escolas se organizarem nessa perspectiva.

Participante 2 [...] essa exigência faz com que não só as escolas, mas as redes como um todo, se tenha algo mais estruturado pra pensar e com isso vão ocorrendo mais formações, torna algo mais estruturado, a exigência pelo cumprimento da lei.

Participante 3. Eu acho que ela vai ajudar muito na educação, mas eu acho que ela tem que ser muito mais repercutida, para que as pessoas tenham mais conhecimento.

Participante 4. Pode e vai. Nós estamos num momento de definição do nosso documento orientador curricular que vai nortear a construção das propostas pedagógicas [...].

Participante 5. Eu acredito que deveria ser mais divulgado, precisaria ter mais formações específicas, algumas oficinas para as pessoas tomarem mais consciência, porque é pouco colocado em prática.

Participante 6. Então a lei em si não muda muita coisa, porque nós temos muitas leis que não são aplicadas, pra lei ser efetivada ela precisa ser mais conhecida, mais espalhada, visível. [...]

Participante 7. Porque daí você tem uma cobrança, o que realmente é dever e aí nesse dever entra a parte dos professores [...]

Participante 8. a gente trabalha essa lei aqui na escola desde o ano passado de 2019, a gente trabalha com projetos de conscientização, apresentações das turmas cada turma apresenta para escola geral.

Participante 9. Ela contribui, é um início para começar a construir um conceito diferente com as crianças. Algo que a não é nada, hoje já se vê com os olhos que precisa tomar atitude com relação a isso. Então, com certeza, ela vai contribuir a longo prazo sim nós vamos ter um bom retorno.

Dentre as 9 participantes, 7 delas falaram que já conheciam a lei ou já tinham ouvido falar em algum momento, 2 participantes falaram que não conheciam a lei e que tiveram ciência da sua existência através da entrevista. As participantes 3, 5, 6 nos dizem da importância em se divulgar a lei, pois segundo elas o corpo escolar ainda não possui um conhecimento concreto da lei. Nesse sentido, compreendemos a necessidade em investir na formação continuada, para que a gestão escolar esteja atualizada e preparada para abordar questões de cultura de paz em seus Projetos Políticos Pedagógicos – PPP e que entendam que essas práticas podem ajudar a construir uma educação democrática e participativa. Uma escola democrática vai com o que Freire (1967) nos diz:

Ora, a democracia e a educação democrática se fundam ambas, precisamente, na crença no homem. Na crença em que ele não só pode, mas deve discutir os seus problemas. Os problemas do seu País. Do seu Continente. Do mundo. Os problemas do seu trabalho. Os problemas da própria democracia. (Freire, 1967, p. 96).

Segundo Freire (1967) a educação é um ato de amor e por este motivo precisamos defendê-la com coragem, preservando práticas de debate e diálogo que vão de encontro com a realidade vivenciada. A escola por muito tempo se mostrou rigorosa e incisiva com sua metodologia e sistema de ensino. E quando falamos dessa solidificação da forma de ensinar e das vivências escolares surge uma indagação pertinente. Como vamos defender uma escola democrática e participativa, sendo que nossas raízes são de uma educação que impõem e reprime?

Ditamos ideias. Não trocamos ideias. Discursamos aulas. Não debatemos ou discutimos temas. Trabalhamos sobre o educando. Não trabalhamos com ele. Impomos-lhe uma ordem a que ele não adere, mas se acomoda. Não-lhe propiciamos meios para o pensar autêntico, porque recebendo as fórmulas que lhe damos, simplesmente as guarda. Não as incorpora porque a incorporação é o resultado de busca de algo que exige, de quem o tenta, esforço de recriação e de procura. Exige reinvenção. (FREIRE, 1967, p. 97).

A educação para paz vai de encontro com esta preocupação, dando voz a nossas próximas gerações, uma voz crítica, científica e inclusiva. Confirmando o que Tuvilla Rayo (2006) defende, a educação para paz não é uma moda passageira ou então um modelo de escola

reprodutora, mas deve responder a pensamentos holísticos, críticos e ecológicos. Sendo formadora de pessoas e de uma sociedade participativa no processo de emancipação cuja o diálogo é a chave central para alternativas criativas e eficientes aos problemas reais enfrentados.

Assim também coloca Jares (2002) da necessidade em se regenerar a vida democrática através da Cultura de Paz e em particular a Educação para Paz, isto somente será possível através da democratização do conhecimento, possibilitando a sociedade em geral acessibilidade a cultura. “Em suma, paz, desenvolvimento, direitos humanos e democracia são conceitos interdependentes que se requerem mutuamente. O que, logicamente, deve ter sua aplicação concreta no plano pedagógico”. (JARES, 2002).

A organização dos documentos orientadores traz estrutura e fortificam as metas e objetivos a serem conquistados pela escola, sustentando as propostas pedagógicas. Ao compreendermos que a educação brasileira sofreu várias modificações em seu sistema de ensino por conta dos diferenciados contextos. Ainda hoje, muito se tem a progredir em relação a rigidez de seus currículos e formatos. O ensino tradicional ainda se faz bastante presente, muitos profissionais da educação encaram essa estrutura escolar rígida como um desafio a ser superado, para que a haja efetiva transdisciplinaridade desejada para a construção de uma educação para paz real. Participante 4. Quando nós temos os dias letivos, as horas a trabalhar os conteúdos, eu vejo que pela rigidez da educação, essa lei vai fazer com que as coisas aconteçam.

Através de toda burocratização da educação e do tradicionalismo nas práticas pedagógicas de ensino podemos notar a importância em flexibilizar a educação, para que a mesma abra frestas por onde a educação de forma interdisciplinar consiga não apenas em dias específicos, como menciona Salles Filho (2019) “dia da árvore”, “dia do meio ambiente”, “dia da consciência negra”, não trabalhar a educação para paz apenas nessas datas, mas sim tornar habitual, rotina tanto de aulas de matemática, como português, história, geografia e outras. Na fala da entrevista 7 a mesma exemplificou ser possível o desenvolvimento da interdisciplinaridade, através da abordagem da educação para paz em disciplinas mais específicas como matemática e ciências.

Participante 4. [...] matemática mesmo tem condições de fazer isso, dependendo da situação trazendo uma situação problema ao que a gente tem, o ensino religioso esse ano é obrigatório o ensino religioso. Lógico os alunos podem pedir dispensa, mas ele é trabalhado na forma de valores, trabalhar mais nesse formato.

Participante 6. Dá sim, com certeza, agora, em matemática fica difícil né (risos), mais fácil na questão da ciência, que a gente pode estar trabalhando com as questões da natureza, meio ambiente, preservação, sustentabilidade, geografia, português [...].

Participante 3. Eu acho que sim, principalmente nessa época de pandemia é o que mais eu tento fazer sabe, estar colocando esses assuntos, assuntos transversais que a gente chamava antigamente dentro das disciplinas [...].

Foi notório que as participantes sabiam da importância em se abordar esses temas em sala, no entanto muitas delas ainda não sabiam como abordar essas questões com clareza, que meios utilizar, ou quais práticas fazer. Isso diz respeito a formação desses profissionais e como está sendo a formação continuada dos mesmos. A graduação proporciona conhecimento suficiente relacionado a educação para paz, preparando estes profissionais para a prática real do cotidiano escolar? Após sua formação, já no momento de atuação no campo, a formação continuada traz questões que abordem a cultura de paz?

Participante 8. Eu me considero preparada para abordar o tema sabe, enquanto coordenadora e enquanto na coordenação e também quando estava na sala de aula, é sempre para o desenvolvimento dos alunos. Respeitando a individualidade e característica de cada aluno, como um ser único e especial, as próprias características deles.

Participante 5. Eu quanto professora teria mais dificuldade em trabalhar esse assunto, mas é uma coisa que é pesquisável, é trabalhável, se correr atrás da pra aplicar.

Participante 2. Então e acho que assim não contempla toda essa necessidade, percebendo essa carência, mas acredito que nossa formação como docentes ela se efetiva no cotidiano escolar, então há necessidade de a gente estar sempre trabalhando com a formação do professor, do comportamento do professor e poder estar sempre auxiliando nas situações que vão surgindo também.

Ortega e Del Rey (2002) falam de como os docentes trabalham com situações deveras complexas e que precisam ser enfrentadas, tarefas difíceis e que muitas vezes não foram preparados durante sua formação universitária. Em nosso país temos os Centros de Professores (CEP) ou podem ser chamados também de Centro de Professores e Recursos. Os CEPs são responsáveis pela organização e manutenção de cursos e seminários. Segundo Ortega e Del Rey (2002) a motivação dos profissionais também é um ponto importante a ser estudado, para isso, a formação continuada de nossos docentes é tão importante no sentido de manter os professores atualizados e pertencentes dos problemas reais enfrentados pela educação, tornando assim, suas práticas pedagógicas mais elaboradas e pertinentes ao contexto vivenciado. “O grupo de professores é um coletivo que sabe muito sobre a prática educacional e, quando demanda ferramentas para solucionar dificuldades, é porque não encontra, por perto, outros recursos. (ORTEGA; DEL REY, 2002, p. 72).

7.2 CATEGORIA VIOLÊNCIA ESCOLAR

Como visto no item 2.1 Colonialismo e Naturalização da Violência, percebemos que o Brasil foi construído através de bases sólidas de violência. Para entendermos a violência a

qual ocorre nas escolas, se faz necessário trazer essa construção histórica de uma cultura de violência, a qual marginalizou e sacrificou muitas vidas ao decorrer dos séculos. Com base em todo esse assolho autoritário e da violência instaurada, a concepção de violência em nossos dias atuais torna-se importante levar em consideração fatos importantes como a escravidão, a colonização indígena, ditadura militar, corrupção, desigualdade social, a intolerância e tantos outros fatores decisivos para nossa atual sociedade. A concepção de violência para nossas participantes foram as seguintes:

Participante 1. A física e a moral.

Participante 2. É toda ação com o objetivo em prejudicar alguém é uma ação de violência.

Participante 3. Se toda vez que existe agressividade, que tenha um ato violento de intimidação tanto moral quanto psicológico, até mesmo as agressões físicas e verbais, eu acho que inclui violência

Participante 4. É tudo aquilo que me faz mal e se faz mal para mim faz mal para o outro.

Participante 5. Seria uma relação onde alguém é prejudicado, quando tem os direitos prejudicados, quando tem sua opinião não respeitada. Tem vários tipos de violência, então é quando alguém sai ferido daquela relação.

Participante 6. Atitudes que prejudiquem o próximo, eu acho que qualquer atitude que vai prejudicar, fazer mal, ou machucar tanto como psicologicamente como fisicamente é violência.

Participante 7. Qualquer forma de agressão, não precisa ser física, mas verbal que é muito pior, às vezes alguém te deixa no chão com duas palavras.

Participante 8. [...] é usar da agressividade intencionalmente, eu tenho a intenção em agredir alguém, seja uma agressão física ou agressão verbal. Então a violência seria usar da agressividade intencionalmente em uma pessoa.

Participante 9. Violência eu acho que é que agrida ou ofenda qualquer pessoa, a partir do momento em que a pessoa se sente agredida, se sente mal, com certas atitudes de outra pessoa com ela.

Notamos que as entrevistadas reforçam a ideia de que a violência não seria apenas a agressão, trazem a violência moral, verbal e psicológica também em seus discursos e isso é muito importante para o ambiente escolar, visto que, a escola é um ambiente onde encontra-se diversas formas e manifestações de violência. Firmando o que CIIIP (2009) nos diz sobre as violências visíveis e invisíveis, sendo que as violências invisíveis são problemas ainda maiores já que como não são notadas facilmente acabam passando por despercebidas, ou então não são entendidas e consideradas violências, podemos citar as desigualdades sociais, a fome e miséria, a falha no assistencialismo a milhares de famílias, estrutura preconceituosa e racial herdada de nosso passado, enfim são várias as violências presentes em nossas vivências, compreendê-las é essencial na caminhada educacional.

Sendo assim, Jares (2002) defende a não violência como forma de superar nosso passado sombrio carregado de injustiças. A não violência seria uma ferramenta a qual possui como objetivo lutar contra as injustiças, a fim de utilizar o diálogo e a compreensão do

conhecimento, sem que essa luta venha a prejudicar, lesar ou danificar essa pessoa que defende a injustiça. Segundo Tigre (2009) os problemas enfrentados nas escolas tomam proporções ainda maiores, quando percebemos que os valores são modificados e as estruturas de interesses já não são as mesmas.

O individualismo, os interesses pessoais e os lucros dão o tom do neoliberalismo. Os diferentes cidadãos são colocados em pé de igualdade. A ideia do mérito do empenho e da competência no trabalho – que são postos como determinantes do sucesso individual – permeia a sociedade e principalmente a escola e os valores educacionais. O sucesso está ligado ao dinheiro, ao lucro e aos bens de consumo. (TIGRE, 2009, p. 34).

Uma das entrevistadas aponta ainda para a ideia da violência feita não apenas do aluno para com o professor, mas também da violência do professor para com o aluno.

Participante 1. [...] quase sempre a pessoa é dispensada ainda que tenha concurso tudo, mas isso é intolerável, só que tem um detalhe você também faz violência, não faz a violência física, mas você faz a violência moral.

A participante 4, traz que várias são as violências que ocorrem nas escolas e que muitas são descobertas nas escolas também “A violência verbal, a violência psicológica, infelizmente a violência sexual que é uma realidade”. Na fala da entrevistada 1, também notamos a abordagem da família como fator importante na reflexão sobre violência. “Os casos de violência que a gente tem muitas vezes é da família e a gente também cuida se uma criança sofre qualquer tipo de violência, se a gente percebe denuncia”.

Para nossas participantes as maiores dificuldades e desafios que as escolas enfrentam hoje seriam:

Participante 1. [...] para nós um dos grandes problemas são professores e formação de professores.

Participante 2. Então eu penso que hoje despertar o interesse, ou manter o interesse da criança é o grande desafio, acho que pra todas as escolas.

Participante 3. Excesso de informação, mas a informação incorreta, às vezes a gente, os alunos, os professores, toda equipe sabe que tem os direitos e os deveres, mas acabam utilizando essas informações de maneira incorreta na educação em geral.

Participante 4. A aplicabilidade disso é saímos do conteudismo, a alternativa para trabalhar com qualidade seria ainda a interdisciplinaridade.

Participante 5. Não ter profissionais capacitados para trabalhar com as habilidades emocionais com as crianças, eu não sei se as coisas emocionais não seriam mais importantes hoje, porque a parte acadêmica é importante, porém, a criança que vê, pai esfaqueando a mãe, que vê um monte de outras coisas, a porcentagem de criança que vê esse tipo de coisa é muito grande.

Participante 6. eu acho que é a falta da lei especificando melhor no currículo da escola.

Participante 7. Eu acho que essa questão de princípio e educação de casa, hoje em dia as crianças têm muitos direitos, não que não tivessem antes, mas o respeito era maior,

respeito pelo professor, respeito pelo colega, respeito pelo meio ambiente, respeito por tudo, hoje eles não estão trazendo essa bagagem.

Participante 8. Eu acredito que seja a ausência dos pais na participação escolar de seus filhos, tem essa negligência de não acompanhar [...].

Participante 9. [...] é a família em conjunto com a escola em prol daquela criança, daquele aluno, faz muita diferença.

O que podemos perceber através das falas das participantes, diferentes perspectivas sobre os desafios enfrentados pela escola contemporânea, são eles: formação de professores; conteudismo; educação familiar. Como já falado anteriormente a formação de professores é de incontestável relevância, para que os profissionais possam se manter atualizados, pois como bem sabemos, nosso contexto social é volátil e se transforma a todo momento, novos valores são construídos, novas reflexões são feitas, novas tecnologias, novas convivências, tornando-se tudo novo a todo instante.

Essa continuidade na formação dos professores, possibilita maior qualificação e aproximação da realidade vivida. Fazendo com que a escola se desprenda dos antigos e tradicionais métodos segregacionistas e excludentes, dando abertura a novas propostas, novas metodologias, contribuindo para que a interdisciplinaridade se efetue com precisão em todas as instituições de ensino, desprendendo-se do conteudismo citado pela participante 4, sabemos o quanto difícil é conseguirmos inserir questões como educação para paz em disciplinas como matemática e ciências por exemplo, pois, foge daquilo que foi estabelecido tradicionalmente na formação dos professores.

Promover a formação de professores e alunos mediadores de conflitos e posteriormente envolver educandos e comunidade escolar nessa ação para que se tenha uma melhora nas relações de convivência onde o respeito à pessoa, à amizade, à consideração pelo outro seja uma prática natural no dia-a-dia da escola. (ROLAN, HAMMES e HAMMES, 2019, p. 10).

Desvencilhar-se das amarras da burocracia escolar, dias letivos, provas, notas, conteúdos, é necessário para dar espaço a novas reflexões trazidas pela educação para paz. É claro ressaltamos a importância do conteúdo e de todo sistema organizacional das escolas, mantendo a flexibilidade e equilíbrio.

O fator família foi um componente muito citado nas entrevistas.

Participante 1. [...] a gente reconhece que a escola tem um ponto muito positivo, que muitas vezes a violência que acontece na família quem descobre é a escola.

Participante 4. [...] é o público prioritário para você trabalhar, porque na verdade o que nós vemos as pessoas acabam vivendo em ciclos, elas reproduzem modos de vida por não terem outros modelos e alguém tem que auxiliar a romper.

Participante 7. Então na verdade é um problema estrutural da família. [...] a maioria das vezes essas agressões, essas situações das crianças, não é somente pelo fator escolar, vem de fora pra dentro.

A participação dos pais na educação da criança é um fator essencial e definidor na educação do ser humano. A família tem a responsabilidade em partes com a educação, pois está presente nas fases definidoras no desenvolvimento do indivíduo. Podemos dividir a educação em formal e informal, formal a exercida dentro das escolas e a informal exercida fora das escolas, nas famílias.

A influência com que a família exerce na criança reflete diretamente em suas vivências e convivências dentro da escola. Podemos observar um conflito constante entre escola e família, de um lado temos a angustia da escola e professores onde reclamam sobre a ausência da família, da falta de limite e ensino de valores essenciais para a convivência em sociedade. De outro lado temos a família reclamando da cobrança da escola, da violência no meio escolar e da organização da mesma.

Claramente podemos notar a ausência de um fator essencial para o funcionamento das relações escolares e familiares, o diálogo. Como mencionado na teoria deste estudo temos como prática pedagógica as cinco pedagogias da paz e através da pedagogia dos valores humanos, percebemos a dimensão de sua importância para o convívio escolar e social. Torna-se importante nesse contexto aceitar que os conflitos, as mudanças e transformações escolares precisam ocorrer, sendo necessário para as relações humanas e para o desenvolvimento humano.

[...] supondo uma possível pedagogia dos valores humanos no cotidiano educacional, que vá ao encontro de aspectos críticos que superem a visão parcial dos valores como uma dimensão pronta e aplicável na escola, como um produto, ou um remédio em seus momentos difíceis. (SALLES FILHO, 2019, p. 245).

Quando adentramos no fator violência, as entrevistadas elegeram as manifestações mais perigosas para a vivência dos indivíduos. Foram citadas as violências emocionais, violência física, sexual, psicológica e bullying.

Participante 1. Mas eu acho assim a violência emocional sabe aquela violência assim que não tem marcas externas, mas que marca quando era criança, xingamento, desprezo, de tudo isso eu acho que ela é a pior de todas, porque ela tem marcas da sua personalidade que você carrega pro resto da vida [...].

Participante 2. A violência física ela, machuca, ela agride, ela marca, mas, dentro da violência sexual parece que une todas, une psicologia, une física, une várias. No meu ponto de vista o que assusta muito é a violência sexual hoje nas crianças.

Participante 3. Todas são, mas eu acho que a psicológica, por ela ser mais sutil a criança não expor tanto esse tipo de violência.

Participante 4. Além da violência física, a violência sexual e psicológica. Todos nós temos resquícios de violências psicológicas, alguns muito mais.

Participante 5. Mais verbal e depois física, eu acho que a violência verbal é muito perigosa para as crianças, para o desenvolvimento deles, porque é através disso que forma trauma, eu acho que minam a autoconfiança, minam o poder de desenvolvimento do outro.

Participante 6. [...] a escola eu acho que a violência verbal, os alunos geralmente tem costume de estar xingando, fazendo apelidos, se provocando e isso acaba partindo para agressão física.

Participante 7. Infelizmente essa questão do bullying, né? Que antes era “Ah tão brincando”, mas que é uma brincadeira ofensiva sim e a questão dos isolamentos são esses dois fatores principais.

Participante 8. [...] acredito que todas elas sejam perigosas, porque um apelido um bullying por exemplo, ele pode gerar traumas psicológicos e até mesmo a morte, como qualquer outra violência.

Participante 9. [...] a discriminação e o preconceito, mesmo pequenininhos, eles acabam trazendo as vezes certas bagagens, ou as vezes falam coisas que ainda não tem consciência.

A violência física é considerada como violência direta e visível. Segundo CIIP (2002, p. 26) “a violência direta, em especial a guerra, tem sido a mais visível e, por isso, a primeira a ser identificada”, dessa forma, a agressão física torna-se mais visível aos olhos dos professores, podendo ser mediadas mais rapidamente. No entanto, as violências emocionais, psicológicas e o bullying são violências silenciosas consideradas como violências invisíveis, conceituada como:

É o tipo de violência exercido por um sujeito reconhecido (individual ou coletivo), caracterizado pela utilização da diferença para inferiorizar e da assimilação para desconhecer a identidade do outro. Ela se integra por meio dos mecanismos de discriminação, inclusive o preconceito contra indivíduos ou grupos. Nela estão inseridas as violências originadas nas diferenças de gênero na discriminação a grupos étnicos e, numa concepção teórica que reconhece a natureza como sujeito e não como objeto, incluem-se também as ações contra o meio ambiente. (CIIP, 2002, p. 34).

Pode-se perceber que a violência cultural descreve o fenômeno bullying tão comum no ambiente escolar. Através da fala da entrevistada 4, onde diz sobre a banalização do bullying “Ah tão brincando” percebemos tamanha negligência em relação a essa manifestação de violência, pois, através de estudos sabemos o quão violento e perigoso o bullying é na vida de um ser humano. Essa manifestação de violência age de forma sutil, invisível, através de comportamentos e ações cruéis, intimidando a vítima e com um alto poder destrutivo.

Diferentemente da agressão física o bullying se torna mais difícil de ser percebido, pois, possui diversas formas de se manifestar. Segundo Pereira (2009, p. 33) “As agressões do bullying são consideradas gratuitas porque a pessoa vitimada, geralmente, não cometeu nenhum

ato que motivasse as agressões”. A duração dessas manifestações compromete severamente o desenvolvimento da criança, tanto a curto como a longo prazo.

Algumas das participantes não falaram especificamente sobre o bullying, no entanto, falaram sobre violências que podem ser conceituadas como bullying, como a violência psicológica, assim como fala a participante 6. “[...] os alunos geralmente tem costume de estar xingando, fazendo apelidos, se provocando [...]”.

Segundo Pereira (2009) o bullying ocorre longe dos olhos de professores, adultos ou equipe gestora, os lugares mais utilizados para determinadas práticas são pátios, refeitórios, entrada e saída da escola, corredores, intervalos de aulas e aulas de educação física onde os alunos saem das salas e vão até a quadra ou lugar de prática. Com isso, é de suma importância que os professores e toda equipe escolar esteja atenta aos atos e comportamentos dos alunos, principalmente nesses momentos.

O bullying tem a principal característica de ser uma manifestação desigual de poder, na qual a vítima não consegue se defender com facilidade, nem tampouco buscar ajuda, porque em alguns casos ou ela tem medo de represálias ou, às vezes o adulto não dá a devida atenção para o problema relatado pela criança, deixando-a exposta ainda mais ao agressor. (PEREIRA, 2009, p. 43).

Como dito anteriormente, alguns espaços da escola são menos fiscalizados pela equipe escolar, por isto, é importante uma supervisão contínua de todos os cantos da escola. Uma sugestão para escolas com muitos alunos e de grande porte em relação a estrutura, são os grêmios estudantis. Os grêmios estudantis tem por objetivo “Representar os interesses dos colegas, podendo promover atividades sociais e culturais”. (Baruffi, 2017, p. 180). Pensando nisso, uma das sugestões para o controle de manifestações de violência nas escolas, é a coordenação de uma equipe de alunos específica para a fiscalização do comportamento dos estudantes em geral. Conseguindo assim, fazer com que os alunos se percebam como cidadãos de direitos e deveres e pertencentes a escola, como a peça fundamental para a vivência e convivência, tornando-os cidadãos autônomos e participativos nas questões sociais.

Observamos que o conhecimento é citado por todas as entrevistadas como resposta a preparação dos professores. Concorde-se que o conhecimento é a base para uma educação de qualidade, porém, quando tratamos de violência precisamos mais do que conhecimento, precisamos de práticas pedagógicas eficientes nas mediações de conflito, professores que saibam mediar e entendam a importância do diálogo. Quando se indagou as entrevistadas sobre o que se entende por conflitos, as mesmas responderam:

Participante 1. [...] o conflito nem sempre é ruim, o conflito é bom. É bom que a minha posição conflita com a outra, a outra tem também a posição de olhar meu lado e eu também tenho nessa relação, eu e tu, sabe a gente constrói um novo jeito de entender aquela coisa. Então a forma melhor metodológica para os professores trabalharem isso seriam questões desafiantes, crianças em grupo, tentando pôr as suas posições e chegar em consenso.

Participante 2. Eu acho que a questão do conflito ele é benéfico ele é necessário até pra que a gente possa conhecer diferentes pontos de vista e entender que o meu nem sempre é correto, ele se torna maléfico quando eu não sei lidar com essa diferença, quando eu perco o controle, quando eu quero impor a minha vontade sem ouvir e sem respeitar o outro.

Participante 3. eu vejo o conflito sempre como algo positivo, porque sempre tira um ensinamento, e quando existe um diálogo dentro de um conflito, a pessoa pode expor suas ideias, expor seu ponto de vista, discutir, qual seria o ponto de vista ou a ideia, o que seria melhor para aquele momento, mas quando há o diálogo ele é positivo, quando não há ele só vem contribuindo negativamente

Participante 4. O conflito é inerente do ser humano, a forma com a qual ele é trabalhado é que faz a diferença. Todos somos diferentes. Então é mediar esses conflitos e utilizar para o crescimento e evolução.

Participante 5. Tem conflito que se você souber aproveitar é válido, porque você pode pegar aquilo para teu crescimento, ou usar aquilo para abordar certos assuntos.

Participante 6. Eu acho que o conflito ele é bom, porque a cada conflito você desenvolve alguma coisa no teu interior, então eu acho que o conflito faz parte.

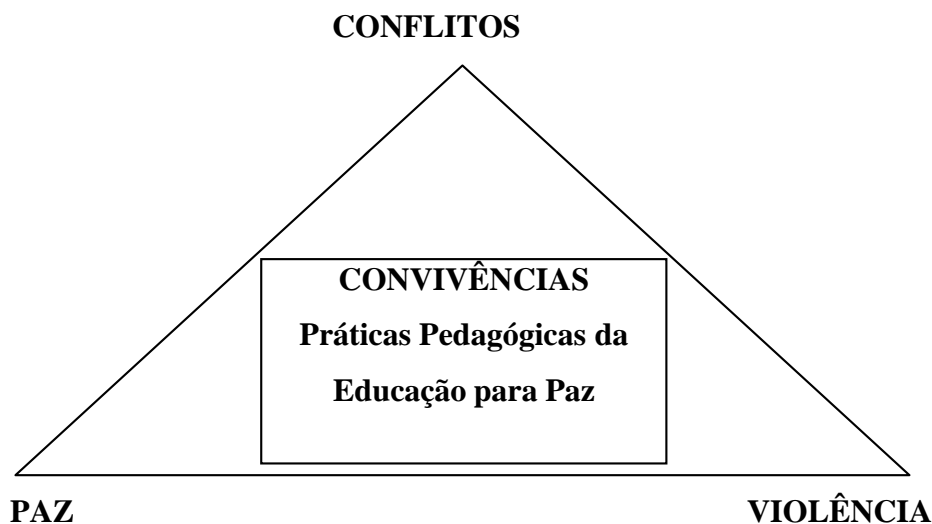
Participante 7. Então fica muito aberto, a questão de conflito, que tipo de conflito? Por isso que tem que tomar muito cuidado. O que está acontecendo aqui na sala de aula, até perceber o perfil das crianças, cada um, cada ser humano é único, então pode ser que para um funcione como um conflito sendo um desafio, pode ser que para outro seja uma decadência, né?

Participante 8. pode ser um conflito bom quando ele proporciona união e até mostra que algo precisa ser melhorado, ele seria um conflito bom, mas quando esse conflito gera a violência aí não, aí ele traz malefícios.

Participante 9. Depende da situação, como eu tenho uma turminha de quarto ano, eu uso as situações de conflito com eles para melhorar a dinâmica na sala com relação ao conteúdo novo, eu vou trabalhar algum conteúdo novo, alguma coisa, eu faço um jogo eu separo em equipes.

Podemos notar uma forte ligação entre conflitos, paz, violência e convivências, tríade apontada por Salles Filho (2016, p. 192). A figura 4, apresenta a Tríade da Educação para Paz.

Figura 4: Tríade da Educação para Paz.



Fonte: SALLES FILHO, Nei Alberto. **Cultura de paz e educação para paz: olhares a partir da teoria da complexidade de Edgar Morin**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. p. 357. 2016.

Os “conflitos” no topo da tríade, traz a ideia de que são inerentes enecessárias as relações humanas. Nos extremos da pirâmide temos a paz e a violência, antagônicos, mas indissociáveis dependentes e determinados pelos conflitos. Os conflitos ligados a “paz”, são mediados de forma positiva através do diálogo, já os conflitos relacionados a “violência”, são os conflitos sem mediação, resolvidos através de situações agressivas resultando em diversas manifestações violentas.

Dentro da tríade temos as “convivências”, segundo Salles Filho (2016) caracterizadas como a forma de entender e superar os conflitos, através das “práticas pedagógicas da educação para paz” juntamente as vivências e convivências buscam entender os processos de conflito para então resolvê-los e superá-los de forma afetiva e positiva. Podemos observar essa tríade algumas entrevistadas falaram sobre a relação da mediação de conflitos, as palavras chaves foram: ouvir, debater, comunicação, diálogo e afetividade.

Participante 1. [...] as crianças possam se posicionar, defender suas ideias, outro ouvir, outro debater “Eu não concordo por isso eu não concordo por aquilo” você tá criando lideranças.

Participante 3. Sempre tento mediar através do diálogo e tentando assim ao máximo não pôr o ponto de vista. Porque sempre quando existe uma discussão no caso um conflito ou uma situação de violência a gente tenta pôr o nosso ponto de vista né, mas sempre então tento me manter neutra na situação e vendo o que é melhor naquela situação.

Participante 4. A comunicação, o teu repertório, o repertório para o aluno. Você falar sobre as diferenças, você falar sobre a constituição de cada sujeito, você trabalhar leitura de realidade você trabalhar o autoconhecimento

Participante 6. A gente busca o diálogo, sempre o diálogo com a conversa eu acho que é a melhor forma em trabalhar o conflito, fazer o aluno compreender a situação, para que ele possa, quando acontecer de novo, ele tenha mais experiência.

Participante 7. Diálogo, ainda volto nisso e a questão da afetividade. Se a gente tiver um pouquinho mais de afetividade, até para conversar.

Nota-se que o diálogo é a peça chave na fala das participantes, sendo de real importância para a mediação do conflito. Desta forma, diálogo pode ser entendido como “uma ação dupla de ir e vir, só fará sentido se o indivíduo falar e também ouvir, e na educação isso deverá ocorrer como um desejo de manter a comunicação como forma de aprendizagem”. (MATOS, 2017, p. 121).

Segundo Ortega e Del Rei (2002) o conflito pode partir de diferentes vertentes, algumas delas são a desmotivação, indisciplina e a desestrutura familiar.

[...] não é nem o déficit de organização nem os problemas de violência, mas a ausência de vias razoavelmente bem desenhadas para que as pessoas, alunos e professores, resolvam de forma pacífica, dialogada e democrática, seus conflitos. (ORTEGA; DEL REY, 2002, p. 55).

Nesse mesmo viés, Schilling (2017) relata que ao entrevistar um aluno em sua pesquisa, o mesmo disse que uma escola mais justa “seria uma escola onde se ouvissem as diferentes versões dos acontecimentos, onde a palavra dos professores e dos estudantes tivessem o mesmo peso, onde se pudesse expor o pensamento e ideias, dizer o que se pensa”. (SCHILLING, 2017, p. 116).

Entendemos a essencialidade em superar os conflitos e para que isso ocorra a realização de práticas educativas e dialogadas é um bom caminho a seguir. Segundo Rolan, Hammes e Hammes (2019) para que haja harmonia entre as pessoas em suas vivências se faz necessário a conversa, um entendimento, ajuda mútua ao próximo, uma parceria, sempre transcendendo amor. O diálogo sendo rotineiro e desenvolvido no contexto escolar embasado no respeito e justiça, esgotando todas as possibilidades em desenvolver práticas dialogadas através de vivências de atos de amor e sem utilizar a força para alcançar metas e objetivos.

7.3 CATEGORIA EDUCAÇÃO PARA PAZ

A partir do momento em que a educação para paz passar a ser vista como essencial na formação do ser humano e que é a partir da escola que conseguiremos alcançar esse objetivo, a educação passará a não apenas dar conta dos conhecimentos científicos necessários para a formação, mas também, dará conta da preparação de seres humanos para a convivência em sociedade. Construindo consciência por ações em relação ao planeta, problemas mundiais, regionais e na própria família. Essa consciência visa desenvolver uma convivência mais crítica, cooperativa e com maior compaixão. Algumas das participantes disseram que os meios mais fáceis em se trabalhar educação para paz na escola são os projetos e as práticas diárias.

Participante 2. Puxa precisamos trabalhar para fazer essa busca pela construção da cultura de paz da nossa escola, a gente precisa trabalhar ainda as diferentes manifestações religiosas, então vamos conversar sobre isso, vamos pesquisar sobre isso, precisamos trabalhar esses valores, vamos trabalhar com uma contação de história, vamos trazer de repente uma oportunidade de um teatro uma palestra, de repente os próprios direitos humanos, trazer um profissional que tenha o conhecimento legal sobre o tema para que possa fazer uma palestra para os pais e famílias.

Pesquisadora 3. [...] até um tempo a gente não tinha aula de formação humana e ensino religioso, agora na nossa rede municipal já tem a aula de formação humana e ensino religioso, mas a gente sempre tenta estar inserindo em todos os conteúdos e disciplinas esse assunto.

Participante 5. [...] com certeza através dos projetos, porque é aonde a gente consegue pegar outros temas, mas se bem que pode ser também na prática com as crianças, onde também é possível colocar algumas atitudes, algumas coisas.

Participante 6: Bom primeiro acho que a partir da prática, das situações durante o ano na escola a gente passa por diversas situações, então eu acho que primeiro é você aproveitar o gancho ali das situações que acontecem do dia a dia e trabalhar, tentar inserir. Por segundo é através de projetos, porque na escola o currículo é mais voltado para a parte conteudista.

Participante 8. [...] a gente trabalha muito com projetos, a conscientização de sempre semear o bem não importa a quem, embora a cultura de paz ela é muito mais abrangente, como nós conversamos que engloba a sociedade no geral, vai além dos muros escolares, mas ela faz parte da sociedade e da família.

Participante 9. Nós procuramos sempre desenvolver algum projetinho. Por exemplo a semana da Consciência Negra quando nós trabalhamos com eles sempre todas as turmas fazem, desenvolvem.

Quando a escola se compromete em seguir uma trajetória voltada a Educação para Paz, Jares (2002) nos revela quatro ondas sólidas de reflexão. A primeira onda ocorreu através da Escola Nova, no século XX, sendo representada pelo método Montessori. A segunda onda veio após a Segunda Guerra Mundial (1950), um dos marcos dessa segunda onda foi a efetivação da ONU e da UNESCO, envolvendo temáticas importantes como respeito, meio ambiente e paz. A terceira onda ficou marcada pela não-violência ativa, ou seja, pela solução de conflitos de forma dialogada e pacífica. A quarta e última onda, ficou conhecida como Pesquisas para a Paz em 1957, tendo origem nos Estados Unidos, desenvolvendo suas práticas por toda a Europa. Essa última onda foi um grande avanço para os estudos e também para o avanço de práticas de Educação para Paz, configurando a escola como a facilitadora para as ações, essas ações como disseram as entrevistadas podem ocorrer por projetos, no entanto são através das práticas diárias que a Educação para Paz irá se concretizar.

Nossas participantes nos disseram que os meios para maior implementação da Educação para Paz são: Formação de professores, divulgação, projetos, cuidado e mediação.

Participante 1. Só tem jeito da gente implementar isso, é com formação que isso seja dialogado, questionado discutido agora na elaboração do projeto político-pedagógico, como é que vai ser a linha da escola nessa relação tem que dialogar. Só tem que ser através disso, não tem jeito, não existe receita pronta assim, a receita é mudar as pessoas nessa concepção

Participante 2. A gente pode trabalhar na motivação dos professores para a temática, na busca também da formação como recurso para o professor, porque o professor precisa ter recursos para essas ações mais específicas em sala, a gente pode trabalhar também em busca de parcerias, tanto com as famílias, como com a comunidade externa como um todo, promover palestras com profissionais específicos dentro tantos temas que são necessários para a construção de conhecimento das crianças.

Participante 3. A seria divulgar mesmo, no caso através do trabalho, que nem quando teve formação a gente ir para a escola, apesar que é difícil, é um trabalho que assim, vai ser quase que eterno, mas assim chamar atenção para essa disciplina porque sempre como falei pra você é deixado de lado, no caso a grade ali de formação humana e ensino religioso está menor no currículo.

Participante 4. Eu penso que é importante uma reorganização a partir da Base, porque aí você sai do legal para o dia a dia, através da implementação da Base conduzir a educação para paz, talvez iniciando com projetos, mas tendo um olhar mais incisivo para interdisciplinaridade mesmo!

Participante 5. Divulgação do que é feito, as vezes a gente não divulga tanto o que é feito na escola por n motivos, mas quando você divulga ou vê outra escola fazendo, te incentiva a fazer também.

Participante 6. Se for nas escolas é trabalhar com projetos, que o projeto ele te dá uma oportunidade de pegar temas diferentes e trabalhar outras atividades mais aprofundadas. Nas minhas aulas seriam as dinâmicas atividades escritas e trabalhos em grupos, atividades com os pais também, porque precisamos conscientizar primeiro a família em casa.

Participante 7. O ideal, se a gente conseguir mobilizar de repente a assistência para a gente trabalhar com psicólogos, profissionais que podem dar base para esse cuidado, mas com as famílias, eu acredito que o ponto chave não é a criança na escola isolada.

Participante 8. eu acredito que se todos os professores fossem mediadores, porque infelizmente ainda falta da parte dos professores, eu acredito que a mediação ela é muito importante, se os professores soubessem ouvir mais seus alunos, dar mais atenção pra eles, não focar apenas naquele planejamento anual que você tem que cumprir durante os quatro bimestres.

Participante 9. Eu acredito que continuar esse trabalho, porque ele já existe ele está sendo feito, eu acho que dar continuidade a esses projetos, quando surge essas novas ideias para tentar fazer acontecer.

Muitas das entrevistadas citaram em suas falas a palavra “professor”, sendo ele a peça fundamental para o desenvolvimento das práticas relacionadas a Educação para Paz. O que muitas relataram foi a necessidade de formação para que os profissionais consigam abordar os temas solicitados com clareza e tranquilidade. Essa consciência dos profissionais da educação em compreender a necessidade em aprender sobre para ensinar é muito importante para a prática efetiva da educação para paz. Assim como Freire (1967) dizia o educador tem sua fonte de reflexão através da consciência do mundo em que o criou, o que o torna único e pertencente a uma educação voltada a realidade de sua história.

No início deste trabalho, logo no capítulo 2. “Violência e Sociedade”, abordamos nossa história, contando sobre como nosso passado envolveu disputas, conflitos, guerras e violência tudo para o desenvolvimento de nossa sociedade, nossa história nos permite compreender as diversas manifestações de poder, passadas de gerações a gerações, cultivamos uma cultura de violência desde nossa colonização.

Hoje podemos observar os resquícios das crueldades em que nosso passado foi submetido, ao pensarmos que nosso país foi um país escravocrata a apenas 133 anos, compreendemos o porquê de o racismo ser ainda tão forte em nossa atual conjuntura. Enfim, fomos um país escravocrata, autoritário, corrupto, desigual e intolerante, no entanto com riquíssima fauna e flora, uma natureza esplendorosa, com matas e florestas, um país rico de belas paisagens, mas pobre de essência, de amor ao próximo, de preservação, de sustentabilidade. Somos um país que clama por ajuda e intervenção por uma Cultura de Paz, buscamos

desesperadamente por ajuda para milhares de pessoas que ainda passam fome, problema que ocorre desde sua origem e que até hoje ainda não foi solucionado. Qual a solução para um país enfermo, o qual precisa se reconstruir?

A Cultura de Paz, vem a desconstruir e enterrar essa cultura de violência a qual se enraizou em nossa sociedade, assim como Salles Filho (2019) diz, somos capazes em perpetuar uma cultura de violência, desta forma, somos capazes de construir uma Cultura de Paz também. Ao perguntarmos a nossas participantes sobre o que precisa para construirmos um mundo mais justo, voltado a construção de uma Cultura de paz, a maioria afirmou que hoje se torna imprescindível a empatia.

Participante 1. A minha sugestão é que as pessoas tivessem consciência daqueles que elas vão eleger para dirigir o mundo, começando pela sua cidade. [...]a gente precisava ter pessoas, mais conscientes fazendo a gestão de um país de uma cidade de um estado.

Participante 2. Educação e empatia são duas palavras que pra mim resumem a necessidade hoje, mas a educação ainda é assim a grande porta de entrada, o grande leque da busca pela transformação, na busca por melhores expansões, na busca por garantias de direitos, pelo cumprimento dos deveres, a conscientização do cumprimento dos deveres, que se torna assim pontual.

Participante 3. Eu acho que o respeito ao próximo, se colocar ao lugar do outro, tudo que você for fazer que envolva o outro, a natureza, você tem que se colocar no lugar, ter empatia, sempre estar pensando nas consequências daquilo pra mim, mas também para a outra pessoa. Porque eu não vou querer desejar para o outro o que eu não desejaria pra mim.

Participante 4. A partir da comunicação a tua convivência já melhora, a empatia é fundamental você precisa de um mundo mais empático para se colocar no lugar do outro. [...]. É exercer sua cidadania de verdade não só quando te convém, é você acreditar em políticas públicas. [...]Não é o mundo perfeito, mas que fosse um mundo menos desigual, que nós pudéssemos oferecer o melhor para todos, pareceromântico, mas é o que nós merecemos como cidadãos, é o que nós merecemos como seres humanos.

Participante 5. eu acredito que nós temos que fazer nossa parte, “ah eu quero uma sociedade mais empática, que respeite mais os outros”, eu preciso fazer minha parte sempre, porque eu preciso respeitar mais os outros, a opinião, respeitar os animais de rua, então eu preciso fazer minha parte primeiro.

Participante 7. Então você se colocar no lugar do outro. Além da questão da renda, que isso é um fator que infelizmente a gente pode bater, bater, mas está acima de nós. Diferença social.

Participante 8. : Então o mundo melhor depende do comprometimento unanime, de todas as pessoas, se comprometer independente, a gente tem que ser sincero com os outros, sincero com cada um de nós, independente da classe social, da expressão religiosa, deve respeitar os outros, independente do extrato bancário da pessoa você tem que tratar os outros como você gostaria que fosse tratado, eu acho que isso ajudaria muito melhorar o mundo, você ter empatia pelo próximo e dotar da compreensão do respeito da democracia dos direitos humanos da igualdade da solidariedade, com certeza o mundo ficaria melhor.

Participante 9. Eu acredito que o ser humano se conscientizar, ter respeito, amor, porque você tendo respeito pelo teu próximo você não precisa gostar, mas você respeitando-o, você já evita muitos conflitos.

Empatia, nossas participantes a conceituaram como colocar-se no lugar do outro. A empatia é um dos pilares não apenas para uma educação justa e de qualidade, mas sim um pilar para a construção de um mundo, uma sociedade mais humana e sensível aos problemas sociais. Assim como Freire (1967) diz para que consigamos facilitar a aprendizagem e torna-la real no contexto de nossos alunos, precisamos pegar os olhos de nossos alunos emprestados, para que só então, professor e aluno possam falar a mesma língua. Compreender a necessidade do próximo e assim não minimizar sua dor ou experiência, enxergando o mundo do outro mais perto possível, lembrando sempre de não perder nossa própria percepção de realidade.

Essa concepção talvez utópica em relação a um planeta mais saudável e um mundo melhor, somente será conquistado a medida em que compreendermos que se trata de uma construção contínua, como Salles Filho (2019) diz um processo em constante transformação, salientando que uma educação para paz se faz a partir de um conjunto de fatores, como: conscientização em relação as responsabilidades com a natureza; compreender a importância da mediação de conflitos através do diálogo e da comunicação; formar cidadãos críticos que conheçam seus direitos e lutem por eles; compreender que a violência transpassa a visão simplista de agressão física e que sua manifestação pode ser velada e silenciosa; refletir sobre a importância da multiculturalidade e de como a interdisciplinaridade é necessária na inserção da educação para paz nas escolas; desenvolver e aprimorar práticas voltadas a educação para paz, como as cinco pedagogias para paz.

7.4 CATEGORIA DIREITOS HUMANOS

Os Direitos Humanos é um dos fatores essenciais para uma Educação para Paz, compreender seu significado e sua importância, empodera o ser humano e o torna mais humano. Os direitos fundamentais são direitos que passaram por momentos históricos se moldando a cada contexto inserido, são naturais pois são inalienáveis ao ser humano, assegura-se o direito à vida, a liberdade, direito a trabalho digno, direito a educação, liberdade de expressão, direito a paz e muitos outros. Para nossas entrevistadas Direitos Humanas são:

Participante 1. Direitos Humanos é aquilo que está na carta de direitos humanos, na declaração, aquilo tem que ser posto.

Participante 2. Eu acho assim que Direitos Humanos é aquilo que é direito de todos, a necessidade básica né, o direito à vida, o direito a saúde, direito à moradia. Aquilo que cada uma precisa para sobreviver no meio onde vive.

Participante 3. Eu acho assim, que venha a ser o conjunto de direitos que o cidadão tem, que a pessoa tem quanto cidadão.

Participante 4. O respeito a tua essência, o respeito a tua vida, respeito a tua história ao teu corpo, as diferenças, as opções. Eu vejo de uma forma bem ampla, é o direito à vida e a vida em todos os sentidos.

Participante 5. São os direitos que a gente tem para ter uma vida digna em sociedade, no sentido que eu tenho que ter para ter uma vida saudável em sociedade, são leis que me amparam para certos casos de conflito, ou certas condições.

Participante 6. são direitos fundamentais para a convivência humana, como se fossem normas que regulam a conduta das pessoas.

Participante 7. [...] são os direitos e liberdades tudo que você pode fazer e tem esse direito a fazer que não ultrapassa o direito do outro e não seja reprimido por isso.

Participante 8. Então eu entendo que são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos, são normas e regras.

Participante 9. Eu entendo assim, que eu tenho direito de viver e ter a minha comodidade, meu bem-estar, assim como o meu próximo. Todos nós temos esse direito. Desde que eu não agrida não atrapalhe o direito do próximo.

Logo em sequência foi perguntado sobre os bens de dignidade humana, e de que forma esses bens são distribuídos para a sociedade, logo, a reflexão refere-se a desigualdade latente na sociedade brasileira. A visão de Direitos Humanos ainda continua extremamente engessada e segundo Herrera Flores (2009) torna-se imprescindível uma nova perspectiva, reflexão e definições dos Direitos Humanos, pois, as definições tradicionais já não cabem no contexto em que vivemos. Nessa perspectiva, temos que os bens exigíveis para uma vida digna vem antes mesmos dos próprios Direitos Humanos, são através das lutas por bens de dignidade humana que surgem os Direitos Humanos.

Dentro do ambiente escolar podemos refletir com clareza sobre desigualdades. O acesso à educação de qualidade já nos possibilita essa reflexão, pois nem todos os seres humanos possuem a mesma facilidade em adentrar em uma universidade ou faculdade por exemplo, Herrera Flores (2009, p. 31) “O acesso aos bens, sempre e em todo momento, insere-se num processo mais amplo que faz com que uns tenham mais facilidade para obtê-los e que a outros seja mais difícil ou, até mesmo, impossível de obter”. As entrevistadas 1 e 4 falaram sobre isso:

Participante 1. Direitos Humanos tem que está ligado essencialmente a questão da vida. As pessoas tem que ter tudo aquilo que da condição dela de vida. Nós já temos uma diferença social enorme em função de salário

Participante 4. Na verdade o mundo, nosso país é um país de desigualdade. Eu não tenho mesmo acesso das pessoas a internet por exemplo, agora com pandemia isso ficou muito claro. Na verdade, nós não temos moradia para todos de qualidade.

Através da perspectiva de nossas entrevistadas percebemos o quão visível é a desigualdade em nosso ambiente escolar. Conhecer o contexto em que a escola vivência torna-se essencial para compreender em sua essência os indivíduos que ali frequentam e muitos que não frequentam por falta de bens de dignidade. Quando falamos de bens Herrera Flores (2009)

diz que não estamos apenas nos referindo a bens materiais como moradia, roupas e comida, estamos também falando sobre educação, lazer e liberdade de expressão. O professor sabendo desses vieses que permeiam as salas de aulas, conseguem enxergar as possibilidades e as dificuldades em administrar determinada turma. Quando perguntamos a nossas entrevistadas sobre a abordagem de conceitos sobre Direitos Humanos em sala de aula, obtivemos as seguintes respostas.

Participante 1. É evidente que essa formação, essa cultura da paz, educação para paz, valores humanos e meio ambiente se respeita desde o lixo que a gente tem em casa, desde o espaço que eu ocupo dentro da sala de aula que eu tenho que deixar limpo, tem que deixar limpo para que a outra pessoa não precise limpar a minha sujeira.

Participante 2. Eu acho que com relação ao tema é tranquila a abordagem, porém pra gente trabalhar isso de maneira sistematizada sempre demanda pesquisa, demanda atualização, o trabalho com a própria lei, pra trabalhar com aquilo que a lei permite, naquilo que a lei oferece.

Participante 3. Nada que uma pesquisa, uma aula bem preparada a gente não consiga levar para a sala de aula, o que no caso vai dificultar é a linguagem, como ter esse diálogo com as crianças, com os pequeninhos, meu caso os alunos são até 10 anos. Então o que faria falta no momento seria o material que tivesse uma linguagem acessível aos pequeninhos no momento.

Participante 4. Eu acho que ainda de forma tímida, porque a nossa cultura ainda não é uma cultura acostumada em falar de direitos, não é acostumada a interpretar a legislação, é um campo ainda a crescer.

Participante 5. Eu quanto professora teria mais dificuldade em trabalhar esse assunto, mas é uma coisa que é pesquisável, é trabalhável, se correr atrás da pra aplicar.

Participante 6. Assim eu não tenho um conhecimento aprofundado sobre o tema, sei mais o básico, mas eu sempre tento trabalhar com eles, levar essa discussão que tem várias questões ali que são importantes.

Participante 7. Então aqui a gente acaba fazendo formações, várias formações e sempre tem uma voltada para essa parte, ética, cuidados, então sempre busca alinhar esses conhecimentos.

Participante 8. Eu me considero preparada para abordar o tema sabe, enquanto coordenadora e enquanto na coordenação e também quando estava na sala de aula é sempre para o desenvolvimento dos alunos.

Participante 9. Conforme o meu cotidiano, meu dia a dia eu tenho tido bons resultados bons retornos

A entrevistada 4 nos diz que a abordagem dos Direitos Humanos na escola, acontece de forma tímida, e é exatamente essa concepção de que temos quando se pergunta aos alunos sobre Direitos Humanos e os mesmos nunca ouviram falar sobre isso. De que forma podemos armar nossos alunos para lutar na conquista de bens de dignidade e na defesa de seus direitos, se os mesmos não o conhecem?

Como já mencionado no capítulo 2 deste estudo, segundo Schwarcz (2019), somos uma sociedade acostumada e ensinada a não discutir e refletir sobre direitos. Tamanha foi a exploração e desigualdade que os indivíduos sofreram que até duvidaram que algum dia existiria direitos a todos, independentemente de raça, cor, credo ou etnia. Nessa perspectiva salienta-se a

importância e o papel de professores críticos, formadores de cidadãos indagadores e preocupados com o futuro e o planeta. Seguindo essa perspectiva um professor crítico, pesquisadores, estudiosos, representantes de qualquer ordem, precisam se posicionar e assumir de que lado estamos.

Que neutralidade podemos defender se nosso objetivo é empoderar e fortalecer as pessoas e os grupos que sofrem essas violações, dotando-os de meios e instrumentos necessários para que, plural e diferenciadamente, possam lutar pela dignidade? (HERRERA FLORES, 2009, p. 32).

Para Freire (1967) o estudo crítico é entender o mundo em si com criticidade, criticidade no que se lê e no entender o contexto. E essa dinâmica não está em desprezar a simplicidade em se entender o mundo, na simplicidade em se escrever e ler. Não se pode negar uma fala, ou uma leitura desarmada de jargões e conceitos estravagantes. Mas entendermos que os conceitos podem e devem serem feitos na cotidianidade de nossos alunos, para que o ensinamento se torne real em suas vidas e rotinas.

As secretárias afirmaram que suas escolas trabalham a questão de educação para paz através dos projetos, mas que isso deveria ser conversado diretamente com as pedagogas das escolas, pois elas não sabiam ao certo como era estruturado e organizado esses projetos. Nota-se quer ainda que existam projetos relacionados a meio ambiente, valores humanos, convivências e tantos outros, a inserção da educação para paz de forma interdisciplinar no cotidiano escolar ainda está distante. É claro que esses projetos ajudam muito nessa inserção, porém como mencionado em capítulos anteriores, temas essenciais para a convivência em sociedade são tratados em segundo plano.

[...] os “projetos de valores nas escolas”, projetos de meio ambiente”, “projetos de interculturalidade e multiculturalidade”, que muitas vezes são tratados em cima de perspectivas clássicas da educação, como aproveitar datas (no Brasil) como o “dia do índio”, “dia da consciência negra” e “dia da árvore”. De alguma forma, todos estes projetos apontam para a conscientização, sensibilização e ações que contribuem para uma Cultura de Paz, mas, será que garantem que a noção de Educação para Paz, como campo de crítica aos problemas de forma ampla, relacional e integrada sejam desenvolvidos? (SALLES FILHO, 2019, p. 265-266).

Sobre os projetos realizados nas escolas, as entrevistadas dizem:

Participante 1. Grande parte dos projetos não nascem muito da secretaria, nascem do contexto da escola, mas a gente tem vários programas, nem é projeto é programa, programas de meio ambiente.

Participante 2. Nós temos hoje na escola, projeto “Eu sou João eu sou Maria” esse projeto ele trabalha mais com a noção de sustentabilidade, lógico que dentro da sustentabilidade a gente está envolvendo também as questões de valores.

Participante 3. Em 2019 eu fiz uma formação continuada pela secretaria municipal de educação que tratava do assunto Educação para Paz e aí a gente aplicou o projetinho na escola.

Participante 4. Nós tivemos várias frentes de trabalho, agora enquanto nós estávamos falando eu me lembrei de um trabalho feito com relação ao “Inter geracional” que foi muito interessante os alunos aqui da Escola Integrada fizeram um trabalho com os idosos do “Lar Arcelino”.

Participante 5. Agrinho, Televisando, União faz a vida, a Secretaria tem parceria com o Projeto construindo valores, as crianças tem uma aula semanalmente com voluntários.

Participante 6. Eu nunca participei de projetos, não tenho conhecimento.

Participante 8. Além do projeto “Célula” que eu falei, temos o projeto “Vida” que também engloba educação, o projeto “Afro descendentes” que também promovem respeito com as diferenças, com os outros, com as raças, o projeto “Convivendo e respeitando as diferenças na escola” como o próprio nome diz, esse projeto é bastante interessante, “Projeto teatro na escola”

Participante 9. “Semeando a educação para paz”, a “Célula na escola”.

A maioria das participantes nos disseram que já fizeram parte de projetos relacionados a valores, respeito, meio ambiente, reciclagem, sentimentos, entre outros. Todas as participantes mostraram ciência de que estes projetos são práticas de educação para paz. No entanto, algumas das entrevistadas falaram sobre a importância em se ter uma formação continuada e também materiais para se trabalhar com esses temas. Visando tal pedido, ressalto aqui a abordagem das Cinco Pedagogias para Paz, criadas por Salles Filho (2019), esta abordagem foi trabalhada no capítulo 5 deste trabalho.

As Cinco Pedagogias da Paz, é o meio pelo qual Salles Filho (2019) encontrou para desenvolver pedagogicamente a Cultura de Paz, de forma a valorizar as vivências e convivências em todos os espaços escolares existentes. As pedagogias que formam essa teoria são: Pedagogia dos valores humanos, Pedagogia dos direitos humanos, Pedagogia da conflitologia, Pedagogia da ecoformação e a Pedagogia das vivências e convivências.

O objetivo não é apresentar, aos docentes, receitas prontas de atividades de educação para paz, mas sim aguçar a vontade dos professores em abordar temas relevantes em sua rotina, trazendo questões pertinentes em suas aulas e que de alguma forma possam estruturar ações que transforme o pensamento das crianças e da equipe em seu redor. Uma mudança no comportamento em relação a violência, aos conflitos, ao descaso e despreparo. Alguns temas importantes são elencados por Salles Filho (2019) em sua obra como: respeito, violência contra mulher, desastres ambientais, corrupção, espiritualidade.

Existem incontáveis formas em se trabalhar a educação para paz, no cotidiano escolar, sem deixar a responsabilidade apenas para o “dia do índio”. “dia da árvore”, “dia da consciência negra”, “dia da mulher” e assim por diante. Para que a educação para paz ocorra efetivamente ela precisa estar circulando em todas as disciplinas, projetos, trabalhos, PPP, enfim, em todos

os cantos da escola. Trabalho o qual não requer apenas dedicação por parte dos professores, mas de toda equipe pedagógica, sendo desenvolvido pelo coletivo, alunos, professores, gestores escolares, família e comunidade.

8 CONCLUSÃO

Através do material teórico levantado e da construção dos capítulos deste estudo, podemos concluir que inicialmente a questão da violência está intrinsecamente ligada a Cultura de Paz, por mais antagônicas que sejam quando refletimos sobre uma delas a outra se faz presente na discussão.

Isto ocorre, porque como vimos no capítulo 2 deste estudo, a violência foi construída e moldada nos alicerces do desenvolvimento social brasileiro. Um país escravocrata, autoritário, corrupto, injusto e machista. Isto revela o trabalho em que todos os organismos internacionais têm em desenvolver e semear uma cultura voltada a paz. No entanto, a medida em que compreendemos sobre a construção da Cultura de Paz, compreendemos que se trata de um processo, onde práticas, lutas e ciência precisarão ser resistência.

Refletimos sobre as diversas formas de violência existentes nas convivências humanas e compreendemos também que a naturalização da violência se deu através do processo de colonização do Brasil, a forma violenta com que foi tratado negros, índios, mulheres e crianças ainda é presente nos dias de hoje e isso se mostra através dos dados estatísticos em que é abordado no estudo, os altos índices de homicídios a jovens negros, a mulheres, homossexuais, índios e pessoas de periferia. Esse reflexo de violência assola a área educacional, a questão de violência escolar está cada vez mais evidente na realidade educacional brasileira.

Violência por parte de alunos, professores, violência da escola como instituição, violência externa a escola (gângues, tráfico de drogas), violência estrutural (nível econômico em que vivem as crianças no Brasil), todas essas questões afetam as vivências e convivências de nossas crianças e professores dentro das salas de aulas. A partir de toda essa negatividade em que a violência está posta, percebemos o quanto importante e relevante socialmente é a construção de uma educação mais democrática, mais justa e menos desigual.

A abordagem de Direitos Humanos e o laço feito com a educação, torna-se essencial para a construção da Cultura de Paz. Como falar de paz e não falar em direitos? Os direitos regem a dignidade do ser humano, como garantir a uma criança a educação sem falar em direitos? Como garantir a uma criança comida de qualidade, saneamento básico, uma moradia digna, roupas e materiais para ir para escola, sem falar em direitos? Conclui-se que para a construção de uma Cultura de Paz, precisa-se inquestionavelmente entender e refletir mais sobre direitos humanos, bens de dignidade, sobre os documentos que regem e asseguram isso a todas as pessoas, compreender que muito sangue foi derramado e muitas lutas ainda estão sendo travadas para proteger esses direitos e para a conquista de outros.

Uma Educação em Direitos Humanos está firmada em uma Educação para Paz, em prol de toda essa discussão necessária e pertinente, salientamos uma grande conquista para a área educacional, a promulgação da Lei Federal 13.663/2018, a qual visa combater qualquer tipo de violência em especial o *bullying*, promovendo ações de Cultura de Paz em todos os estabelecimentos de ensino.

Ao final deste estudo, compreendemos que os profissionais da educação dos municípios, possuem entendimento sobre conceitos importantes como Cultura de Paz, Direitos Humanos, Violência Escolar e Educação para Paz. Percebemos que muitos solicitam maior orientação sobre estes temas tão pertinentes e sugerem a realização de mais capacitação e formação continuada, processo o qual os mantém atualizados sobre os avanços e educacionais e que também permite a socialização com outras realidades e novas propostas.

Quando refletimos sobre a rotina das escolas, percebemos ser um dos espaços sociais em que a frequência de ocorrência de conflitos é inevitavelmente grande, isso se dá, devido a diversidade social existente dentro de uma escola ou sala de aula, e desse modo, ressaltamos com convicção que os conflitos são inerentes ao ser humano, ou seja, eles fazem parte da nossa vivência, das nossas experiências e das nossas convivências, conceituá-lo como algo negativo ou sinônimo de violência é um grande equívoco, pois através da mediação e do diálogo, os conflitos assumem um grande poder em relação a criatividade, a escuta e o respeito. Ressalta-se ainda a importância do conflito mediado através do diálogo, dentro não só do espaço escolar como em qualquer espaço social.

Desvincular a visão ingênua da Cultura de Paz é muito importante para seu real desenvolvimento e progresso, visto que, a Cultura de Paz não pode ser dada como uma verdade única e acabada, mas sim como uma possibilidade em lutar por um mundo melhor não só para alguns e sim para todos. Trazemos ao fim do estudo, uma possibilidade em chegar mais próximo da construção da paz através da Educação para Paz, esse trabalho se dá através das práticas pedagógicas construídas através da teoria das Cinco Pedagogias para Paz.

A partir do momento em que a escola assumir seu papel interdisciplinar e abordar questões a partir da pedagogia da conflitologia, pedagogia dos direitos humanos, pedagogia dos valores humanos, pedagogia da ecoformação e pedagogia das vivências/convivências, estará não só contribuindo para com a formação dos alunos, mas contribuindo com o planeta, seres humanos conscientes e críticos irão construir um planeta mais sustentável, resolverão conflitos através dos diálogos, ensinarão a seus filhos valores como a cooperação, empatia e a solidariedade, saberão de seus direitos e lutarão por eles e por mais políticas públicas de

qualidade, experimentarão vivências inimagináveis através do fazer o bem, desfazendo e retirando todas as mazelas impregnadas a nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Ana Carolina. Brasil lidera índice de violência contra professor. O que podemos fazer? **Nova Escola**, 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/17609/brasil-lidera-indice-de-violencia-contraprofessores-o-que-podemos-fazer>. Acesso em: 23 mar. 2020.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 255 p.
- AMAR, Victor. Un camino para la educación para la paz: Una investigación narrativa. **Revista de Paz y Conflictos**. v. 13, n. 1, 2020, p. 57-71.
- AMARAL, Wanderlane Gurgel. **Tendências do Pensamento Pedagógico Contemporâneo**. Curitiba: São Braz, 2016. 47 p.
- ANISTIA INTERNACIONAL – **Informe 2016/2017**: o estado dos direitos humanos no mundo 2017. Disponível em: https://anistia.org.br/wpcontent/uploads/2017/02/AIR2017_ONLINE-v.2-2.pdf. Acesso em: 06 ago. 2020.
- ARTEAGA, Isabele Hernández.; HERNÁNDEZ, José Alberto Luna.; CHALA, Martha Cecilia Cadena. Cultura de paz: una construcción desde la educación. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, Colômbia, v. 19, n. 28, p. 149-172, jan./jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012272382017000100009&lang=pt. Acesso em: 16 abr. 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARUFFI, Mônica Maria. **Políticas educacionais**. Indaial: Uniasselvi, 2017.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em ciências sociais. **Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan.-jul. 2005.
- BONIFÁCIO, Robert; RIBEIRO, Ednaldo. Corrupção e participação política no Brasil: diagnósticos e consequências. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 20, p. 7-42, mai.-ago. 2016.
- BOTELHO, Jacqueline. Racismo e Luta antirracista no Brasil: uma análise necessária para o avanço da estratégia anticapitalista. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v.17 n° 34/2019(set-dez).
- BRASIL. [Constituição (1824)]. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 13 mai. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Capítulo III – da educação, da cultura e do desporto. Art. 205**. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp. Acesso em: 13 mai. 2021.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal**, 1945. Disponível em: https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/14320/Carta_das_Na_es_Unidas.pdf. Acesso em 26 ago. 2020.

CARVALHO, Maria Elizete Guimarães.; MORAIS, Gilmar Medeiro.; CARVALHO, Bruna Katherine Guimarães. Dos castigos escolares à construção de sujeitos de direito: contribuições de políticas de direitos humanos para uma cultura da paz nas instituições educativas. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 102, p. 24-46, jan./mar. 2019.

CERIO, José Luis Zurbano Diaz. **Bases de una Educación para la Paz y la Convivencia**. Pamplona: Gobierno de Navarra. Departamento de Educación y Cultura. 1999.

CESP - CULTURA DA PAZ - Comissão Especial destinada a elaborar propostas legislativas e a promover a Cultura da Paz – **CEPAZ**, 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/comissoes/comissoespeciais/historico/55/cepaz.pd>. Acesso em: 14 abr. 2020.

CIIP. **O estado da Paz e a evolução da violência**: a situação da América Latina. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. 230 p.

CORRUPÇÃO. In. **Oxford Languages**. Oxford University Press. 2021. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/> Acesso em: 21 abr. 2021.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, Interdependência e políticas sociais no Brasil. In: PIRES, Roberto Rocha. **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

DOUZINAS, Costas. **Quem são os “humanos” dos direitos?** Disponível em: http://revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/quem_sao_os_humanos_dos_direitos.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

ELIAS, Maria Auxiliadora. **Violência escolar**: caminhos para compreender e enfrentar o problema. 1. ed. São Paulo: Ática Educadores, 2011. 96 p.

FILHO, Nei Alberto Salles. **Cultura de paz e educação para a paz**: Olhares a partir da complexidade. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2019. 394 p.

FILHO, Nei Alberto Salles. **Cultura de paz e educação para paz: olhares a partir da teoria da complexidade de Edgar Morin**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. p. 357. 2016.

FLORES, Joaquim Herrera. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. 232 p.

FOLHA informativa – Acidentes de trânsito. **OPAS Brasil**, 2019. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5147:a_cidentes-de-transito-folha-informativa&Itemid=779. Acesso em 26 de jun. 2020.

FONSECA, Franciele Fagundes et al. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 31, n.2, 2013.

FREIRE, Nádía Maria Bádue. **Educação para a paz e a tolerância: fundamentos teóricos e prática educacional**. 1. ed. Campinas – SP: Mercado de Letras, 2011. 230 p.

FREIRE, Paulo Freire. **Educação como prática da liberdade**. n. 1405. Rio de Janeiro – RJ: Editora Paz e Terra LTDA. 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura) 2002.

GADOTTI, Moacir (Org.). **Paulo Freire: Uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez Editora, Instituto Paulo Freire, 1996. 740 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GONZÁLEZ, Jhon Jairo Osorio. La escuela em escenarios de conflicto: daños y desafíos. **Revista Hallazgos**, Bogotá, n. 26, p. 179- 191, jan./abr.2016. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S179438412016000200008&lang=pt. Acesso em: 16 abr. 2019.

GONZÁLEZ, William Almonacid. Colombia: el paradigma existencial de la violencia. **Revista Hallazgos, Pensamiento palabra y obra**, Colômbia, n.17, p. 68-77, jan./jun. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011804X2017000100006&lang=pt. Acesso em: 16 abr. 2019.

GORCZEWSKI, Clovis; TAUCHEN, Gionara. **Educação em Direitos Humanos: para uma cultura de paz**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 66-74, jan./abr. 2008.

GOSS, Carolina Cristine; FILHO, Nei Alberto Salles. **A relação entre violência, conflito e paz na escola a partir das aulas de educação física: elementos da prática pedagógica**. In: VII Congresso Brasileiro de Formação de Professores CNEC Sustentabilidade, 2018, Campo Largo. **Anais [...]**Campo Largo: CNEC, 2018. Disponível em: <http://189.16.45.2/CONGRESSO/PEDAGOGIA/congresso2018/6.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Educação para a paz: sentidos e dilemas**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2005. 364 p.

IPEA. **Atlas da violência 2020: principais resultados**. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/27/atlas-da-violencia-2020principais-resultados>. Acesso em: 14 abr. 2020.

IPEA. **Índice de violência doméstica é maior para mulheres economicamente ativas**. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34977 Acesso em: 07 abr. 2021.

JARES, Xésus R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 271.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 5ª edição. 2002.

LEMES, Erica Cristina; FILHO, Nei Alberto Salles; SALLES, Virginia Ostroski. Cultura de paz nas escolas: por uma educação para a paz com fundamentos pedagógicos. **Revista de Educação ANEC**: Brasília, ano II, n. 3, p. 92-106, 2017.

LIMA, Alexandre Bonetti. Um ensaio crítico sobre o racismo no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**: v. 18 n. 208, 2018.

LIMA, Verônica. Keiko Ota. **KEILO OTA (PSB-SP) – CULTURA DE PAZ NAS ESCOLAS**. [Entrevista cedida a] Rádio Câmara, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/550595-keiko-ota-psb-sp-cultura-de-paznas-escolas/>. Acesso em: 23 mai. 2020.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista Semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISAS E ETNÓGRAFOS QUALITATIVOS, 2., 2004, Bauru. **Anais [...]** Bauru: USC, 2004. CD-ROM. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf Acesso em: 20 jun. 2020.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **Manifesto 200 Por uma Cultura de Paz e Não Violência**. Universidade São Paulo – USP. Disponível em: https://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/manifesto_2000_UNESCO_cultura_da_paz.pdf. Acesso em: 21 set. 2020.

MARCONI, Juliana Guedes dos Santos; NETO, Luiz Bezerra. Modernidade e sociedade brasileira: “entusiasmo”, “otimismo” e iniciativas libertárias na educação. **Revista HISTEDBR On Line**, Campinas, n. 46, p. 205-218, jun. 2012.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2009. 108 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portal da Saúde - DATASUS**. 2021. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=3434072> Acesso em: 25 mai. 2021.

OBSEVATÓRIO DE EDUCAÇÃO E ENSINO MÉDIO E GESTÃO. **Educação em números**. Instituto Unibanco. 2018. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/educacao-em-numeros/analises-integradas/desigualdade-racial>. Acesso em: 25 mai. 2021

OLIVEIRA, Nielmar. **IBGE: taxa de analfabetismo no país cai 0,2% ponto porcentual em 2017.** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-05/ibge-taxa-de-analfabetismo-no-pais-cai-02-ponto-porcentual-em-2017#:~:text=De%202016%20a%202017%2C%20a,11%2C5%20milh%C3%B5es%20de%20analfabetos.>> Acesso em: 02 mai. 2021.

ONU MULHERES. **Diretrizes Nacionais Femicídio.** Brasília, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio_FINAL.pdf Acesso em: 07 de abr. 2021.

ONU. **Plataforma Agenda 2030.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 12ago. 2020.

ONU. **Objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil.** 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/brasil-sobe-duas-posicoes-epassa-a-ter-7a-maior-taxa-de-homicidios-das-americas-diz-oms/>. Acesso em: 12 de ago. 2020.

ONU. **ONU diz que direitos humanos são caminhos para “paz duradoura” no mundo.** 24 set. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-diz-que-direitos-humanos-sao-caminho-para-pazduradoura-no-mundo/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ORTEGA, Rosário; ROSÁRIO, Del Rey. **Estratégias educativas para a prevenção da violência.** Brasília: UNESCO, UCB, 2002. 170 p.

PALMEIRA. **Resolução nº 3918 de 13 de julho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Palmeira – PME para o Decênio de 2015/2025. Palmeira, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-palmeira-pr>. Acesso em: 05 jul. 2021.

PEREIRA, Sônia Maria de Souza. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar.** 2 ed. São Paulo: Paulus, 2009.

PNAD. **Contínua TIC 2017:** Internet chega a três em casa quatro domicílios do país. Agência IBGE notícias, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>. Acesso em 25 de jan. 2020.

PONTA GROSSA. **Resolução nº 12213 de 23 de junho de 2015.** Institui o Plano Municipal de Educação para o período de 2015 a 2025. Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2015/1222/12213/lei-ordinaria-n-12213-2015-institui-o-plano-municipal-de-educacao-para-o-periodo-de-2015-a-2025>. Acesso em: 05 jul. 2021.

PORFÍRIO, Francisco. **Direitos Humanos. Brasil Escola,** 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/direitos-humanos.htm> Acesso em: 16 mar. 2020.

PORTO AMAZONAS. **Plano Municipal de Educação**, 2015. Disponível em: <http://www.portoamazonas.pr.gov.br/wpcontent/uploads/Conteudo/EDUCACAO/2017/Plano%20Municipal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20PME.pdf>. Acesso em 05 jul. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Coord.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. cap. 9, p. 117-142.

RANGEL, Lúcia Helena. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil: dados de 2019**. Conselho Indigenista Missionário, 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf> Acesso em: 22 mai. 2021.

RAYO, José Tuvilla. **Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global**. 2. Ed. PortoAlegre: Artmed, 2004. 247 p.

ROLLAN, Lis Rejane Martins; HAMMES, Lúcio Jorge; HAMMES, Itamar Luís. A resolução de conflitos e a educação para paz. **Revista Latino Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, n. 1311, v. 05, ed. Especial, abr., 2019.

SANTOS, Boaventura Souza.; MENESES, Maria P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. 532 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Isabela. A evolução dos direitos humanos no Brasil. **Politize!** 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/direitos-humanos-no-brasil/>. Acesso em: 06 ago. 2020.

SOVIK, Liv. Os projetos culturais e seu significado social. **Revista Galaxia**, São Paulo, n. 27, p.172- 182, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198225532014000100014&lang=pt. Acesso em: 16 abr. 2019.

TIGRE, Maria Graças Espírito Santo. **Violência na escola: reflexão e análise**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009. 113 p.

UNESCO. **Memorial Virtual Paulo freire**. 1986 Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1022>. Acesso em: 21 jul 2020.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014**. Brasília, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/UNESCO%20%20D%C3%A9cada%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20para%20um%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%20-%202005%20-2014%20.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

UNESCO. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância**: aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em 16 de novembro de 1995. São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1995%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Princ%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Toler%C3%A2ncia%20da%20UNESCO.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

UNESCO. **Direitos Humanos no Brasil**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/human-rights-brazil> Acesso em: 25 mai. 2021.

UNICEF. **A cada 7 minutos, uma criança ou adolescente morre vítima da violência**. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/media_37371.html. Acesso em: 03 out. 2018.

UNIDOS PELOS DIREITOS HUMANOS. **AS Origens Dos Direitos Humanos**. 2020. Disponível em: <https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/course/lesson/backgroundofhumanrights/the-background-of-human-rights.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

APÊNDICE A – TERMO DE CONHECIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



Universidade Estadual de Ponta Grossa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS

Av.: Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 CEP: 84030-900 Bloco M, Sala 100

Campus Uvaranas Ponta Grossa Fone: (42) 3220.3108 e-mail: seccoep@uegp.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você _____, está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “EDUCAÇÃO PARA UMA CULTURA DE PAZ: análise da concepção dos profissionais da educação dos municípios do Paraná referente a Lei Federal 13.663/2018.” tendo como pesquisadora responsável Carolina Cristine de Goss e como pesquisador orientador Dr. Nei Alberto Salles Filho da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O objetivo geral da pesquisa é analisar a concepção dos profissionais da educação de alguns municípios do Paraná em relação a Cultura de Paz perpassando pela Educação para a Paz, Violência Escolar e Direitos Humanos, através da Lei Federal 13.663/2018. Além disso serão avaliadas políticas e projetos referentes a Cultura de Paz nesses municípios. A pesquisa se caracteriza por ter natureza qualitativa, não interventiva, portanto, não apresentando riscos consideráveis ao pesquisador e ao participante. A sua participação no estudo será de responder ao questionário e/ou entrevista com sinceridade, colocando a resposta que achar adequada as respectivas questões. Não haverá divulgação de nomes, dados pessoais, havendo total sigilo sobre eles. Os resultados da pesquisa serão utilizados única e exclusivamente para compor a dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e poderão ser publicitados.

Após as análises você será informado dos resultados desta pesquisa da qual participa. Sua participação é voluntária, portanto, não receberá recompensa ou gratificação, nem pagará para participar. Será garantido o livre acesso a todas as informações e retirada de dúvidas sobre o estudo antes, durante e depois da participação na pesquisa. Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido, tendo também todas as dúvidas esclarecidas sobre a sua participação neste trabalho. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa ou com a Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG. Acredita-se que os resultados deste estudo trarão contribuições relevantes para o campo de pesquisa das políticas públicas sociais e educacionais, podendo colaborar tanto para as produções científicas sobre o tema, quanto para suscitar outros estudos a partir de problemáticas que serão levantadas, bem como subsidiar uma discussão mais aprofundada em relação ao tema.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente.

<p>Pesquisadora Responsável Carolina Cristine de Goss Universidade Estadual de Ponta Grossa Telefone: (42) 9 91064876 E-mail: carolgoss73@gmail.com</p>	<p>Pesquisador Orientador Nei Alberto Salles Filho Universidade Estadual de Ponta Grossa Telefone: (42) 9 91022246 E-mail: nei.uepg@gmail.com</p>
--	--

Assinatura do participante convidado para a pesquisa

Assinatura pesquisador responsável

Assinatura professor(a) orientador(a)

Ponta Grossa, ____ de _____ 2019

ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO PARA UMA CULTURA DE PAZ: análise da concepção dos profissionais da educação dos municípios do Paraná referente a Lei Federal 13.663/2018.

Pesquisador: CAROLINA CRISTINE DE GOSS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 26984519.6.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.895.969

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

EDUCAÇÃO PARA UMA CULTURA DE PAZ: análise da concepção dos profissionais da educação dos municípios do Paraná referente a Lei Federal 13.663/2018.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a concepção dos profissionais da educação de alguns municípios do estado do Paraná em relação a Cultura de Paz perpassando pela Educação para a Paz, Violência Escolar e Direitos Humanos, através da Lei Federal 13.663/2018. Além disso serão avaliadas políticas e projetos referentes a Cultura de Paz nesses municípios.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa se caracteriza por ter natureza qualitativa, não interventiva, portanto, não apresentando riscos consideráveis ao pesquisador e ao participante. A participação no estudo será em responder ao questionário e/ou entrevista com sinceridade, colocando a resposta que achar

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvararanas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.895.969

adequada as respectivas questões. Não haverá divulgação de nomes, dados pessoais, havendo total sigilo sobre eles. Os resultados da pesquisa serão utilizados única e exclusivamente para compor a dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e poderão ser publicitados.

Benefícios:

A participação é voluntária, portanto não receberá recompensa ou gratificação, nem pagará para participar. Será garantido o livre acesso a todas as informações e retirada de dúvidas sobre o estudo antes, durante e depois da participação na pesquisa. Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido, tendo também todas as dúvidas esclarecidas sobre a sua participação neste trabalho.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo terá como objetivo principal analisar a concepção dos profissionais da educação de alguns municípios do estado do Paraná em relação a Cultura de Paz perpassando pela Educação para a Paz, Violência Escolar e Direitos Humanos, através da Lei Federal 13.663/2018. Além disso serão avaliadas políticas e projetos referentes a Cultura de Paz nesses municípios. A pesquisa possui caráter misto sendo qualitativo/quantitativo. Inicialmente o estudo contemplará um peso teórico a partir da análise do conceito de violência e suas manifestações, através de uma linha histórica desde a colonização finalizando na atual conjuntura. Logo a seguir será discutido o conceito de Cultura de Paz e Direitos Humanos refletindo o desenvolvimento destes ao longo da história, apresentando a teoria das cinco pedagogias para paz como prática pedagógica. Em um segundo momento terá início a pesquisa de campo que preocupa-se em compreender o que a Cultura de paz, Educação para Paz, Violência Escolar e Direitos Humanos representam para os profissionais da era da educação após a efetivação da Lei Federal 13.663/2018 de cinco municípios do Paraná e por fim avaliar políticas e projetos referentes a Cultura de Paz nesses municípios através dos dados da pesquisa de campo

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.895.969

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em anexo e de acordo com as resoluções 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto de pesquisa por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1474454.pdf	27/01/2020 14:02:43		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo_institucional.pdf	27/01/2020 13:59:48	CAROLINA CRISTINE DE GOSS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_mestrado.pdf	13/12/2019 17:23:06	CAROLINA CRISTINE DE GOSS	Aceito
Folha de Rosto	20191125151938720.pdf	25/11/2019 19:12:39	CAROLINA CRISTINE DE GOSS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	20191118125922357.pdf	19/11/2019 00:13:04	CAROLINA CRISTINE DE GOSS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	20191118125930102.pdf	19/11/2019 00:12:49	CAROLINA CRISTINE DE GOSS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	20191118125926300.pdf	19/11/2019 00:12:30	CAROLINA CRISTINE DE GOSS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 3.895.969

PONTA GROSSA, 03 de Março de 2020

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvarararas, Bloco M, Sala 116-B
Bairro: Uvararas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3108 **E-mail:** coep@uepg.br